

ÍNDICE

9.4.3 - Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico.....	1/104
9.4.3.1 - Introdução	1/104
9.4.3.2 - Localização e Características Geográficas.....	2/104
9.4.3.3 - O Patrimônio Arqueológico.....	5/104
9.4.3.4 - Contexto Histórico.....	81/104
9.4.3.5 - Recomendações para Arqueologia Preventiva	102/104
9.4.3.6 - Arqueólogo Responsável e Coordenador das Pesquisas	103/104
9.4.3.7 - Equipe Técnica.....	104/104

ANEXOS

Anexo 1 - Relação dos Sítios Arqueológicos Registrados no IPHAN

9.4.3 - Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico

9.4.3.1 - Introdução

Este diagnóstico tem por objetivo cumprir rigorosamente a legislação pertinente no que concerne ao estudo e proteção do patrimônio arqueológico brasileiro, principalmente no tocante a Portaria nº. 007/1988 do SPHAN e Portaria nº. 230/2002 do IPHAN, que tratam diretamente das ações de Arqueologia Preventiva nos empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico da nação.

Encontra-se dividido em duas partes principais: a primeira, destinada ao estudo do patrimônio arqueológico da região e a segunda, destinada ao estudo do contexto histórico e cultural dessa área, demonstrando a potencialidade de ocorrência de sítios arqueológicos na área de influência da Linha de Transmissão 500 kV São João do Piauí - Milagres (PI - PE - CE). Em anexo, encontra-se a lista de sítios registrados junto ao CNSA/IPHAN, localizados na região de abrangência do empreendimento, bem como, cópia do ofício de comunicação ao IPHAN da elaboração desse Diagnóstico.

Para a confecção do mesmo, recorreu-se às seguintes fontes:

- Bibliografia e publicações especializadas (livros, artigos em periódicos e anais de eventos científicos), relativas às pesquisas arqueológicas realizadas nos municípios atravessados pela LT.
- Sites especializados na internet sobre arqueologia, etnografia, etno-história e história regional.
- Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN.
- Demais referências nos acervos e Bibliotecas da UFSM e do LEPA.
- Prefeituras, Bibliotecas Públicas, Câmara de Vereadores, Museus, Escolas e demais instituições existentes nos municípios abrangidos.

O diagnóstico esboçado apresenta uma síntese dos conhecimentos existentes e disponíveis para pesquisa.

O mesmo foi realizado de forma não interventiva, pois, conforme orienta a Portaria nº 230/2002 do IPHAN a necessidade de ser providenciado levantamento arqueológico de campo pelo menos na área de influência direta, refere-se a áreas arqueologicamente desconhecidas, pouco ou mal conhecidas que não permitam inferências sobre a área de intervenção do empreendimento.

A região em estudo apresenta material de pesquisa em quantidade suficiente para que seja possível esboçar um Diagnóstico de Dados Secundários com informações significativas do contexto geral da área, possibilitando elaborar um parecer sobre a necessidade, na seqüência de atividades previstas na legislação, de outras ações de Arqueologia Preventiva.

9.4.3.2 - Localização e Características Geográficas

No Estado do Piauí, a LT abrange oito municípios:

- São João do Piauí.
- Campo Alegre do Fidalgo.
- São Francisco de Assis do Piauí.
- Paulistana.
- Betânia do Piauí.
- Curral Novo do Piauí.

No Estado de Pernambuco, a LT atinge quatro municípios:

- Ouricuri.
- Bodocó.
- Granito.
- Serrita.

No Estado do Ceará, a LT se estende por cinco municípios:

- Jardim.
- Porteiras.
- Brejo Santo.
- Abaiara.
- Milagres.

É possível visualizar a área de abrangência da LT no **Mapa de Áreas de Influência, 2338-00-EIA-DE-1004-00**, no volume de mapas em anexo.

O Estado do Piauí ocupa 16,16 % da região Nordeste, estando dividido em 221 cidades e abrangendo uma população de cerca de 2.735.152 habitantes. Limita-se a leste com os Estados do Ceará e Pernambuco; ao sul e Sudeste com o Estado da Bahia; Sudoeste com o Estado do Tocantins; a Oeste com o Estado do Maranhão e ao Norte com o Oceano Atlântico.

O relevo da região caracteriza-se por não apresentar grandes elevações; apenas 18% do território encontram-se acima dos 600 m de altitude. A unidade geomorfológica predominante da região abrangida pela LT denomina-se de Planalto de Chapadas e Serras, no qual estão localizadas as maiores altitudes do Estado, variando entre 600 e 880 m. Estende-se pelo leste, sudeste e sul do Piauí, apresentando algumas formações do relevo local que se confronta com os Estados vizinhos como: Chapada da Mangueira (Tocantins e Bahia) e Serra da Tabatinga, da Gurguéia e dos Dois Irmãos (Bahia).

A rede hidrográfica deste Estado compõe a Bacia do Parnaíba, a qual apresenta o Rio Parnaíba como o de maior extensão, responsável pela divisa entre o Piauí e o Maranhão. Os principais afluentes são: Longa, Poti, Canindé, Guguéia e Uruçui - Preto. Os demais rios são intermitentes.

O clima varia entre tropical quente e úmido e tropical quente e semi-árido. As temperaturas giram em torno de 25°C aos 40°C.

A vegetação dominante na área atravessada pela LT é a Caatinga, composta por cactos, arbustos e árvores de pequeno porte.

O Estado de Pernambuco faz fronteira com os Estados de Alagoas, ao sul; Paraíba, ao norte; Piauí, a oeste e Oceano Atlântico ao leste. Ocupa uma área de aproximadamente 98.938 Km² (incluindo o território de Fernando de Noronha) dividida em 184 municípios.

A rede hidrográfica deste Estado é modesta e dependente do clima, caracterizado por poucas chuvas, o que os transforma em rios intermitentes e secos na maior parte do ano.

A exemplo da hidrografia dos demais Estados da região Nordeste, os rios do Estado de Pernambuco podem ser divididos em: rios litorâneos (que se dirigem para o Oceano Atlântico, como os rio Goiana, Capibaribe, Beberibe, Ipoju, Camarajibe e Uma) e os rio sertanejos (assim chamados por percorrerem o interior do estado, afluentes do Rio São Francisco, são eles, Moxotó, Pajeú, Ipanema e rio do Navio).

O Estado de Pernambuco apresenta três unidades geomorfológicas principais: Baixada Litorânea, Planalto do Borborema e Depressão Sertaneja¹.

A paisagem fitogeográfica típica de toda a região atingida pelo empreendimento pode ser classificada como caatinga, na qual predomina a vegetação de pequenas folhas, espinhosas e arbustivas, adaptadas para resistir à evaporação, rica em espécies cactáceas.



Fonte: <http://www.cactos.com.br/us/>.

Figura 9.4.3-1 - Mapa da região fitogeográfica típica do Nordeste: Caatinga

¹ Baixada Litorânea: acompanha a costa (base da Borborema). Planalto da Borborema: Ocorre paralelamente ao litoral excetuando a porção sul, onde o planalto se inclina na direção sudoeste. Suas altitudes ultrapassam 400-500 metros tendendo a elevar-se ainda mais no sentido oeste (700-800 m). Em sua extensão de 250 quilômetros, alguns pontos são irregulares, morros e cristas mostram-se abruptos e pedregosos. O maciço de Garanhuns situa-se ao centro deste planalto, atingindo altitudes superiores a mil metros e servindo como divisor de águas das bacias que seguem para o Atlântico e dos afluentes do São Francisco. Depressão Sertaneja: Está situada a oeste do planalto da Borborema apresentando altitudes que tendem a decair de 600 para 500 metros. Seus terrenos mostram-se regulares com sucessão de pequenos vales (500-550m).
FONTE: <http://www.ambientebrasil.com.br/>.

O Estado do Ceará faz fronteira com os Estados do Piauí, a oeste, Pernambuco, ao sul, Rio Grande do Norte, a leste, Paraíba, a sudeste e o Oceano Atlântico, ao norte. Abrange uma área total de 145.694 km² e possui 184 municípios, agrupados em 33 microrregiões.

A exemplo dos demais Estados da região, a rede hidrográfica do Ceará é simples e extremamente vinculada ao clima, caracterizado por poucas chuvas, transformando-os em rios intermitentes na maior parte do ano. Os principais afluentes do Ceará são: Acaraú, Jaguaribe e Salgado.

A costa do Estado do Ceará pode ser considerada uma das mais secas do litoral nordestino. Seus rios pertencem à Bacia do Nordeste e cortam uma importante área de ocupação pré-histórica, conhecida como a microrregião do Seridó.

Em termos geomorfológicos, a região é caracterizada pelas seguintes denominações: Depressão Cearense, Chapada do Apodi e Chapada do Araripe.

As maiores elevações dessa região correspondem ao Maciço do Borborema, formadas por granitos, gnaisses e quartzos, com alturas que se mantêm entre 700 - 800 metros e onde as maiores altitudes não ultrapassam mil metros.

A paisagem fitogeográfica típica é a mesma já comentada no Estado de Pernambuco.

9.4.3.3 - O Patrimônio Arqueológico

Este Diagnóstico de Dados Secundários tem como objetivo apresentar os vestígios (cultura Material) deixados por populações pré-históricas nos Estados de Piauí, Pernambuco e Ceará e populações contemporâneas (históricas) em sítios arqueológicos².

Os principais trabalhos arqueológicos desenvolvidos até o momento demonstram a diversidade e a riqueza arqueológica dos estados atravessados pelo empreendimento, compreendendo sítios arqueológicos do período pré-colonial (os mais antigos datam de aproximadamente 30.000 antes

² Os sítios arqueológicos podem ser definidos "como a menor unidade do espaço, passível de investigação, contendo objetos culturais, intencionais, no sentido de produzidos ou rearranjados, que testemunham as ações de sociedades do passado". MORAIS, J. L. **Perspectivas Geoambientais**. Tese (Livre Docência em Arqueologia). São Paulo: USP, 1999. p. 14. Ou seja, a caracterização de uma área como um sítio arqueológico pressupõe a localização de evidências humanas pretéritas associadas aos componentes físicos da paisagem. MILDNER, S. E. S. **Arqueologia do Sudeste do Rio Grande do Sul: uma perspectiva geoarqueológica**. Tese (Doutorado em Arqueologia). São Paulo: USP, 2000.

do presente) e colonial (entre eles reminiscências de aldeamentos jesuíticos, de quilombos e residências urbanas)³.

O grafismo rupestre é outra característica da vida histórico-cultural dessa região, assim como os artefatos resgatados em trabalhos arqueológicos e o mosaico de sociedades indígenas sobreviventes.

Tendo-se em vista essa expressividade histórico-arqueológica, é possível descrever o povoamento desses Estados a partir de sua cultura material⁴. Nesse sentido, a primeira parte deste diagnóstico tem por objetivo apresentar um panorama geral sobre a ocupação arqueológica desses estados, dando ênfase para os municípios que são diretamente atingidos pelo traçado da LT. A segunda parte tem por objetivo descrever os principais aspectos históricos e culturais desses locais.

9.4.3.3.1 - Contexto Arqueológico Pré-Colonial

No Nordeste, existem evidências da presença humana que remontam a 50 mil anos antes do presente. Ainda não se sabe exatamente como o homem teria chegado ao continente americano, nem como teria ocorrido seu povoamento. Sabe-se, no entanto, que entre 50 mil e 12 mil anos atrás, grupos humanos habitavam a Serra da Capivara - que, na época, tinha clima úmido. Inovavam tecnicamente, escolhendo entre os recursos existentes: faziam instrumentos cortantes, raspadores e perfuradores com pedra ou madeira.

Os abrigos sob rocha que possuíam caldeirões eram utilizados como pontos de caça, enquanto espaços mais abertos eram utilizados como moradia. Segundo Macedo *apud* MARTIN (1999) entre o fim do Pleistoceno e o início do Holoceno, as áreas que hoje constituem o Nordeste brasileiro começaram a ser ocupadas por grupos de caçadores que se estabeleceram próximo aos rios e fontes d'água, adaptando-se, assim, às árduas condições dos sertões.

Tal ocupação - proveniente da dispersão populacional americana vinda do Velho Mundo e que ainda hoje é cheia de polêmicas e controvérsias (cf. MELLO E ALVIM, 1995-1996; MARTIN, 1997) -

³ No Ceará são registrados junto ao Banco de Dados do IPHAN 118 sítios arqueológicos, desses, 39 se encontram nos municípios abrangidos pela LT: 8 em Porteiras, 10 em Brejo Santo, 14 em Abaiara e 7 em Milagres. No Estado de Pernambuco são registrados 297 sítios arqueológicos, porém, apenas 1 está localizado em Ouricuri, município abrangido pela LT. No Estado do Piauí são registrados 728 sítios arqueológicos, nenhum na área de influência da LT. Em anexo, tabela dos sítios arqueológicos presentes nas cidades abrangidas pelo empreendimento, disponíveis no site: <http://www.iphan.gov.br/bancodados/arqueologico>. Acessado em 6 de junho de 2008.

⁴ Cultura Material é uma expressão usada para definir objetos de estudos arqueológicos. Apesar da denominação, tais objetos não se restringem as suas características físicas ou materiais; possuem, pelo contrário, dimensões imateriais, espaciais, temporais e sociais. Como exemplos, podemos citar: cerâmicas, líticos, sítios arqueológicos, pegadas, reminiscências estruturais, indícios de fogueiras, estradas, etc.

já se havia consolidado há 12 milênios do presente, no Piauí e na Bahia, enquanto que para o Rio Grande do Norte as datações radiocarbônicas de enterramentos humanos são de 10 mil anos antes do presente.

Por essa mesma época, coabitavam com os grupos humanos, espécimes hoje extintas de megafauna, como tigres dentes-de-sabre, mastodontes, paleolamas, preguiças e tatus gigantes, os quais eram abatidos, provavelmente, por meio de armadilhas ou de emboscadas (MARTIN, 1999, p. 24-26).

Para MARTIN (*op. cit.*, p. 26), “as datas mais antigas que assinalam a presença humana no Rio Grande do Norte foram registradas na região do Seridó”, especificamente nos Sítios Mirador, em Parelhas (9.410 anos antes do presente) e Pedra do Alexandre, em Carnaúba dos Dantas (9.400 anos antes do presente), portadores, também, de pinturas rupestres.

Os enterramentos humanos do Sítio do Alexandre merecem um destaque especial tanto pela quantidade de esqueletos exumados até 1996 (cerca de vinte e oito), como pela presença de um pequeno mobiliário fúnebre e material lítico associado aos restos ósseos. Registrem-se, ainda, outras datações de 8, 6, 5, 4 e 2 mil anos antes do presente, provenientes do mesmo sítio arqueológico, além da importância que os rituais funerários têm, hoje, para dar aos arqueólogos elementos para reconstituírem o modo de vida das sociedades primitivas (MARTIN, 1999. 1995-1996).

Entre 12 mil e 5 mil anos antes do presente, o clima semi-árido foi-se instalando na região e um novo período cultural se desenvolveu. Os instrumentos de pedra passaram a ser confeccionados com diferentes técnicas e a cerâmica apareceu como artefato. As pinturas foram realizadas durante milênios, ilustrando a vida cotidiana, os cerimoniais e os animais - muitos deles hoje inexistentes na região.

Segundo Macedo *apud* MARTIN (1999), os registros rupestres - pinturas e gravuras - são, também, um forte indicativo da presença humana no Nordeste pré-histórico, especialmente no que toca à evolução das manifestações artísticas.

As pinturas e gravuras estão agrupadas em tradições, termo que MARTIN descreve como sendo “a representação visual de todo um universo simbólico primitivo que pode ter sido transmitido durante milênios sem que, necessariamente, as pinturas de uma tradição pertençam aos mesmos grupos étnicos, além do que poderiam estar separados por cronologias muito distantes”. (MARTIN, 1997, p. 240).

No Nordeste brasileiro existem, pelo menos, três grandes tradições: Nordeste, Agreste e Itaquiara. Segundo PROUS (1992), a região hoje é muito seca, com vegetação de caatinga, não parece ter conhecido condições muito diferentes no passado.

Há 3.550 anos antes do presente apareceram povos agricultores e ceramistas na área, que sepultavam os mortos em covas na terra ou em urnas funerárias. Permaneceram aí até a chegada dos colonizadores, quando foram dizimados.

Os horticultores se desenvolveram nessa área devido às condições climáticas que favoreceram essa ocorrência, além da adaptação cultural que se processou para que começassem a plantar e cultivar.

Desta forma, levantam-se questões como a importância da caça e da pesca nessas áreas; o papel dos produtos agrícolas cultivados; a adequação ou as mudanças sociais na ocupação destas áreas; as variações demográficas ao longo do tempo e do espaço; o relacionamento entre grupos dessas regiões.

Esses povos agricultores plantavam milho, feijão, tabaco, cacau, batata doce, abóbora, tomate, abacaxi, mamão, amendoim, entre outras plantas. Porém a mais importante descoberta foi o cultivo da mandioca, que apresenta algumas variedades venenosas. Os agricultores indígenas descobriram que podiam retirar o veneno da raiz, prensando-a, ralando-a, cozinhando-a e torrando-a.

A atividade agrícola requer muito trabalho, pois é preciso derrubar a mata, queimá-la, identificar e eliminar as pragas, plantar e cuidar do crescimento, colher e processar os alimentos. Em vista disso a introdução da agricultura na vida dos grupos indígenas da região é de fundamental importância, pois demonstra sua complexidade cada vez mais acentuada e também as evidências demonstram que esses grupos viveram e estabeleceram-se na região Nordeste e não foram somente algumas intrusões de grupos de outras regiões como se acreditava anteriormente.

As pesquisas revelam que nesse espaço houve, sim, o desenvolvimento da agricultura e da cerâmica. “Numerosas aldeias escavadas demonstram uma alta densidade demográfica, sobretudo quando comparadas com aldeias de mesma tradição ceramista, escavadas na Zona da Mata”. (ALBUQUERQUE, 1983/1984, p. 132).

Isso demonstra que pode ter ocorrido uma adaptação do grupo tupi-guarani ao semi-árido, o que não é um ambiente característico desse grupo, ou na época a região apresentava condições mais úmidas, compatíveis com o clima habitual dos tupi-guaranis.

Nota-se que um fator importante para o estabelecimento do grupo na região se deveu à possibilidade do cultivo da mandioca, base de sua alimentação, e à possibilidade de caça de uma fauna abundante capaz de suprir as necessidades alimentares dos indígenas.

Mesmo não sendo universal, existe uma correlação entre a fabricação da cerâmica e a prática da agricultura. “O epíteto horticultores costuma ser associado às populações ceramistas pré-históricas, mesmo na falta de maiores informações”. (PROUS, 1992, p. 310).

Os Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas, incluindo outros Estados dessa região apresentam uma grande diversidade cerâmica, sendo que estas foram agrupadas pelos pesquisadores em várias tradições ceramistas, sendo elas a Tradição Tupiguarani, Aratu, cerâmica Papeba, Cabrobó e do Xingo, além de suas respectivas subtradições. Deve-se analisar a que a cerâmica se destina e os contextos materiais e ecológicos que compõem a totalidade do registro arqueológico. (MARTIN, 1999, 193).

A cerâmica é um bom vestígio para analisar qual era a alimentação do grupo que a produziu, assim afirma MARTIN (1999), “nas áreas mais quentes do Norte-nordeste a dieta se apoiaria no uso da mandioca amarga, representada pela cerâmica pintada, com formas mais planas e abertas”. (p. 204).

9.4.3.3.2 - O Material Lítico Regional

As finalidades dos instrumentos líticos eram raspar, cortar, perfurar, quebrar etc. “facas”, “lanças”, confeccionadas em pedra, tinham esta função e eram necessidades que o homem pré-histórico tinha para se defender e sobreviver. É a partir desta constatação, que os homens, desprovidos de garras, adequaram a técnica para sobreviver.

Podemos dizer que o avanço tecnológico pode ser observado não somente a partir de instrumentos mais complexos e bem elaborados partindo-se das melhores matérias primas, mas também a partir de adaptações e da inventiva humana capaz de conseguir artefatos de rochas menos apropriadas (MARTIN, 1999, p. 167). Segundo a autora, os artefatos líticos do Nordeste, são na sua grande maioria, unifaciais, obtidos por lascas robustas, por percussão direta e

indireta, bipolar ou tratamento térmico. Não se encontra um número expressivo de pontas de projétil a não ser no Maranhão.

Entre as indústrias sem pontas de projétil, distinguem-se dois horizontes bem diferenciados: indústria de núcleos sobre seixos rolados e indústrias mais refinadas de lascas, algumas com finos retoques e completamente descorticadas. As rochas mais exploradas como matéria-prima são: o sílex, o arenito silicificado, o quartzo, o quartzito, o quartzo hialino, o granito e o calcário.

Segundo MARTIN (1999), as divisões dos objetos líticos podem ser feitas atendendo-se a seu uso, elaboração e função ou também a partir da técnica empregada em sua produção. Ainda complementa a pesquisadora que à exceção dos implementos bem caracterizados, destinados a determinado uso, como as pontas de projétil, muitos objetos líticos poderiam ter funções múltiplas (cortar, raspar, alisar e também furar, que podem ser realizadas e cumpridas pelo mesmo instrumento).

As coleções líticas de Piauí, Pernambuco e Ceará podem ser entendidas dentro de um contexto mais amplo, portanto dentro do quadro criado para a região Centro-nordeste, que, pode ser dividido em quatro períodos que compreendem o Pleistoceno, em torno dos 50.000 anos até 5.000 anos antes do presente.

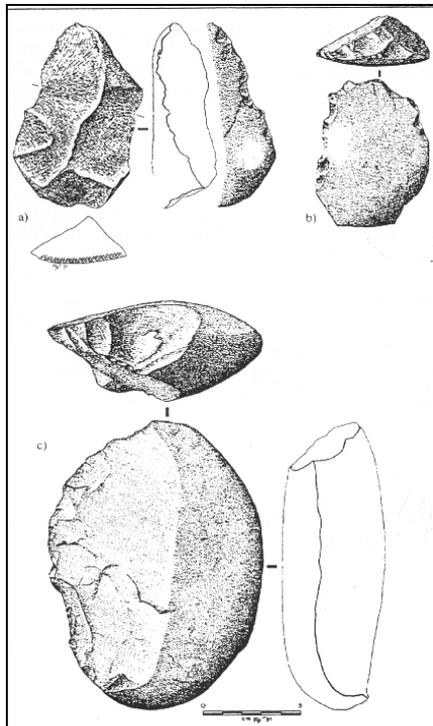
O primeiro período, conforme MARTIN (1999), a partir de 50.000 anos antes do presente, corresponde aos estratos mais antigos dos sítios e caracteriza-se por instrumentos líticos de pequenas dimensões, preparadas a golpe de buril a partir de seixos rolados de quartzo, dando origem a peças com gumes, pontas e choppers.

Um segundo período, de acordo com MARTIN (1999), melhor documentado, desenvolve-se entre 12.000 e 20.000 anos antes do presente, com artefatos elaborados a partir de núcleos e seixos de quartzo e produzindo lascas com objetivos de cortar e raspar.

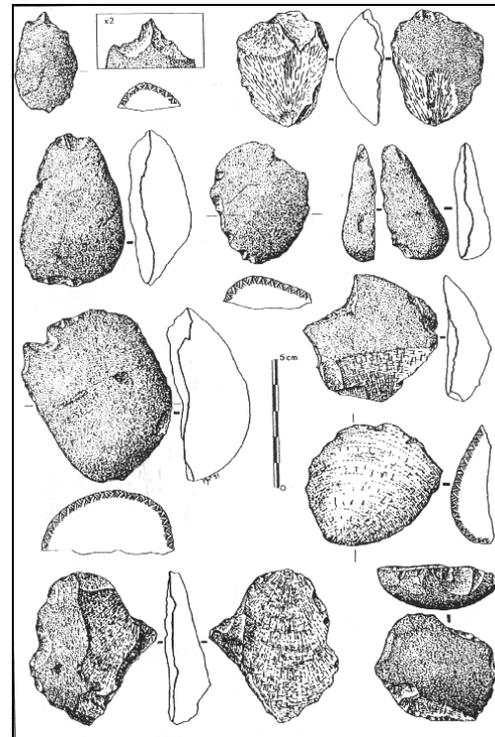
No terceiro período, aparece a técnica de percussão indireta ou com percutor macio, com lascas e lâminas de sílex. Entre os instrumentos encontram-se as facas, raspadores alongados, raspadores planos convexos, lemas, furadores e raspadores com entalhes.

O quarto período na evolução das indústrias líticas vem caracterizado pela presença de lâminas alongadas de sílex. A partir de 5.000 anos antes do presente, os artefatos deixam de ser feitos com cuidado e aparecem simultaneamente as lâminas de machado polido, adornos labiais, colares de pedra e de osso, pilões e mãos de pilão.

A seguir os instrumentos mais típicos do nordeste brasileiro.



FONTE: MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. 3. ed. Atualizado. Recife: UFPE, 1999. p.170.



FONTE: MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. 3. ed. Atualizado. Recife: UFPE, 1999.p.171.

Figura 9.4.3-2 - Material lítico

A equipe do LEPA já realizou trabalhos de Arqueologia Preventiva nessa região⁵, que resultaram no salvamento arqueológico de oito sítios, distribuídos no Estado Piauí, dos quais, um localizado na área do empreendimento em estudo.

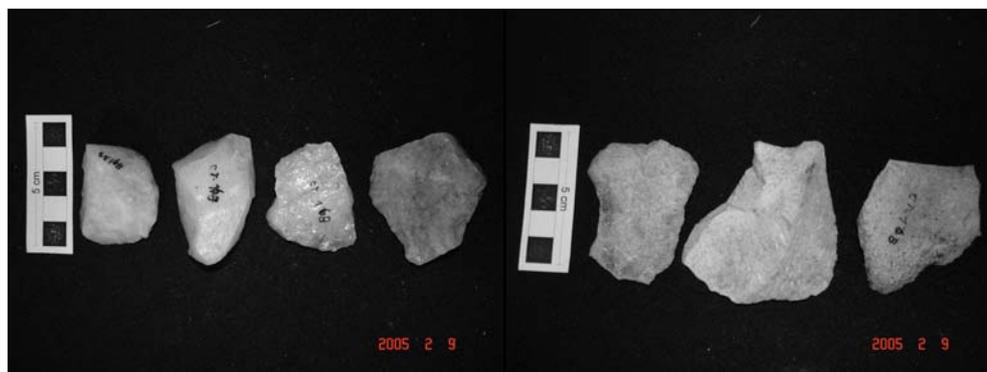
Através dos exemplos de materiais arqueológicos encontrados, apresentados abaixo, é possível corroborar com o amplo estudo realizado por MARTIN (1999).

⁵ Autorizados pelas seguintes Portarias do IPHAN: nº. 237, de 30/09/2005 autorizou a Prospecção Arqueológica e nº. 9, de 17/01/2006 autorizou o Salvamento Arqueológico.



Fonte: Acervo LEPA.

Figura 9.4.3-3 - Lascas e instrumentos encontrados na região



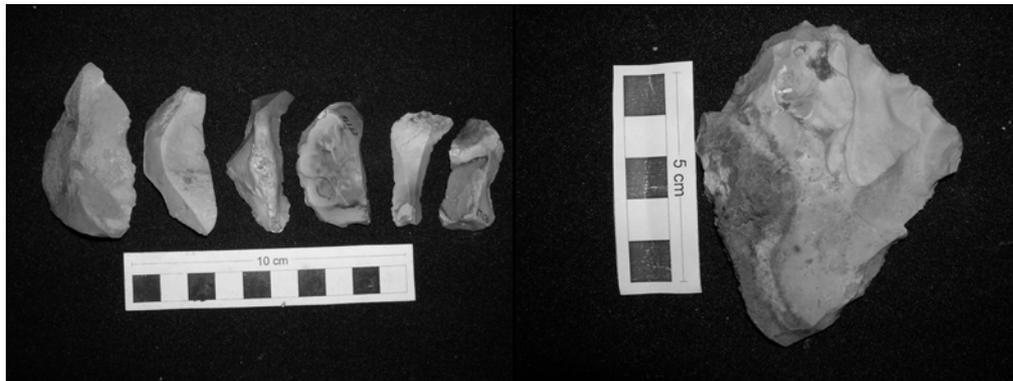
Fonte: Acervo LEPA.

Figura 9.4.3-4 - Lascas encontradas na região



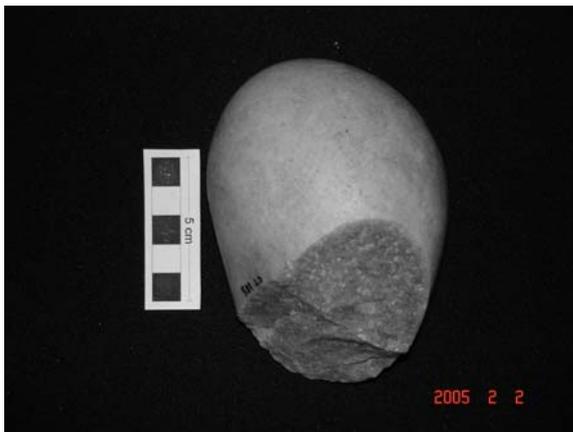
Fonte: arquivo LEPA

Figura 9.4.3-5 - Instrumento encontrado na região



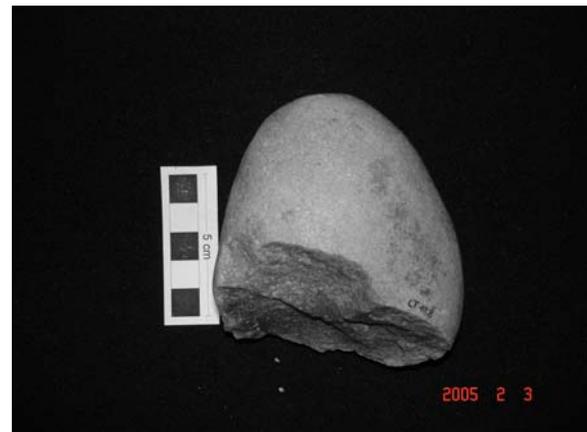
Fonte: Acervo LEPA

Figura 9.4.3-6 - Lascas e instrumentos encontrados na região



Fonte: Acervo LEPA.

Figura 9.4.3-7 - Instrumento encontrado na região



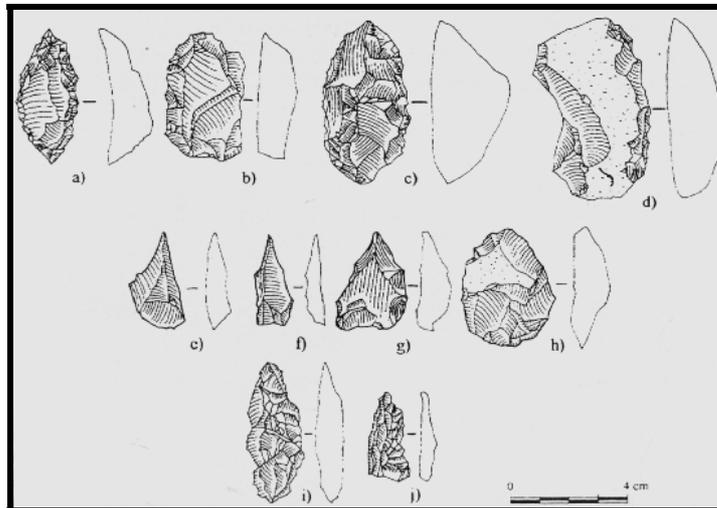
Fonte: Acervo LEPA.

Figura 9.4.3-8 - Instrumento encontrado na região

Outra tradição muito presente no centro nordeste é a tradição Itaparica que está localizada no vale do Rio São Francisco, desde os começos do Holoceno de 10.000 anos antes do presente. Segundo MARTIN (1999), temos datações seguras para esta tradição no cerrado goiano. A partir da escavação na gruta do Padre, Calderón estabeleceu em 1969 a tradição Itaparica para designar ocupações de caçadores diversificados em grutas e abrigos.

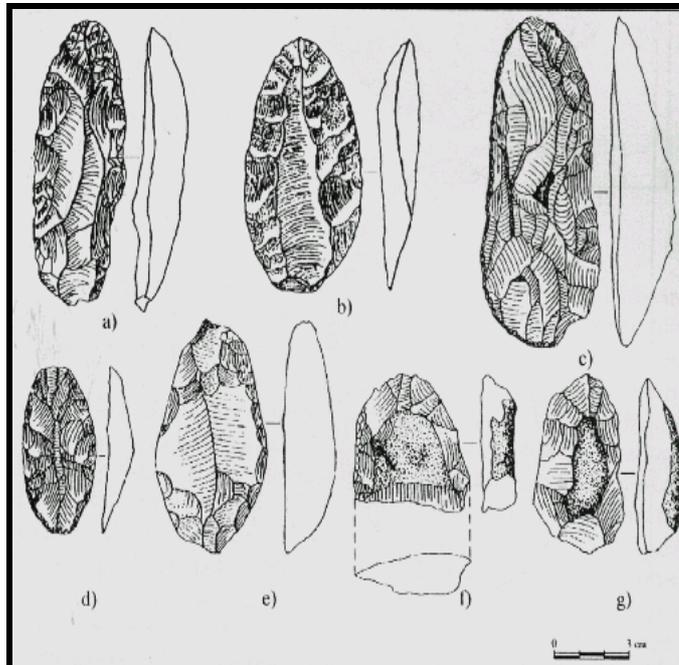
A partir daí, a tradição Itaparica pode ser dividida em dois períodos: fase Paranaíba e fase Serranópolis (FOGAÇA, 1995). A primeira é a mais antiga, começaria em torno de 11.000 anos antes do presente e a segunda, posterior, a partir de 7.000 anos antes do presente.

O material lítico da fase Paranaíba é de tamanho mais reduzido e técnica de retoque mais cuidada que a fase Serranópolis.



FONTE: MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. 3. ed. Atualizado. Recife: UFPE, 1999.p.175

Figura 9.4.3-9 - Material lítico



FONTE: MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. 3. ed. Atualizado. Recife: UFPE, 1999.p.173

Figura 9.4.3-10 - Material lítico

Conforme MARTIN (1999), os sítios considerados da tradição Itaparica no Nordeste, são principalmente lesmas de sílex, de arenito silicificado e de calcedônia, raspadores circulares, semi-circulares, laterais na forma de leque, alguns finamente retocados por pressão e furadores de ombro bem característicos.

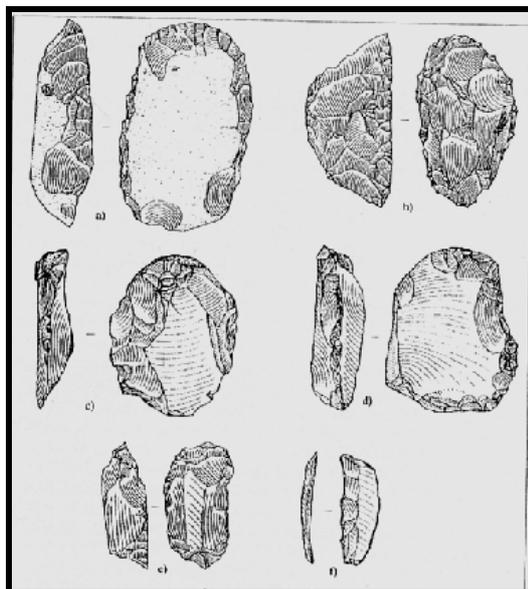


Fonte: www.fundacaocasagrande.org.br/pdf/acervo_litico_e_ceramico_do_cariri.pdf

Figura 9.4.3-11 - Lesma da Tradição Itaparica encontrada na região da Chapada do Araripe/CE

Na verdade, de acordo com MARTIN (1999), não se conhecem os limites geográficos da tradição Itaparica como representativa de um horizonte de caçadores arcaicos do holoceno, porém é evidente que numerosos grupos de caçadores coletores povoaram sertões nordestinos desde os começos do holoceno em datas que ultrapassam os dez mil anos antes do presente, ocupando abrigos e terraços ao ar livre e preparando implementos de pedra entre as quais as lesmas.

Segundo MARTIN (1999), os materiais mais antigos são elaborados e de menor tamanho e, em torno de 3.000 anos antes do presente nota-se o abandono das técnicas mais cuidadosas, com a presença de implementos maiores e mais grosseiros. Entre 2.500 - 1.000 anos antes do presente, observa-se a perda da cuidada tecnologia lítica que caracteriza o horizonte conhecido como Itaparica.



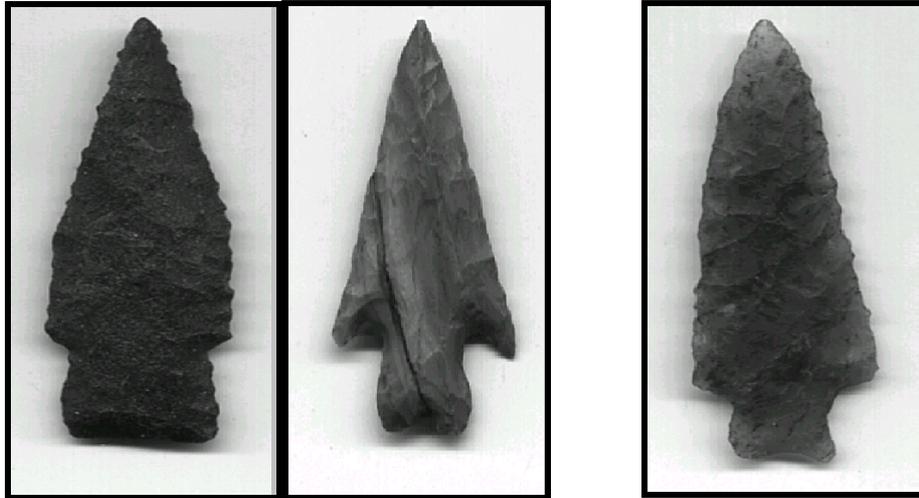
FONTE: MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. 3. ed. Atualizado. Recife: UFPE, 1999.p.175

Figura 9.4.3-12 - Material lítico

MARTIN (1999), diz que as indústrias líticas do Centro-Nordeste são caracterizadas como seixos alongados, das quais tinham sido retiradas lascas e também lascas obtidas por lascamentos bipolar. Existiam também alguns poucos instrumentos com retoques e grandes quantidades de lascas e restos de *debitage*.

Também podemos observar a abundância de restos de lascamentos, consistentes em lascas sem retoques e núcleos corticais ou esgotados a partir de seixos. Segundo MARTIN (1999), estes materiais líticos indicam a presença de caçadores pescadores que movimentavam ao longo dos rios nordestinos mais caudalosos com grande mobilidade, preparando e confeccionando seus materiais líticos de acordo com as necessidades. As indústrias são simples, com pouco ou nenhum retoque e possivelmente posteriores às indústrias mais refinadas da tradição Itaparica.

Quanto às pontas de projétil do Nordeste, conforme Martin, as de madeira endurecidas ao fogo devem ter sido usadas em muita grande escala no Piauí que também apresenta uma grande variedade de pontas bifaciais finamente lascadas e retocadas, trabalhadas em quartzo, calcedônia e arenito.



Fonte: acervo LEPA.

Fonte: acervo LEPA.

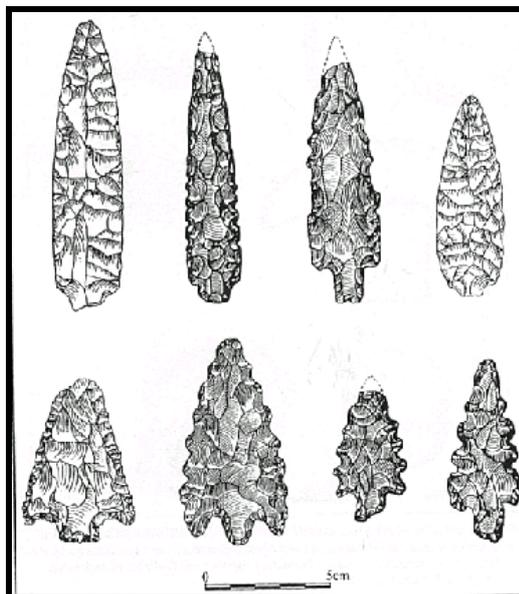
Figura 9.4.3-13 - Exemplo de Ponta de projétil de arenito que pode ser encontrado na região

Figura 9.4.3-14 - Exemplo de Ponta de projétil de arenito silicificado

Também existem pontas de lanças biconvexas, conforme MARTIN (1999), finamente lascadas com retoques milimétricos no gume, flechas triangulares com pedúnculo e gumes denticulados e pontas foliáceas e de rabo de peixe, além de algumas pontas com polimento.

Ainda de acordo com MARTIN (1999), uma classificação cuidadosa das coleções existentes indica técnicas, lugares dos achados e matéria-prima muito diferentes e que podem ser separados por grandes distâncias cronológicas, de forma que qualquer conclusão sobre estas pontas sem maiores dados sobre sua procedência, estaria muito longe de suas conjecturas.

A seguir alguns exemplos.



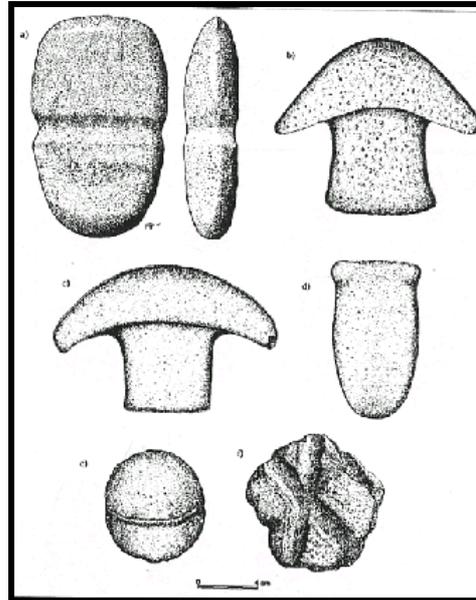
Fonte: MARTIN, Gabriela. Pré-história do Nordeste do Brasil. 3. ed. Atualizado. Recife: UFPE, 1999.p.178

Figura 9.4.3-15 - Pontas de projétil

Calderón *apud* MARTIN (1999) cita achados casuais de pontas de projétil de fino acabamento em sílex, procedentes da região do São Francisco. Algumas pontas foram comparadas às pontas da América Norte.

A presença dessas pontas indica a existência, conforme MARTIN (1999), em épocas ainda indeterminadas, de grupos que conheciam apuradas técnicas de lascamentos que aplicavam sobre diversos tipos de rochas existentes na região, e que difere da grande maioria de materiais líticos unifaciais que caracteriza, em geral, a tecnologia lítica pré-histórica do centro Nordeste.

Na região do Nordeste, também aparecem os materiais polidos, que segundo Martin, poderiam indicar a presença de populações sedentárias ou semi-sedentárias de agricultores.



FORTE: MARTIN, Gabriela. Pré-história do Nordeste do Brasil. 3. ed. Atualizado. Recife: UFPE, 1999.p.181.

Figura 9.4.3-16 - Material lítico



Fonte: www.fundacaocasagrande.org.br/pdf/acervo_litico_e_ceramico_do_cariri.pdf

Figura 9.4.3-17 - Machado polido semi-lunar encontrado na região do Cariri

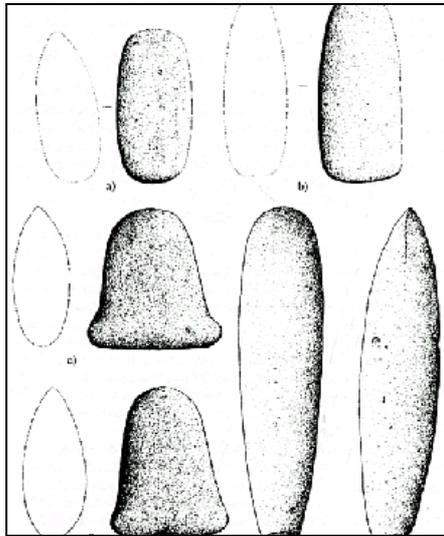


Fonte: www.fundacaocasagrande.org.br/pdf/acervo_litico_e_ceramico_do_cariri.pdf

Figura 9.4.3-18 - Machado polido encontrado na região do Cariri

De acordo com MARTIN (1999), os tipos de rochas utilizados na elaboração do material lítico polido, nas coleções do Nordeste seriam:

(...) granito grosso e médio, diabásio, basalto, anfibólio, gnaiss, diorito, andesito, arenito fino, ardósia, siltito e quartzo. Pela sua beleza e singularidade da forma, os machados polidos semilunares, também chamados de âncora, estão presentes em quase todas as coleções do nordeste. (Martin, 1999, p. 183).



Fonte: MARTIN, Gabriela. Pré-história do Nordeste do Brasil. 3. ed. Atualizado. Recife: UFPE, 1999.p.182

Figura 9.4.3-19 - Material lítico



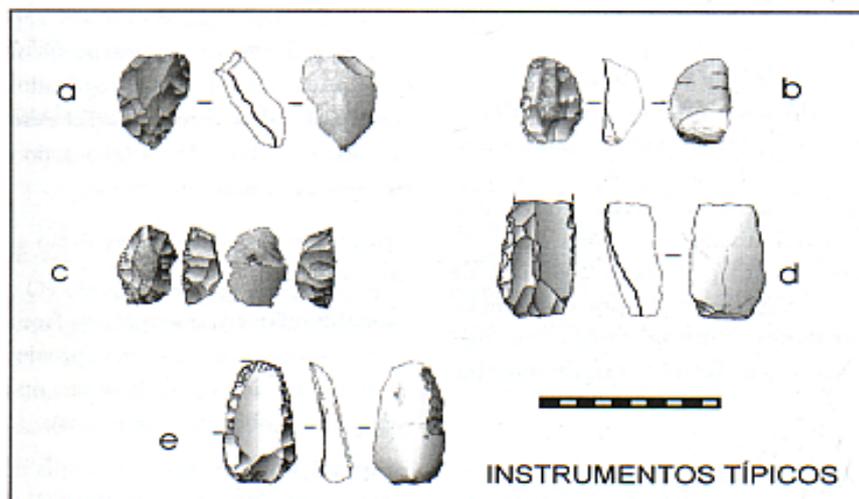
Fonte: www.fundacaocasagrande.org.br/pdf/acervo_litico_e_ceramico_do_cariri.pdf

Figura 9.4.3-20 - Machado polido encontrado na região do Cariri



Fonte: http://geocities.yahoo.com.br/copia_a/500anos5.html.

Figura 9.4.3-21 - Exemplo de seqüência encontrada nos sítios pré - históricos da região ora em pesquisa e que será atingida pelo empreendimento



Fonte: http://geocities.yahoo.com.br/copia_a/500anos5.html.

Figura 9.4.3-22 - Exemplo de seqüência encontrada nos sítios pré-históricos da região ora em pesquisa e que será atingida pelo empreendimento



Fonte: <http://www.griphus.com.br/Foto.aspx?idFoto=496>.

Figura 9.4.3-23 - Foto de sítio arqueológico presente na região Centro Nordeste do Brasil. Na foto trata-se de uma oficina lítica



Fonte: Acervo LEPA

Figura 9.4.3-24 - Foto de sítio arqueológico presente na região Centro Nordeste do Brasil. Na foto trata-se de uma oficina lítica



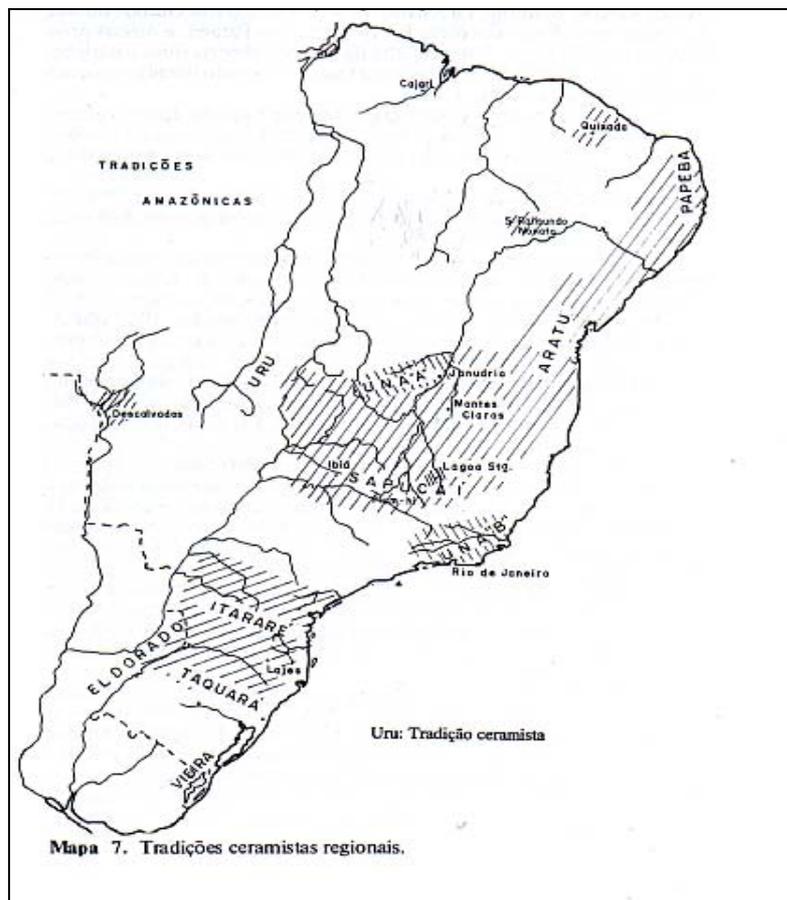
Fonte: Acervo LEPA

Figura 9.4.3-25 - Foto de sítio arqueológico presente na região Centro Nordeste do Brasil. Na foto trata-se de uma oficina lítica

9.4.3.3.3 - O Material Cerâmico Regional

O estudo de materiais cerâmicos é de suma importância para compreender a história pré-colonial do Brasil, pois revela muito de grupos indígenas que habitaram esse território, como afirma Martin (1999): “A cerâmica foi inventada na América independente do Velho Mundo, a partir da mesma técnica simples e lógica de modelar pequenos recipientes côncavos ou forrar com argila cestas trançadas que, ao secar, deixava uma marca do trançado no barro”. (p. 192).

Estudar a cerâmica dos Estados do Piauí, Pernambuco e Ceará, permite estabelecer um panorama das culturas desses estados de forma a visualizar quais os grupos ceramistas que aí se estabeleceram e deixaram seus vestígios materiais, percebendo as principais características da cerâmica e quais as tradições ceramistas se desenvolveram nesse espaço, conforme pode ser visualizado no mapa na seqüência:

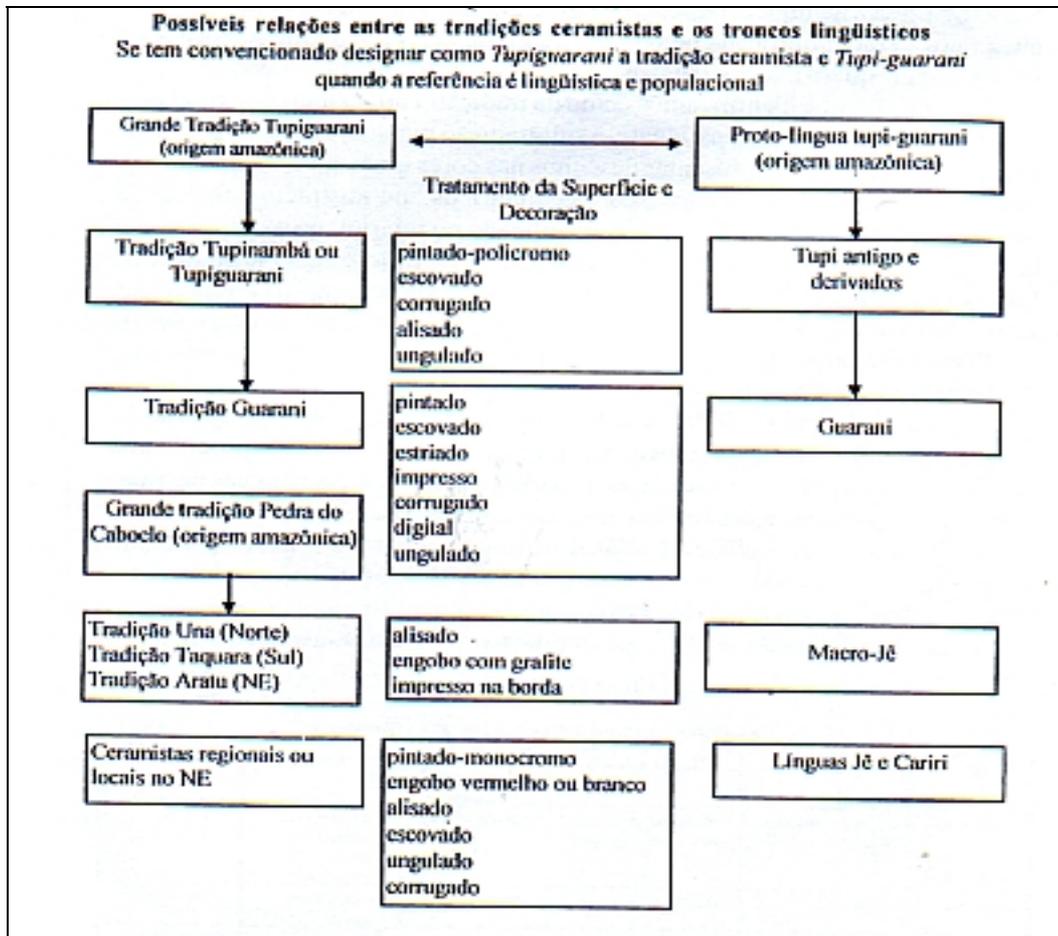


FONTE: PROUS, A. Arqueologia Brasileira. Brasília, DF: UNB, 1992.p.331.

Figura 9.4.3-26 - Mapa das tradições ceramistas do Brasil

O Quadro 9.4.3-1 demonstra que grupo indígena produziu determinado tipo de cerâmica, sendo que, assim, nota-se que as tradições ceramistas não estão ligadas apenas ao território onde se desenvolveram, mas sim a grupos diferentes.

Quadro 9.4.3-1 - Quadro das Tradições ceramistas do Nordeste



FONTE: MARTÍN, G. Pré-história do Nordeste do Brasil. 3.ed. atualizada. Recife: UFPE, 1999. p.194

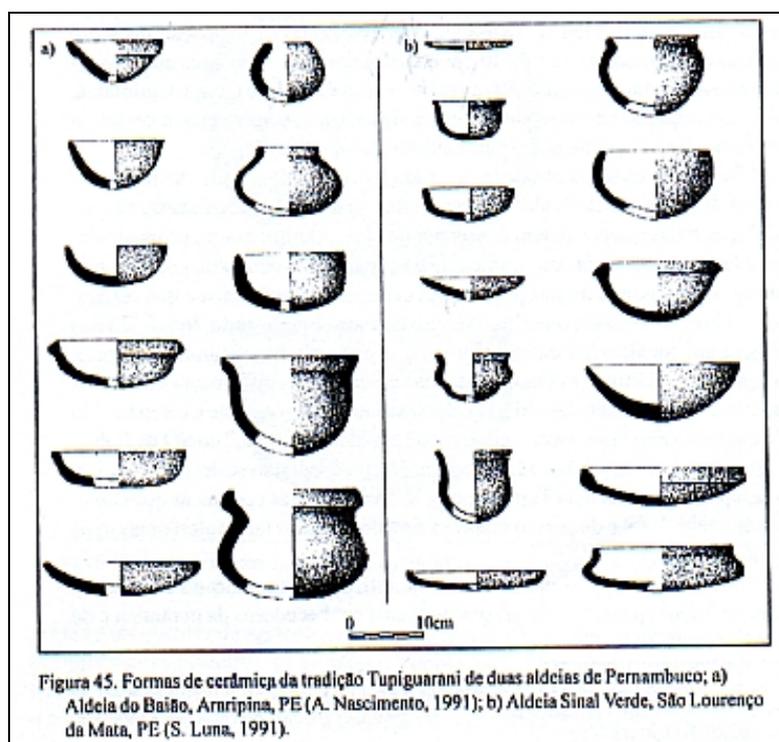
A cerâmica de Pernambuco

No Estado de Pernambuco são encontradas as tradições ceramistas Aratu, Tupiguarani, além de cerâmica Pabeba e Cabrobó.

A tradição ceramista Aratu possui urnas funerárias piriformes, sendo a tampa outro vaso também piriforme. E os enterramentos são primários, feitos em urnas na periferia da aldeia. A cerâmica dessa tradição é roletada, sem decoração, com superfícies alisadas ou com engobo de grafite. As panelas são semi-esféricas, de bordas onduladas. (MARTIN, 1999, p.212). O antiplástico da cerâmica Aratu é de areia fina e quando ocorre alguma decoração é corrugado (fase Itanhém) ou com algumas incisões. (PROUS, 1992, p. 347).

A alimentação do grupo ceramista Aratu pode ser identificada a partir da análise da cerâmica e dos restos alimentares. Os produtos de subsistência desse grupo eram: mandioca, milho, feijão e amendoim. Há também vestígios de cachimbos tubulares ou em forma de funil.

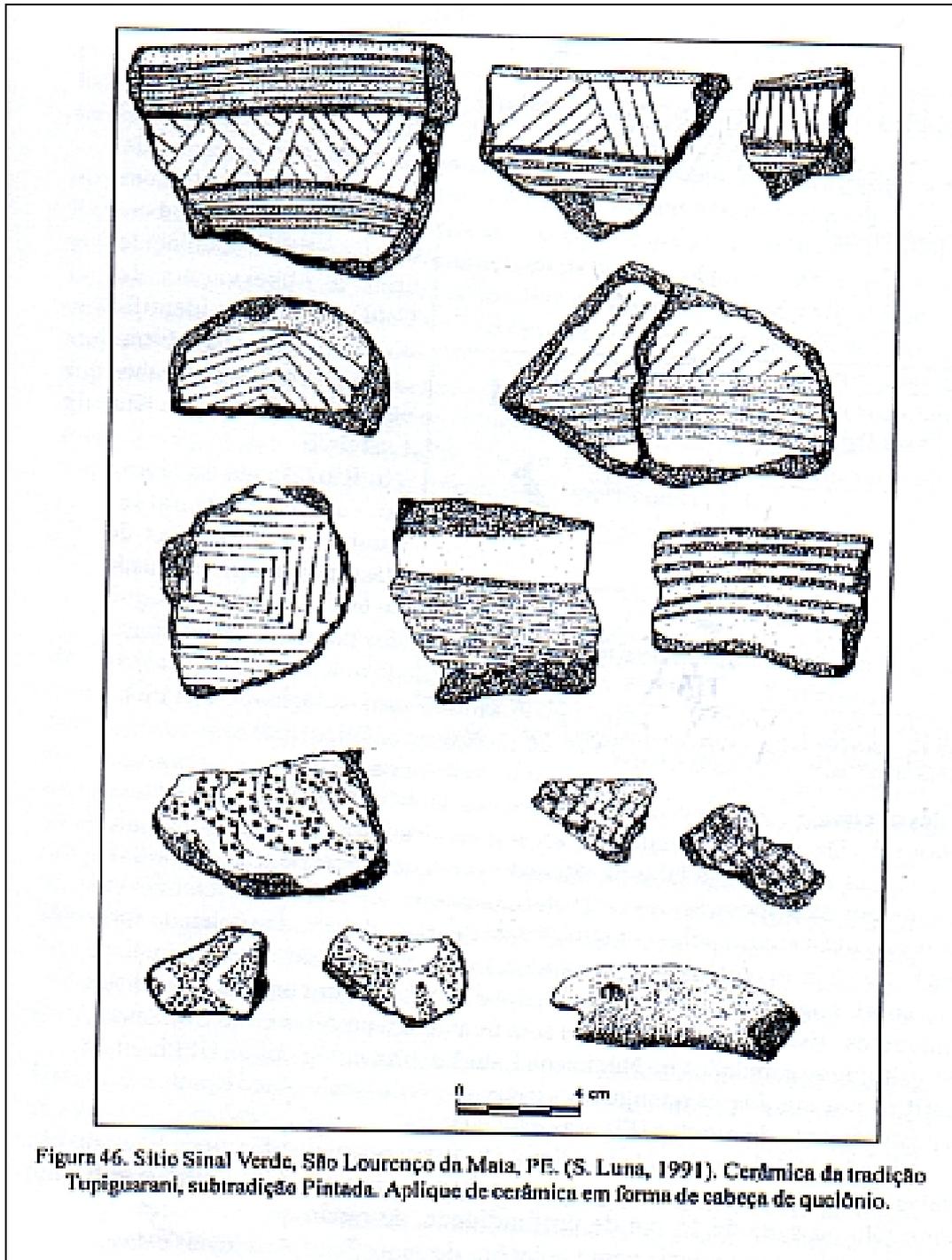
A tradição Tupiguarani também é encontrada no Estado de Pernambuco e caracteriza-se por usar a técnica do acordelamento, formando paredes grossas. O cozimento é incompleto e os antiplásticos usados são cacos moídos, areia fina ou grossa e grânulos de argila. As formas comuns oscilam de tamanho, desde pequenos vasos de 10 centímetros de diâmetro a grandes tigelas de 70 a 80 centímetros. O fundo desse tipo de cerâmica geralmente é plano ou suavemente curvo e as bocas são circulares, elípticas, retangulares ou quadrangulares. (MARTIN, 1999, p. 195/196).



Fonte: MARTÍN, G. Pré-história do Nordeste do Brasil. 3.ed. atualizada. Recife: UFPE, 1999. p. 202

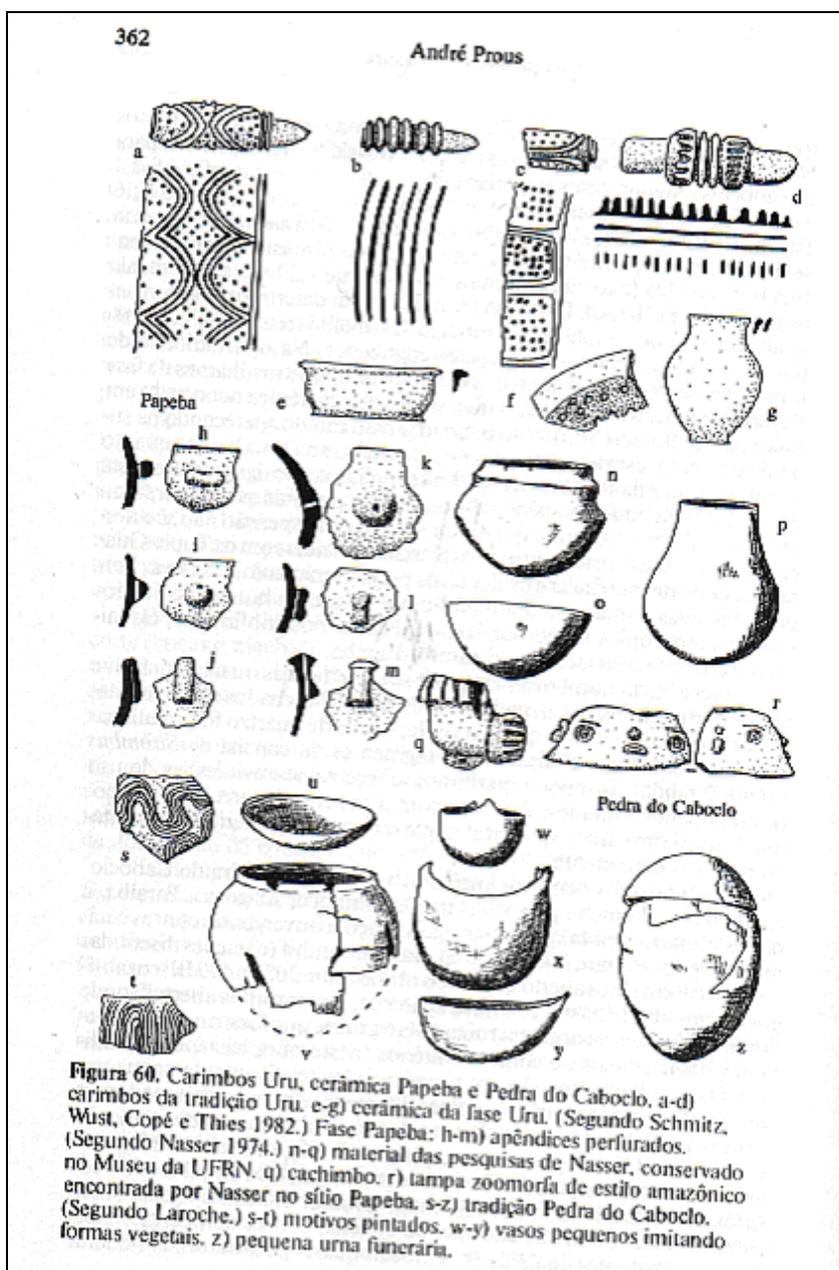
Figura 9.4.3-27 - Formas de Cerâmica da Tradição Tupiguarani

A tradição Tupiguarani se divide em três subtradições (pintada, corrugada e escovada).



FONTE: MARTÍN, G. Pré-história do Nordeste do Brasil. 3.ed. atualizada. Recife: UFPE, 1999. p 203.

Figura 9.4.3-28 - Cerâmica da Tradição Tupiguarani



FONTE: PROUS, A. Arqueologia Brasileira. Brasília, DF: UNB, 1992. p 362.

Figura 9.4.3-29 - Material cerâmico

O registro de cerâmica Cabrobó estende-se de Casa Nova, na Bahia, até Belém de São Francisco, em Pernambuco. Essa cerâmica tem formas simples, globulares, são ovóides. O tratamento de superfície pode ser escovado, alisado, acanalado, espatulado e corrugado. As bordas são diretas

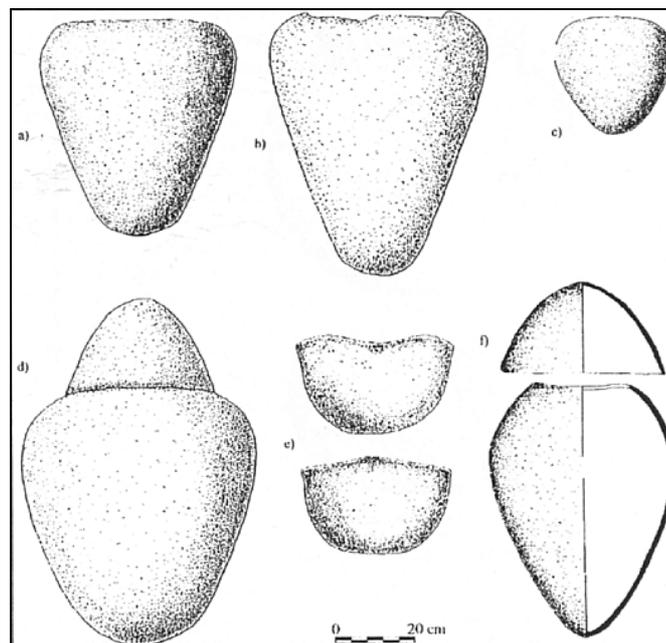
e o antiplástico usado é areia fina e grossa. A decoração é sempre plástica. Há também a ocorrência de urnas funerárias, com enterramentos secundários. (MARTIN, 1999, p. 218).

Os vários exemplos de sítios cerâmicos em Pernambuco demonstram que o potencial arqueológico do Estado é amplo, e permite entender a ocupação pré-histórica deste território.

A cerâmica de Ceará

“O conhecimento dos grupos ceramistas do Ceará é precário e, além de algumas coleções Tupiguarani, sem contexto, não temos informações de outras cerâmicas pré-históricas identificadas por arqueólogos.” (PROUS, 1992, p 366)

Em uma expedição realizada em 1971 por M. Pares e A. Mendonça de Souza foi identificada a ocorrência de algumas urnas funerárias, piriformes, com aditivos de grafite, além de tigelas com bordas onduladas, originárias do vale do Quixeramobim, muito semelhantes às características da cerâmica Aratu.



FONTE: MARTÍN, G. Pré - História do Nordeste do Brasil. 3. ed. Recife: UFPE, 1999.

Figura 9.4.3-30 - Material cerâmico da Tradição Aratu

No entanto, apresenta uma particularidade que se verifica também na fase Papeba do Rio Grande do Norte e pode, portanto constituir um traço distintivo da região nordestina setentrional: a presença de pequenos apêndices de prensão com perfuração transversal.

Aparecem algumas pequenas protuberâncias na borda, não ilustradas na publicação, mas que são chamadas de bicos e talvez se assemelhem às mencionadas na tradição Pedra do Cabloco para os vasos em forma de cuia. A cerâmica é bastante fina (10-15 mm de espessura a não ser para as urnas maiores), com superfície alisada. Em um sítio apareceram cacos pintados de vermelho com traços geométricos. Cachimbos antropomórficos e rodela de fuso de três até 6,5 cm de diâmetro são também achados comuns. (PROUS,1992, p 363).

A localização dos sítios costuma ser próxima de petróglifos. Mas devido a proximidade de cachoeiras, local propício ao assentamento de grupos humanos, não é possível a associação direta destes dois tipos de sítios arqueológicos.

“Não temos descrição da estrutura geral das aldeias de Quixadá, mas há em todas um grande número de fogueiras com 1,40 até 1,80m de diâmetro e 40 cm de profundidade, cheias de blocos de pedra (10 a 20 blocos preenchendo a fossa toda); parece tratar-se de fornos assinalados como típicos dos índios Jês, onde as carnes colocadas para esquentar entre pedras previamente aquecidas. Na serra dos macacos, 61 destas estruturas foram encontradas em superfície durante uma prospecção, numa área de apenas 50 X 100 m.” (PROUS,1992,p 363)

Na região da Chapada do Araripe, são encontradas ocorrências cerâmicas associadas aos sítios arqueológicos com artes rupestres. A cidade de Brejo Santo, município abrangido pela LT e localizado nessa região foi encontrada cerâmica policromada.



Fonte: www.fundacaocasagrande.org.br/pdf/acervo_litico_e_ceramico_do_cariri.pdf

Figura 9.4.3-31 - Cerâmica policromada encontrada no município de Brejo Santo/CE

Em um empreendimento de Linha de Transmissão desenvolvido pela CHESF com percurso de Corema, no Estado da Paraíba, até Milagres, no Ceará, foi encontrado um sítio arqueológico no município de Mauriti com vestígios de fogueira e vasto material arqueológico cerâmico.

Embora esse município não esteja na área de abrangência direta da LT 500 kV São João do Piauí - Milagres, faz limite com outros dois municípios, Milagres e Brejo Santo, abrangidos pelo empreendimento, demonstrando a potencialidade arqueológica da região.

A cerâmica do Piauí

Os primeiros sítios arqueológicos cerâmicos do Piauí foram estudados por Calderón *apud* Martin (1999), pesquisador do PRONAPA, na década de 60, sendo que este os vinculou a tradição ceramista Aratu, que ele próprio estabeleceu a partir de suas pesquisas em sítios na Bahia, Sergipe em Pernambuco.

Nessa tradição são características urnas funerárias piriformes, sendo a tampa outro vaso também piriforme. Os enterramentos são primários feitos em urnas na periferia da aldeia.

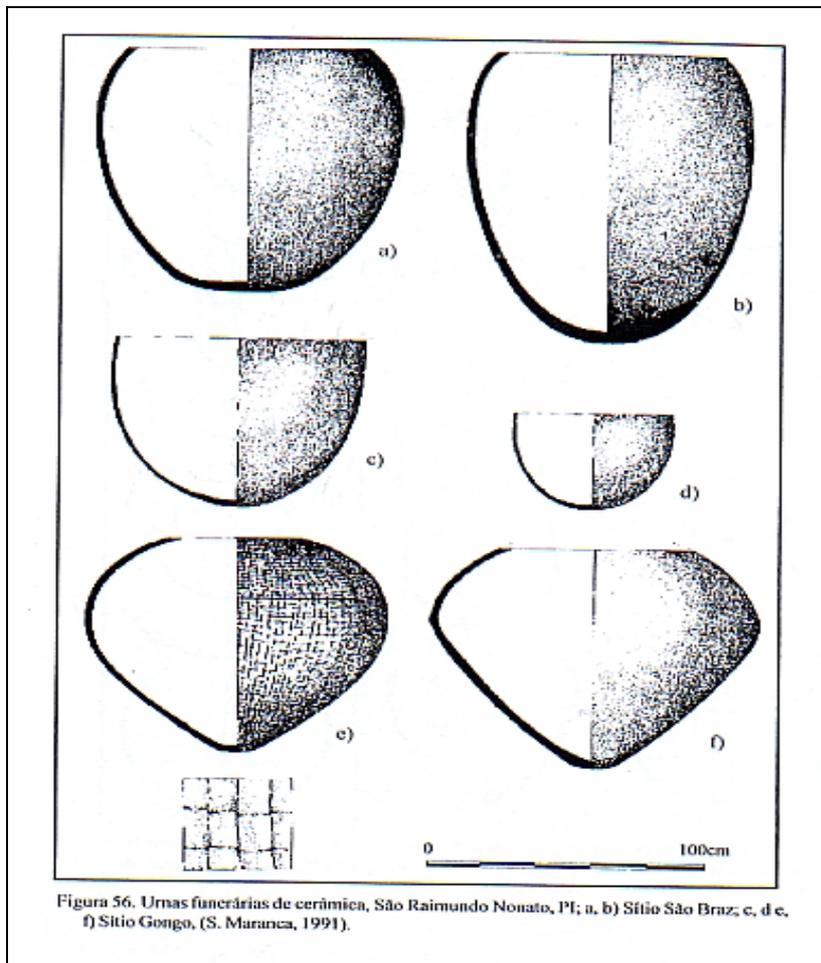


Figura 56. Urnas funerárias de cerâmica, São Raimundo Nonato, PI; a, b) Sítio São Braz; c, d e, f) Sítio Gongo, (S. Maranca, 1991).

Fonte: PROUS, A. *Arqueologia Brasileira*. Brasília, DF: UNB, 1992.

Figura 9.4.3-32 - Material cerâmico encontrado no Piauí

A cerâmica dessa tradição é roletada, sem decoração, com superfícies alisadas ou com engobo de grafite. As panelas são semi-esféricas de bordas onduladas. (MARTIN, 1999, p.212). O antiplástico da cerâmica Aratu é de areia fina e quando ocorre alguma decoração é corrugado (fase Itanhém) ou com algumas incisões. (PROUS, 1992, p. 347).

A alimentação desse grupo pode ser identificada a partir da análise da cerâmica e dos restos alimentares. Os produtos de subsistência desse grupo eram: mandioca, milho, feijão e amendoim. Há também vestígios de cachimbos tubulares ou em forma de funil.

No município de Gervásio de Oliveira, no Sudoeste do Estado do Piauí, existe um grande abrigo sob rocha com pintura rupestre e sepultamentos em urnas funerárias, inserido no enclave arqueológico do Parque Nacional Serra da Capivara, denominado como sítio arqueológico Toca da

Baixa dos Caboclos. Esse abrigo tem 15 metros de largura por 51 metros de comprimento e possuía nove sepultamentos, e pelas datações foi usado como cemitério até 300 e 400 anos atrás.

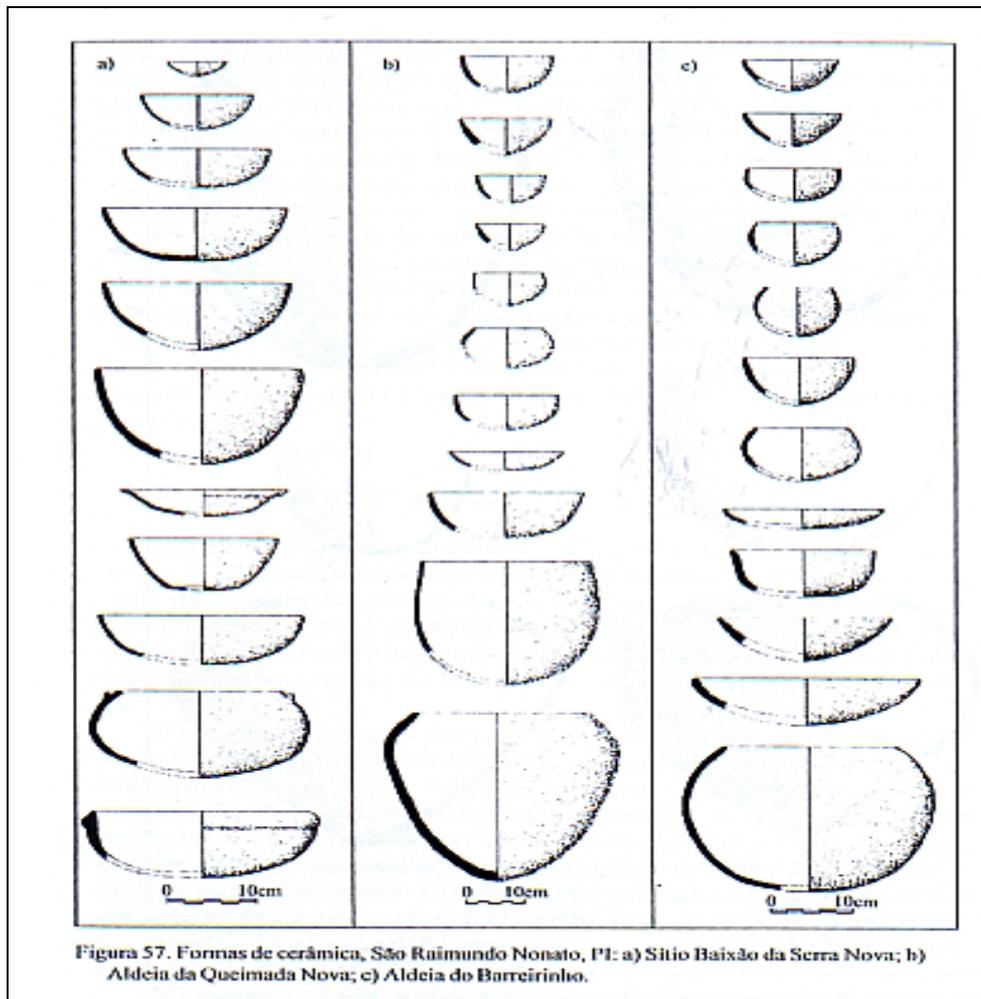
O sítio pode ser caracterizado como um pequeno cemitério de urnas, vinculado a um dos grupos portadores de cerâmica corrugada que transitava ou ocupava o sudoeste do Piauí entre os séculos XV e XVI. (GUIDON apud SOUZA, 2002, p. 89).

Além dos enterramentos, foram encontrados outros fragmentos de cerâmica lisa e corrugada, material lítico, ossos e restos vegetais. Esse sítio é apenas um exemplo do potencial arqueológico do estado do Piauí, e de toda variedade de vestígios e formas de cerâmica existentes.

Há no Piauí referências sobre diversos grupos das famílias lingüísticas dos troncos Tupi, Macro-Jê, além, possivelmente, da família Karibe e outras línguas isoladas. (SOUZA, 2002, p.88).

A área do Parque Nacional Serra da Capivara é um local de alto potencial arqueológico, estudado por vários pesquisadores, entre eles Niède Guidon, que também é a diretora junto com Anne Marie Pessis do Museu do Homem Americano, com sede em São Raimundo Nonato, representando um grande avanço para os estudos da pré-história no Piauí e no Brasil.

Conforme MARTIN: “O conhecimento do valor arqueológico do Parque Nacional Serra da Capivara, Patrimônio Mundial da Humanidade reconhecido pela UNESCO, é obra de Niède Guidon e Anne-Marie Pessis que, juntamente com seus colaboradores, projetam no mundo científico um esquecido lugar no SE do Piauí”. (MARTIN, 1997, p. 9).



Fonte: PROUS, A. Arqueologia Brasileira. Brasília, DF: UNB, 1992.

Figura 9.4.3-33 - Material cerâmico

Silvia Maranca, pesquisadora da USP, estuda a cerâmica de sítios arqueológicos no Piauí, e classificou dez sítios cerâmicos com enterramentos⁶, sendo que descreveu a cerâmica encontrada na Aldeia Queimada Nova como apresentando tratamento de superfície pintado, corrugado, corrugado-ungulado, roletado com alisamento interno.

A técnica é de acordelamento, o antiplástico é areia fina, e nos cacos corrugados o aditivo é areia grossa. As bordas são introvertidas, extrovertidas e retas, com 10 a 60 cm de diâmetro. Silvia Maranca não filiou a cerâmica encontrada à nenhuma tradição ceramista, por precaução,

⁶ Os sítios são Limpo Grande, Toca do Congo I, São Braz, Toca do Pitombí, Toca do Morcego, Toca do Arapuá do Congo, Toca do Pingo do Boi, Aldeia da Queimada Nova, Barreirinho e Baixão da Serra Nova.

mas B. Meggers, em 1980, já a havia classificado como cerâmica Tupiguarani, que também é encontrado na região. (MARTIN, 1999, p. 222).

Outra ocorrência de cerâmica do Piauí é a vinculada à tradição Tupiguarani, sendo que são poucos os vestígios desse tipo de cerâmica nos sítios arqueológicos desse Estado, porém a densidade pode variar. A decoração é policrômica, com traços lineares sobre fundo engobado, antiplástico de areia, misturada com cacos moídos. No sítio Queimada Nova 40% da cerâmica é corrugada, pertencente à tradição Tupiguarani.

O Estado do Piauí é alvo de numerosas pesquisas arqueológicas e apresenta vários sítios arqueológicos já estudados por pesquisadores que trabalham na região, por isso podemos notar a grande diversidade de cerâmica, além de outros vestígios arqueológicos.

9.4.3.3.4 - O Grafismo Rupestre Regional

O registro rupestre é uma fonte arqueológica deixada pelo homem pré-histórico, inscrito em pedras e paredões em forma de petróglifos, gravuras e pinturas, feitas por grupos indígenas em vários períodos, não só para a decoração, pois como diz GASPARG (2003), *“o grafismo era parte integrante do sistema de comunicação do qual se preservaram apenas as expressões gráficas que resistiram no tempo”*. (p. 12).

Os grafismos podem ser definidos como *“as pinturas e gravuras feitas nas paredes das grutas, abrigos, blocos, lajes e costões por diferentes grupos sociais, em vários períodos”*. (GASPARG, 2003, p. 8).

Existem vários problemas que permeiam o estudo dos grafismos rupestres, como quais os recursos materiais empregados, como foram realizados, e quais podem ser considerados representativos de uma determinada tradição rupestre. (MARTIN, 1999, p. 248).

A arte rupestre também é muito importante, pois *“fala”* sobre o grupo cultural que a produziu, deixando vestígios na região ocupada, para que se possa fazer um bom estudo.

As pinturas e gravuras estão agrupadas em tradições, termo que MARTIN (1999) descreve como sendo:

“a representação visual de todo um universo simbólico primitivo que pode ter sido transmitido durante milênios sem que, necessariamente, as pinturas de uma

tradição pertençam aos mesmos grupos étnicos, além do que poderiam estar separados por cronologias muito distantes.” (MARTIN, 1999, p. 240).

No Nordeste brasileiro existem, pelo menos, três grandes *tradições*: Nordeste, Agreste e Itaquiara.

Segundo MACEDO, as tradições rupestres foram estabelecidas a partir das pesquisas de Niède Guidon e outros pesquisadores no Piauí, estendendo-se até outros Estados com Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará e Mato Grosso.

A *Tradição Nordeste* é definida através de figuras de pequeno tamanho, antropomorfas, dotadas de enfeites, ornatos e atributos, os quais caracterizam a figura humana dentro de um contexto social rico: lutas, caças, danças e sexo - como nos apresentam as pinturas.

Os antropomorfos aparecem sempre em posição que sugere movimento e agitação; os que aparecem de perfil parecem estar gritando. Segundo MACEDO, os grafismos dessa tradição são de traço leve e foram pintados com instrumentos finos, permitindo uma acurada técnica de delimitação da pintura.

A tradição Nordeste não representa somente o cotidiano dos grupos humanos pré-históricos do Nordeste, mas, também, cenas cerimoniais cujo significado ainda não é totalmente compreendido por se tratar de rituais complexos, podendo ser também representação de mitos.

Sua presença repetida nos abrigos rupestres torna-se um indicador da tradição, chamado de “*emblemático*”, na prática, um logotipo desse horizonte cultural. Exemplos disso são as cenas de duas figuras humanas, ambas de costas, separadas por tridígitos ou pontos; os chamados “grupos familiares” e as cenas de dança em torno de árvore, com figuras humanas portadoras de ramos nas mãos.

De acordo com MACEDO, a principal cor utilizada é o vermelho, com várias tonalidades, seguido do branco, amarelo, preto, cinza, verde e azul, havendo, constantemente, o uso da policromia. A cronologia dessa tradição inicia-se em torno dos doze mil anos antes do presente, sendo associada a uma cultura de caçadores coletores que viviam em clima úmido e com recursos hídricos bem mais favoráveis que hoje.

Conforme MACEDO, são constantes temas como a caça, envolvendo animais como veados, emas, tucanos, onças, araras e capivaras; o sexo grupal e a masturbação; dança ritual em torno de árvore e o lúdico, na forma de “*jogos*”. A sociedade da tradição nordeste era estritamente

hierárquica, como demonstram as inúmeras representações de antropomorfos com cocares sobre a cabeça, identificadores de sua alta posição social.

A *Tradição Agreste* apresenta pinturas de técnica gráfica inferior à Tradição Nordeste, inferioridade também verificada no tocante aos temas. As suas características são a grande ocorrência de grafismos puros e canhestros, em geral, de tamanho grande, sem qualquer traço identificado e a não formação de cenas - quando estas se formam, apresentam poucos antropomorfos e zoomorfos.

De acordo com MACEDO, os “*emblemáticos*” da tradição são um antropomorfo, de grande tamanho, geralmente estático, isolado e de forma grotesca, dando um aspecto totêmico à representação humana. Outro emblemático é a figura de um pássaro, de longas penas e asas abertas, com tendência ao antropozoomorfismo (homem-pássaro).

Marcas de mãos e pés em positivo são bastante comuns, especialmente, na parte superior dos suportes onde foram pintadas, assim como linhas, grades, espirais e outros sinais sem identificação imediata.

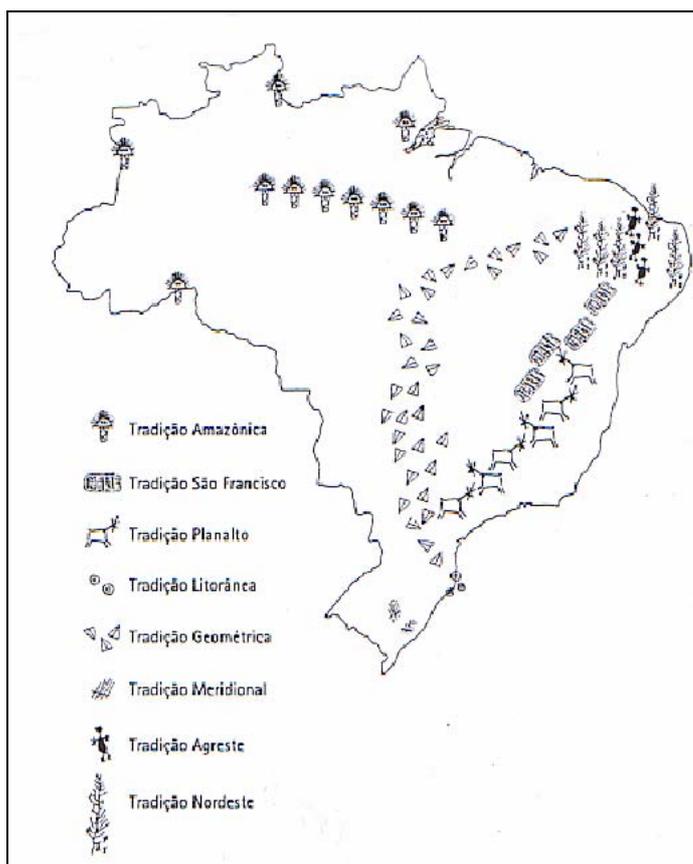
Enquanto os povos da Tradição Nordeste tinham um contexto geográfico rico, pintando os abrigos sob rocha nas encostas das serras, nos vales das quais corriam rios caudalosos, os caçadores da Tradição Agreste viviam num ambiente bem mais modesto, ocupando pés-de-serra, várzeas e brejos, sempre próximos a fontes d'água e caldeirões, onde se acumulava a água das chuvas nos períodos de estiagem. A cronologia para essa tradição é de cerca de cinco mil anos antes do presente para o Piauí, e dois mil anos antes do presente para Pernambuco. Um exemplo típico de sítio dessa tradição é o Lajêdo da Soledade, em Apodi.

A *Tradição Itaquiara* - ou *das Itaquiaras* - aparece em blocos ou rochas ao lado dos cursos d'água e, às vezes, em contato com esta, compreendendo gravuras executadas sobre a rocha. Nela aparecem, comumente, grafismos puros e sinais como tridígitos, círculos, linhas e quadrados. É a tradição a que mais se tem prestado interpretações fantásticas e fantasiosas.

Conforme MACEDO, conhecemos poucos dados a respeito dos grupos humanos que as fizeram, devido a sua não associação com a cultura material desses povos, face esses registros estarem, quase sempre, em contato com a água. Exceção é o caso do Letreiro do Sobrado, em Pernambuco, de onde saíram datações de mil e duzentos a seis mil anos antes do presente para fragmentos de rochas gravadas, relacionadas com indústrias líticas e fogueiras.

Acredita-se que as itaquatiaras brasileiras estejam relacionadas ao culto das águas, devido à sua localização em cursos d'água ou caldeirões, onde a água que cai no inverno fica retida. Provavelmente, são também relacionadas com cultos cosmogônicos das forças naturais e celestes, devido à existência de possíveis representações de astros ou linhas onduladas que imitam o movimento das águas. Disseminadas em todo o Brasil, as itaquatiaras têm o seu expoente máximo na Pedra do Ingá, na Paraíba.

Muitos estudos e levantamentos foram realizados nos Estados do Piauí, Pernambuco, Ceará o que demonstra o potencial arqueológico referente aos registros rupestres que esse território possui. Pois, como afirma GASPAR (2003), "Toda diversidade denota a profundidade temporal do hábito de usar tintas e decorar rochas e a multiplicidade cultural que se estabeleceu no que é hoje o território brasileiro". (p. 60). Isso pode ser mais bem visualizado nas distribuições das tradições pelo território do Brasil, como demonstra o mapa.



Fonte: GASPAR, M. A Arte Rupetre no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

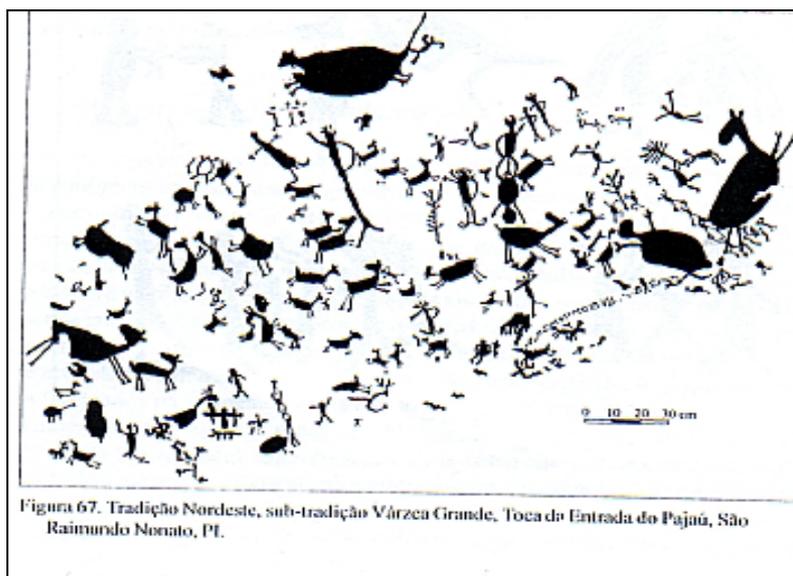
Figura 9.4.3-34 - Mapa das Tradições Rupestres do Brasil

Os Grafismos Rupestres do Piauí

Nesse Estado, tem sido feita muita pesquisa arqueológica, sendo que estas envolvem os registros rupestres, principalmente por Niède Guidon e sua equipe, na área de São Raimundo Nonato. As tradições rupestres que são encontradas no Piauí são a tradição Nordeste, com sua sub-tradição Várzea Grande e a Tradição Agreste.

Em 1992, tinham sido descobertos 364 sítios com pintura ou gravura e cadastradas cerca de 40 mil figuras feitas por grupos pré-históricos que habitaram o território que hoje é o Piauí.

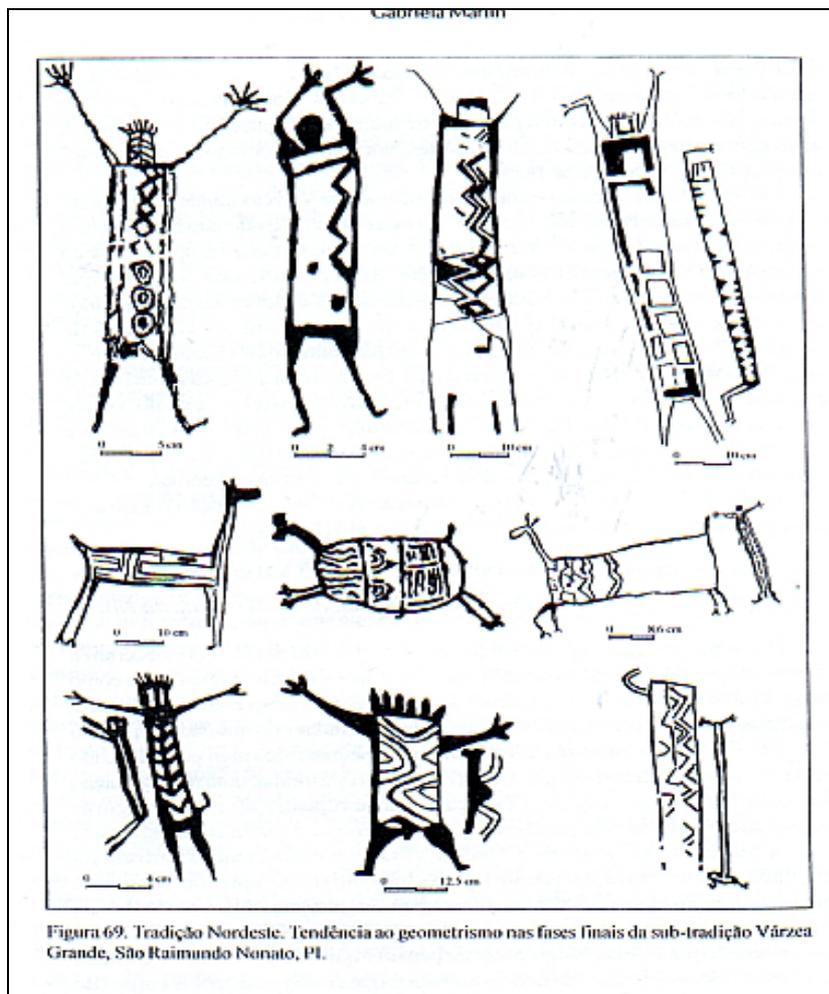
A tradição Nordeste possui as mesmas características gerais já explanadas acima, mas possui algumas especificidades regionais, principalmente expressas na sub-tradição Várzea Grande, que tem representações dinâmicas, de caráter individual e temática lúdica (figuras humanas e animais em movimento). (GASPAR, 2003, p. 67).



Fonte: MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. 3. ed. Atualizado. Recife: UFPE, 1999. p. 257.

Figura 9.4.3-35 - Tradição Nordeste

Essa subtradição é feita com uma técnica rebuscada, pois se nota o domínio do preparo e utilização das tintas elaboradas a partir do óxido de ferro. O apogeu dessas representações se deu há 12 mil anos atrás, sendo que após houve uma geometrização das figuras humanas e animais. E maior representação de ações com violência, lutas, combates e execuções.



Fonte: MARTIN, Gabriela. Pré-história do Nordeste do Brasil. 3. ed. Atualizado. Recife: UFPE, 1999, p.260.

Figura 9.4.3-36 - Tradição Nordeste

A tradição Nordeste é característica também por narrar os diferentes aspectos da vida cotidiana do grupo, como quando mostram cenas de caça com diversos instrumentos, por exemplo, o veado sendo caçado com tacapes, a onça com propulsores e azagaias e o tatu caçado a mão e abatido com golpes de tacape ou pego pelo rabo. Também há o combate entre indivíduos usando propulsores e azagaias. Um fato interessante é que não há representação de arcos e flechas. (GASPAR, 2003, p. 68).

Ritos e hierarquia também podem ser percebidos através dos grafismos rupestres, devido ao registro de cocares, máscaras em cenas de pessoas dançando.



Fonte: MARTIN, Gabriela. Pré-história do Nordeste do Brasil. 3. ed. Atualizado. Recife: UFPE, 1999. p. 254.

Figura 9.4.3-37 - Tradição Nordeste

Niède GUINDÓN *apud* MARTIN (1999) estabeleceu esses diferentes aspectos em três períodos de sub-tradição Várzea Grande, sendo o primeiro marcado por representações dinâmicas individuais com grande mobilidade e aspectos lúdicos.

O segundo período é caracterizado por atributos e enfeites na figura humana, além de cenas de sexo grupal. E no terceiro e último período a representação da figura humana mais rígida, ou seja, o geometrismo das formas, e também cenas violentas aumentam, em detrimento das lúdicas. (MARTIN, 1999, p. 257-258).

Quando ocorre a geometrização das figuras, o homem é representado em forma de retângulos providos de braços e pernas. E os animais com troncos geométricos. Antropomorfos e zoomorfos são quase igualmente representados. Os zoomorfos mais frequentes são as emas, cervídeos e

pequenos quadrúpedes. As figuras humanas aparecem em varias cenas de caça, dança, guerra, copulações, rituais, etc. (PROUS, 1992, p. 521).

Niède GUIDON *apud* MARTIN (1999) também estabelece variedades para os grafismos estudados na área de São Raimundo Nonato. A primeira variedade seria a “Serra Capivara”, presente em todos os sítios de São Raimundo Nonato, que também é a variedade mais antiga e que permanece até o final da tradição. Tem como típico o vermelho e a grande quantidade de animais e humanos representados.

Sinais geométricos freqüentes e cenas de caça e árvore. Existem vários sítios arqueológicos que apresentam essa variedade, estudados por Niède, sendo eles Toca do Paraguaio (acampamento de caçadores, com vestígios de ocre), Toca da Entrada do Baixão da Vaca, Toca Grande de Areia, Toca do Barro, Toca do Pajaú, Toca da Entrada do Pajaú, Toca da Pequena da Areia, Toca do Baixão do Brejinho IV, Toca do Bojo I e II, Toca da Boa Vista I, Toca da Chapada dos Cruz, Toca da Baixa Verde, entre vários outros que já foram estudados e outros ainda a serem pesquisados.

A outra variedade é a “Serra Branca”, que ilustra cervídeos e antropomorfos com o corpo preenchido por traços geométricos. Os homens são ilustrados lutando em duelos e também ocorrem cenas de sexo e cenas de árvore com números atores. As figuras são características por sua rigidez e corpos geométricos, alinhados horizontalmente.

Muitos sítios pertencem a essa variedade, sendo que alguns deles são esses: Toca do Vento, Toca do Caboclo, Toca do Caboclinho, Toca do José Ferreira, Toca do Pitombí, Toca do Morcego, Toca do Veado, Toca do Pinga do Boi, Toca do Sobradinho, Toca da Pedra Solta da Serra Branca, entre outros.

A terceira variedade é denominada “Serra Nova”, sendo a maior variedade cromática, com muitas cenas de caça. A última variedade é o “Complexo Serra Talhada”, que aos poucos vai substituindo a variedade “Serra Capivara”. Usam-se as cores vermelhas, amarelas e brancas em figuras miniaturizadas (menos de 10 cm) e os antropomorfos se agrupam em cenas de atuação coletiva, incluindo violência e sexo. (PROUS, 1992, p. 523).

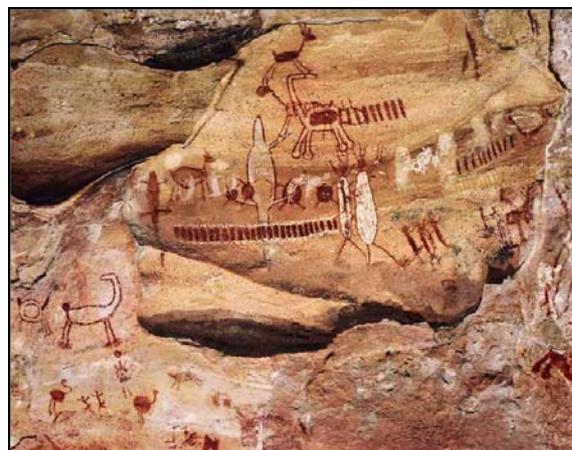
Alguns sítios arqueológicos do Complexo da Serra Talhada: Toca do Barro, Toca do Sítio do Meio, Toca do Boqueirão do Sítio da Pedra Furada, Toca da Invenção, Toca da Serra Nova, Toca do Caitetu I, Toca do Benzedor, Toca da Roça do Clovis, Toca do Boqueirão da Puxa, entre outros.



Fonte: <http://www.fumdam.org.br/fotos/pintura08.jpg>

Figura 9.4.3-38 - Toca do Boqueirão - Tradição Nordeste

A outra forma de representação de grafismos rupestres é a tradição Agreste, que tem características semelhantes às já descritas anteriormente, mas sendo original em dois estilos de registros descritos por GUIDÓN *apud* MARTÍN (1999). São eles: estilo Serra do Tapuio e o estilo Extrema, que também podem ser classificados como subtradições da tradição Agreste.



Fonte: <http://www.ab-arterupestre.org.br/images/foto03.jpg>

Figura 9.4.3-39 - Toca do Boqueirão-Tradição Agreste: antropomorfos e formas animais estáticas

O estilo Serra do Tapuio é a primeira manifestação da tradição na área de São Raimundo Nonato. Apresenta traços grosseiros, imprecisão e irregularidades nos contornos, além de falta de dinamismo nas figuras humanas e animais. São pintados adornos de penas na cabeça de cor vermelha. As figuras são recheadas depois de desenhada a silhueta. Na maioria das vezes são intrusivos nos abrigos da tradição Nordeste.

O estilo Extrema agrega grafismos da tradição Agreste e Nordeste.

A tradição Agreste também está presente no norte do Estado do Piauí, no Parque Nacional de Sete Cidades, no município de Piracurura, em que a maioria das pinturas são de antropomorfos e pássaros de asas abertas, sendo estudados por Conceição Lage, da Universidade Federal do Piauí. (MARTIN, 1999, p. 285-286).

O Estado do Piauí é muito representativo na arte rupestre brasileira, tendo alguns dos mais famosos paredões de arte rupestre do mundo, assim afirma MARTIN (1999): *“Não se conhece em toda a América, uma área arqueológica com a densidade de registros dos abrigos do Parque Nacional da Serra da Capivara que, na atualidade, representa um referencial obrigatório para todo estudo de arte rupestre brasileira.”* (p. 95).

Os Grafismos Rupestres de Pernambuco

No Estado de Pernambuco são encontrados vários sítios com grafismos rupestres, sendo que estes podem ser vinculados a várias tradições. Na opinião de Pessis *apud* MARTIN (1999, p.241), as tradições *“ordenam os registros gráficos que representam identidades culturais de caráter geral”*. As tradições que se encontram no Estado de Pernambuco são: Tradição Agreste e sua sub-tradição Cariris Velho, Tradição Nordeste e Itaquiara.

A tradição Nordeste foi primeiramente identificada no Piauí, depois estendida por outros Estados como Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia, Goiás e Minas Gerais. Essa tradição tem como características gerais apresentar variedades de temas com riqueza de enfeites e atributos que acompanham a figura humana. A figura humana é representada em formato pequeno (5 a 15 cm). São representadas várias cenas, como a luta, a caça, dança e o sexo. (MARTIN, 1999, p. 252).

A técnica usada para realização desses grafismos é de traço leve e seguro, usando as cores: vermelha, amarela, branca e preta e, mais ocasionalmente, verde e azul. Algumas pinturas são preenchidas. (SCHIMITZ, 1997, p. 61).

As figuras representadas são biomórfas, geométricas, antropomórficas e zoomórficas. Os animais mais representados são: emas, cervídeos e pequenos quadrúpedes. Os antropomorfos geralmente estão agrupados em alguma cena. Alguns humanos aparecem segurando armas (bastões, propulsores) ou cestas e outros objetos. (GASPAR, 2003, p. 50-51).

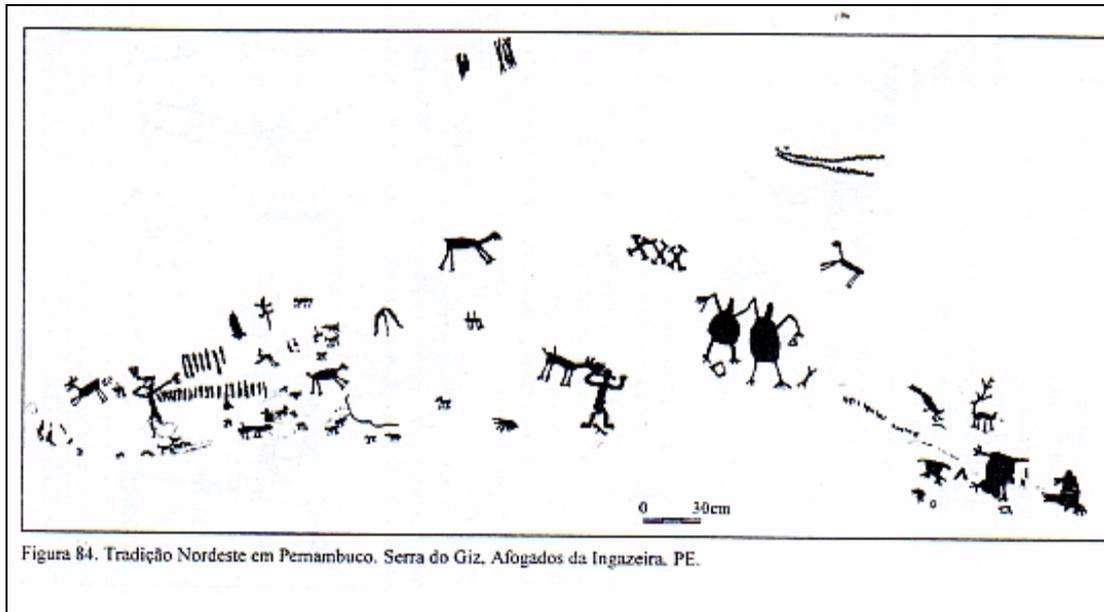


Figura 84. Tradição Nordeste em Pernambuco. Serra do Giz, Afogados da Ingazeira, PE.

FONTE: MARTIN, G. Pré-história do Nordeste do Brasil. 3.ed.atualizada. Recife: UFPE, 1999. p.275

Figura 9.4.3-40 - Tradição Nordeste em Pernambuco

A tradição Agreste é originária da região agreste de Pernambuco e é bastante significativa nesse Estado. Sendo localizada nos pés de serra, várzeas e brejos, possuem como características grafismos grandes, geralmente isolados, sem formar cenas. Pode-se considerar tecnicamente inferior à tradição Nordeste, e também com menor riqueza de temas.

Os grafismos representados são antropomorfos, zoomorfos (aves, quadrúpedes, quelônios, lagartos, peixes) num aspecto grotesco e estático. Também são identificadas marcas de pés e mãos.

Há grafismos puros labirínticos em forma de grades, espirais e linhas sinuosas em vários tamanhos. Geralmente são utilizados pigmentos vermelhos em diversas tonalidades, sendo que se encontram grafismos cuidadosamente elaborados e outros com tinta borrada (MARTIN, 1999, p. 277-280). Muitas vezes esse tipo de registro rupestre é intrusivo em sítios onde ocorreram grafismos da tradição Nordeste, sobrepondo-os. (GASPAR, 2003, p. 70).

A subtradição Cariris Velho é característica dos Estados de Pernambuco e Paraíba, sendo que sua principal ocorrência se dá em matacões arredondados de granito que emergem pela erosão, não sendo encontrados em paredões ou abrigos. Geralmente também se encontram esses registros rupestres próximos a cemitérios e fonte de água. (MARTIN, 1999, p.281).

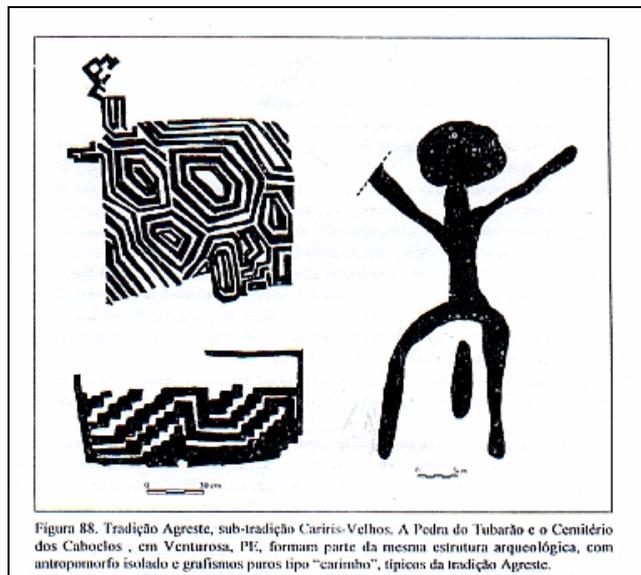


Figura 88. Tradição Agreste, sub-tradição Cariris-Velhos. A Pedra do Tubarão e o Cemitério dos Caboclos, em Venturosa, PE, formam parte da mesma estrutura arqueológica, com antropomorfo isolado e grafismos puros tipo "carimbo", típicos da tradição Agreste.

FONTE: MARTIN, G. Pré-história do Nordeste do Brasil. 3.ed.atualizada. Recife: UFPE, 1999. p 282.

Figura 9.4.3-41 - Tradição Agreste



Figura 92. Tradição Agreste, sub-tradição Cariris-Velhos, Sítio Alcobaca, Buíque-PE. Antropomorfos isolados e grafismos puros, típicos da tradição Agreste.

FONTE: MARTIN, G. Pré-história do Nordeste do Brasil. 3.ed.atualizada. Recife: UFPE, 1999. p 289.

Figura 9.4.3-42 - Tradição Agreste

A tradição Itaquiara é representada por antropomorfos, pés, lagartos e pássaros em grandes paredões, sempre próximos à água. É uma tradição enigmática, por isso torna-se difícil atribuí-la a um grupo humano.

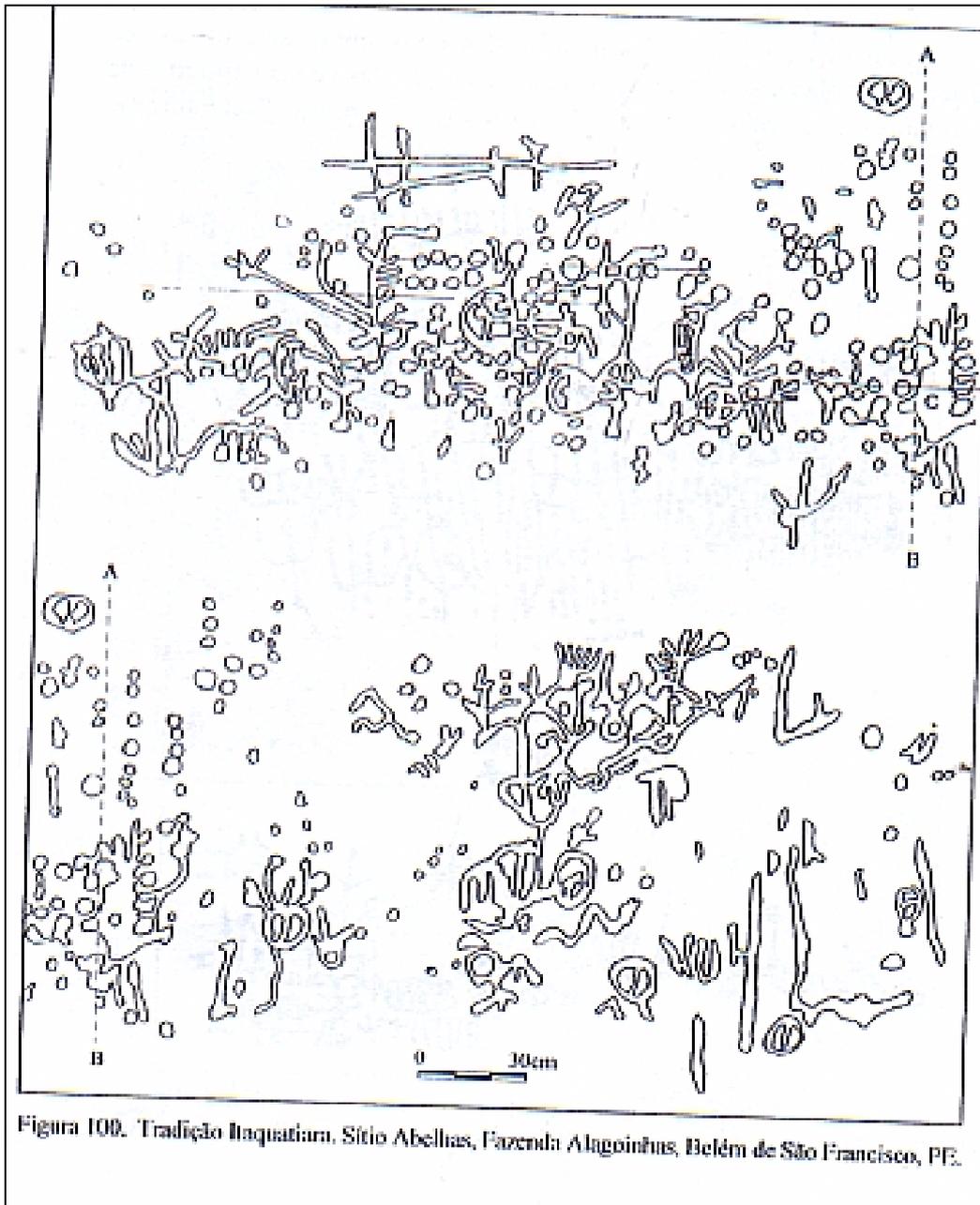


Figura 100. Tradição Itaquiara, Sítio Abelhas, Fazenda Alagoinsus, Belém de São Francisco, PE.

FONTE: MARTIN, G. Pré-história do Nordeste do Brasil. 3ª ed. atualizada. Recife: UFPE, 1999. p 305.

Figura 9.4.3-43 - Tradição Itaquiara

Em Pernambuco, um sítio característico dessa tradição é o sítio Boi Branco, com grafismos únicos de grande tamanho, sendo que alguns foram preenchidos posteriormente com tinta vermelha. Os pontos cavados na rocha se repetem alinhadamente.

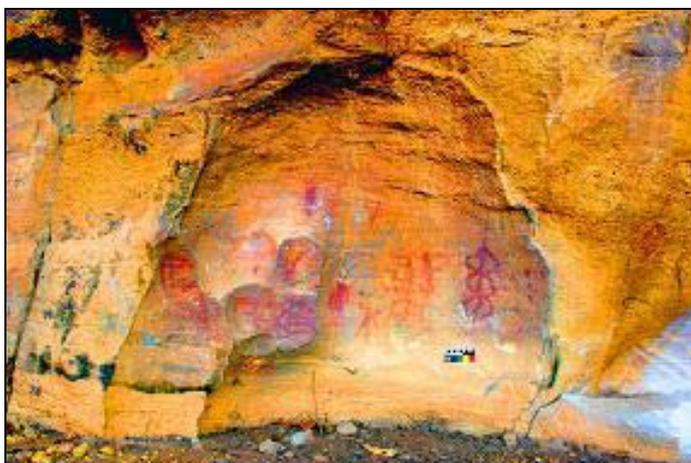
“É nos grafismos puros dos itaquatiaras onde aparece mais patente a capacidade de abstração de artista pré-histórico”. (MARTIN, 1999, p. 304).

Os Grafismos Rupestres do Ceará

O Estado do Ceará apresenta um grande potencial para o desenvolvimento de estudos de arte rupestre, devido a extensão de afloramentos rochosos que formam paredões, próximos a cursos d'água, oriundos do Complexo Geológico Granítico-Quixadá-Quixeramobim e Chapada do Araripe.

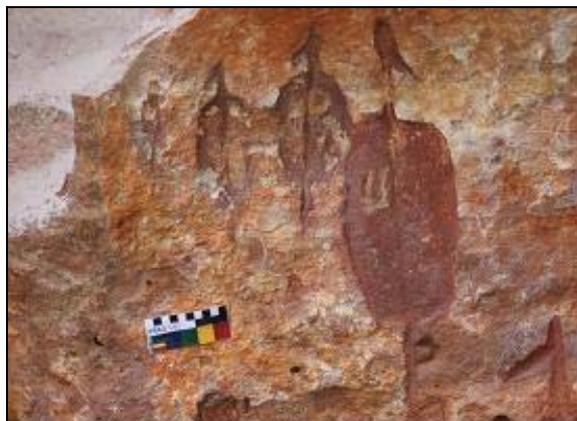
Na área da Chapada do Araripe foram identificados sete sítios arqueológicos, descritos pela pesquisadora Rosiane Limaverde, são eles: Sítio Santa Fé, Sítio Olho d'água de Santa Bárbara, Sítio Tatajuba, Sítio Tatajuba 2, Pedra do Convento, Pedra do Letreiro e Sítio Cajueiro.

Nesses sítios são encontradas uma série de desenhos (pés, tridígitos, geométricos) na forma de gravura, pintura e gravura-pintura. A principal cor utilizada é o vermelho da tina ocre.



Fonte: www.fundacaocasagrande.org.br/pdf/artigo.pdf

Figura 9.4.3-44 - Pinturas e gravuras do sítio arqueológico Olho D'água de Santa Bárbara, região da Chapada do Araripe



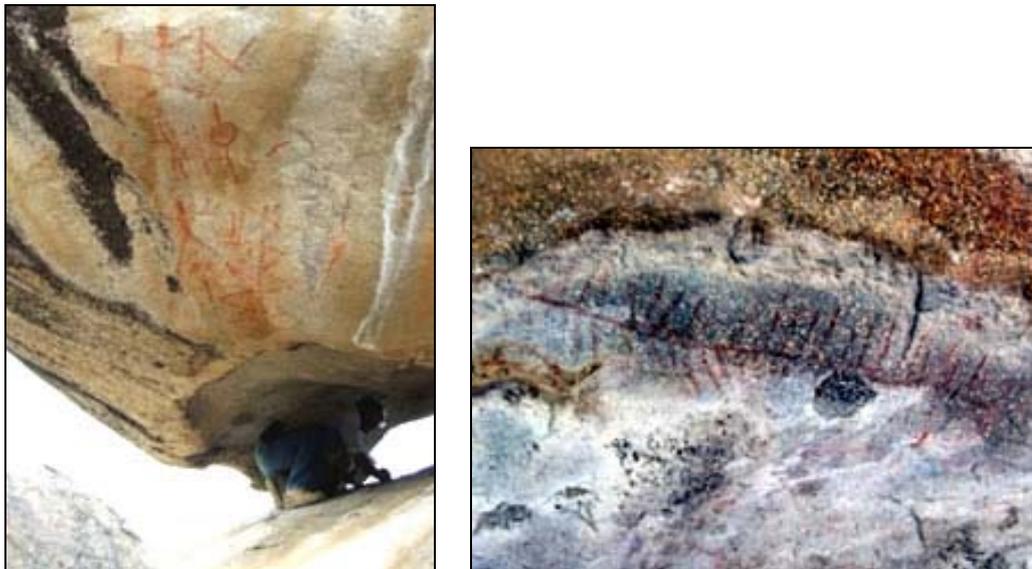
Fonte: www.fundacaocasagrande.org.br/pdf/artigo.pdf

Figura 9.4.3-45 - Gravuras pintadas do sítio arqueológico Santa Fé, região da Chapada do Araripe



Fonte: <http://www.taua.ce.gov.br/arqueologia.htm>.

Figura 9.4.3-46 - Exemplo de arte rupestre encontrada no estado do Ceará - Cidade de Tauá



Fonte: <http://www.taua.ce.gov.br/arqueologia.htm>.

Figura 9.4.3-47 - Exemplo de arte rupestre encontrada no estado do Ceará - Cidade de Tauá

9.4.3.3.5 - Contexto Arqueológico Histórico

Os sítios arqueológicos coloniais correspondem ao conjunto de bens patrimoniais com datas posteriores ou contemporâneas ao contato entre os indígenas americanos e os homens brancos, ou seja, os conquistadores europeus. Os trabalhos desenvolvidos sobre esse período são denominados de Arqueologia Histórica. Os mesmos dispõem, em alguns casos, de documentações escritas, que são utilizadas para auxiliar as interpretações dos vestígios materiais.

Na opinião das arqueólogas THIESSEN & TOCCHETTO (1999), um sítio arqueológico histórico caracteriza-se por uma complexidade de fatores, conforme é possível observar na citação a seguir:

A questão da definição de um sítio arqueológico é perpassada por problemas presentes na Arqueologia como um todo e na Arqueologia Histórica particularmente. O fato, aqui, reveste-se de maior complexidade: um sítio arqueológico define-se a partir de três vetores - temporal, espacial e cultural. Com relação a este último vetor, os sítios arqueológicos históricos no Brasil podem ser definidos a partir das evidências materiais da cultura européia no interior das sociedades indígenas. (...)

Quanto aos sítios históricos o vetor temporal assume uma importância primordial e aparece ligado a própria concepção de Arqueologia que cada pesquisador possui. Assim, se considerarmos que a Arqueologia toma como objeto artefatos enquanto vestígios sociais do passado, como na perspectiva historicista (FUNARI, 1988) ou que visa sistemas pretéritos, como coloca BINFORD (1962), então estaremos confinando a pesquisa a um determinado marco temporal: o passado. A questão que se coloca é que passado é este. Ele pode variar de uma escala que vai desde sociedades extintas num extremo, até o dia de ontem, no outro⁷.

OLIVEIRA & SYMANSKI (1999) classificam os sítios históricos em cinco categorias funcionais de sítios arqueológicos: sítios religiosos, sítios militares, sítios comerciais / produtivos, sítios domésticos e lixeiras coletivas⁸.

A partir das citações anteriores, podemos perceber o potencial arqueológico colonial dos Estados atravessados pelo empreendimento em estudo. A área pode ser considerada como um espaço que possui um conjunto de características favoráveis à localização de sítios arqueológicos históricos, tendo em vista o processo de conquista e colonização do Brasil iniciado na região Nordeste.

Sendo assim, os itens finais desse diagnóstico sobre o patrimônio arqueológico dedicam-se a descrever as potencialidades de sítios arqueológicos coloniais na região do empreendimento, entre eles: os Fortes Militares, os Aldeamentos Jesuíticos, os Quilombos e os Engenhos.

Os Fortes Militares

Em meio às disputas territoriais e a colonização do território brasileiro, foram fundados os Fortes Militares, os quais podem ser caracterizados como importantes monumentos da conquista empreendida por uma Nação no “novo” território.

Tendo em vista a plasticidade do conceito de sítios arqueológicos históricos, podemos afirmar que os Fortes Militares são excelentes exemplos de sítios que podem ser encontrados na área do empreendimento e que muito podem contribuir para desvendar a história da conquista dos Estados do Piauí, Pernambuco e Ceará.

⁷ THIESSEN, B & TOCCHETTO, F. Definição de sítio arqueológico histórico: reflexões para um debate. *Revista do CEPA*. v.3, n. 29. Santa Cruz: UNISC, 1999. (Jan/Jun) p. 268.

⁸ OLIVEIRA, L. D. & SIMANSKI, L. C. P. Arqueologia Histórica no sul do Brasil: um breve panorama. *Revista do CEPA*. v.3, n.29. Santa Cruz: UNISC, 1999. (Jan/Jun).

Vale lembrar que, durante o processo de “descobrimento” do Brasil, foi firmado o Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha, no qual os territórios do “Novo Mundo” foram divididos, a partir de uma linha imaginária, entre essas duas Nações.

Tal Tratado foi considerado, por franceses, holandeses e outros países excluídos, como despropositado, ultrajante e possível de estopim de guerras e invasões. A região do Nordeste foi uma das que mais sentiu os efeitos desse acordo.

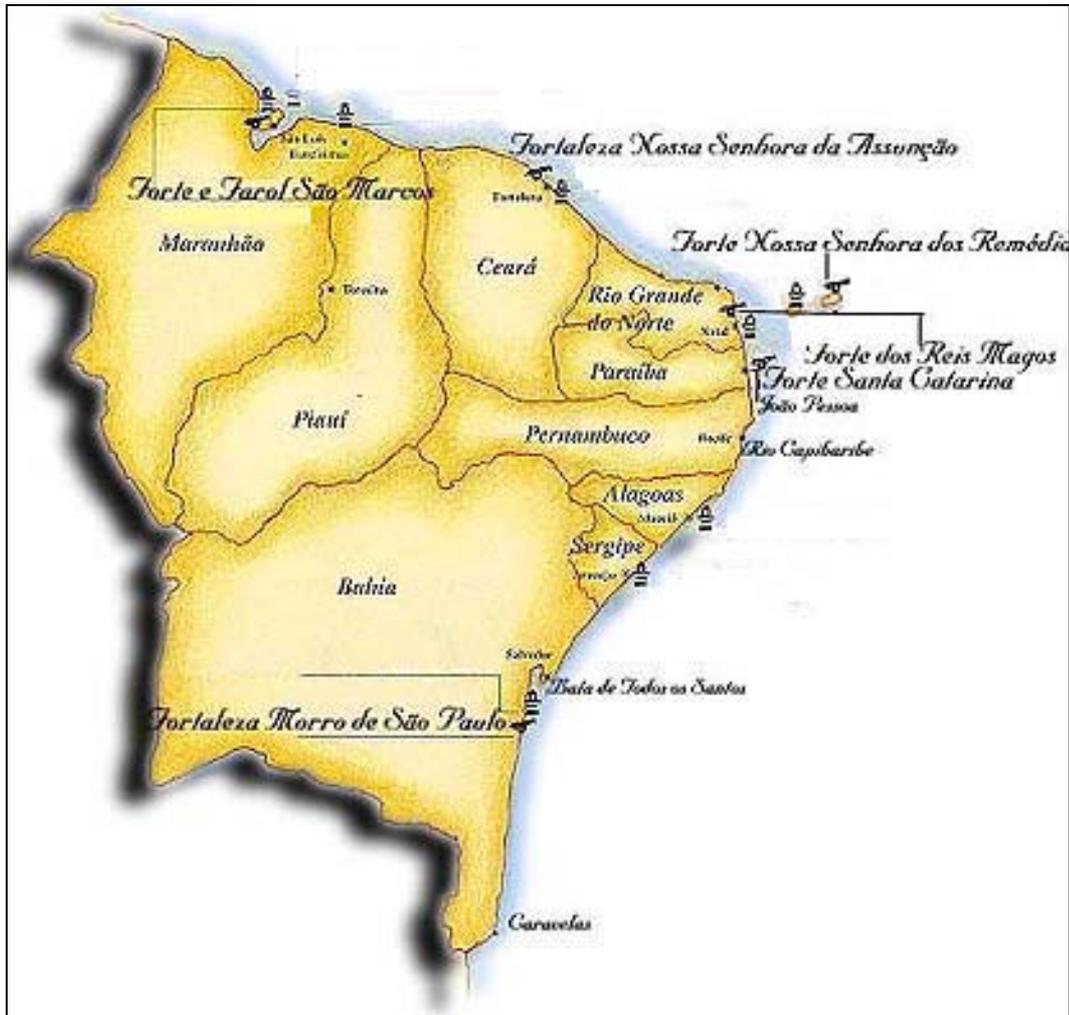
(...) cada praia, cada enseada, cada pequeno vilarejo ou cidade desta região, esteve sob a mira permanente de aventureiros, corsários e mesmo de poderosas frotas navais, que cruzavam o Atlântico para vir aqui estabelecer colônias ou simplesmente pilhar riquezas⁹.

Nos Estados atravessados pela LT foram fundados fortes de origem portuguesa, holandesa ou francesa, demonstrando o processo de disputa territorial realizado nesses espaços.

Apesar de localizarem-se no litoral e em municípios adjacentes aos atravessados pela LT, os Fortes acima referidos demonstram a potencialidade dessa região para a existência de sítios arqueológicos datados desse período histórico, sejam eles trincheiras de guerra, estruturas anexas ao Forte ou ruínas de aldeamentos indígenas (os quais eram utilizados como mão-de-obra durante o funcionamento dos Fortes).

Na seqüência, mapa detalhando a localização das principais fortificações no Nordeste.

⁹ Informações extraídas do site: <http://www.exercito.gov.br/01Instit/Historia/Guararap/forte-map.htm>. Acessado em 02 de Abril de 2005.



FONTE: <http://www.exercito.gov.br/01Instit/Historia/Guararap/fort-remed.htm>.

Figura 9.4.3-48 - Mapa com a localização das principais Fortificações do Nordeste

Como exemplo, podemos citar o Forte Orange, localizado na Ilha de Itamaracá, litoral norte do Estado de Pernambuco. Construído pelos holandeses para defender suas possessões dentro do Brasil de invasões portuguesas, o Forte, após a reconquista de Pernambuco pelos portugueses passou a chamar-se de Forte de Santa Cruz de Itamaracá.



Fonte: <http://www.caciomurilo.com.br/imagem-ampliada.jsp?idFoto=3497&idGaleria=12>.

Figura 9.4.3-49 - Visão geral do Forte de Santa Cruz de Itamaracá



Fonte: http://baixaki.ig.com.br/imagens/wpapers/BXK33184_forte_orange__itamarac__pe2800.jpg.

Figura 9.4.3-50 - Canhões do Forte de Santa Cruz de Itamaracá

No Estado do Ceará encontram-se a Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção, na qual a história da cidade de Fortaleza começou; o próprio nome da cidade é uma referência à antiga fortificação.

O Forte foi construído pelo capitão holandês Matias Beck em 1649, e foi batizado Fort Schoonenborch. Em 1654, após a expulsão dos holandeses de Pernambuco e do Brasil, os portugueses retomaram a área e rebatizaram o lugar para Fortaleza da Nossa Senhora de Assunção, também conhecido Forte João Baptista. O Forte foi reconstruído diversas vezes desde então, mas a localização original foi mantida.

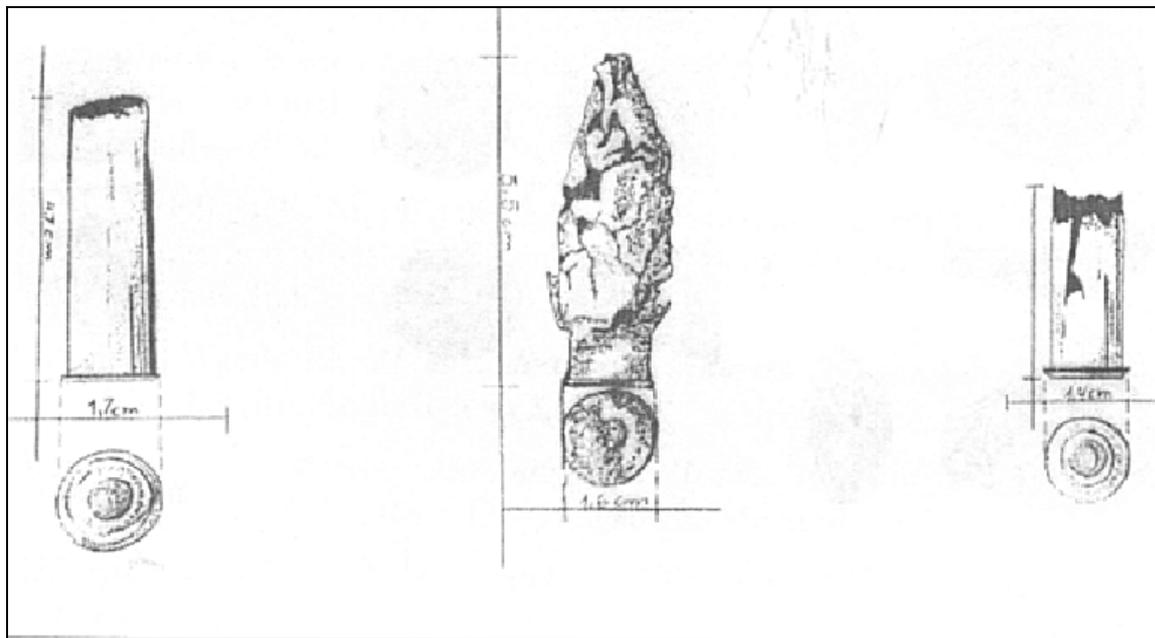
Desde 1942, o local é sede do Quartel-General da 10a. Região Militar do Exército Brasileiro.



Fonte: <http://blogdoguilhon.blogspot.com/2007/02/fortaleza-fortaleza-de-nossa-senhora-da.html>.

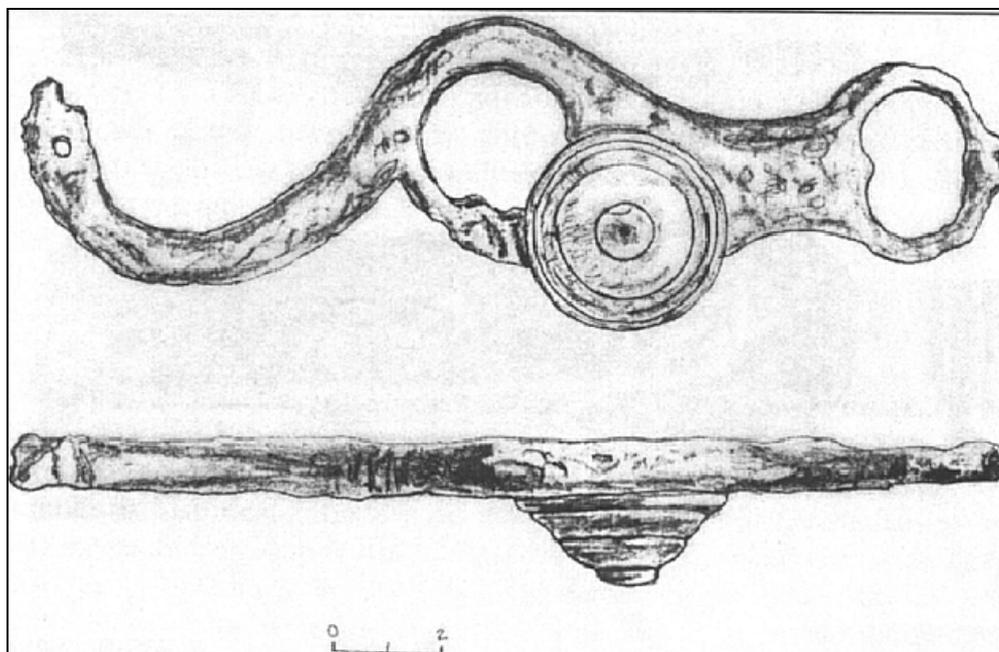
Figura 9.4.3-51 - Vista geral da Fortaleza Nossa Senhora da Assunção

A seguir exemplos da possível cultura material encontrada que pode ser encontradas em escavações em sítios arqueológicos históricos militares:



FONTE: GOMES, F., CEZAR, T, MILDER, S. E. S. Know - How para tratamento químico de metais em arqueologia e leitura histórica dos artefatos arqueológicos de metal da Guarda de São Martinho. In: *Revista do Cepa*, v. 21, n.25. Santa Cruz: UNISC, 1997. p.15.

Figura 9.4.3-52 - Exemplo de cultura material recolhida em Fortes e Guardas Militares históricas: cartuchos



Fonte: GOMES, F., CEZAR, T, MILDER, S. E. S. Know - How para tratamento químico de metais em arqueologia e leitura histórica dos artefatos arqueológicos de metal da Guarda de São Martinho. In: *Revista do Cepa*, v. 21, n.25. Santa Cruz: UNISC, 1997. p.16.

Figura 9.4.3-53 - Exemplo de cultura material resgatada em Fortes e Guardas Militares históricas: lado de freio de montaria

Os Aldeamentos Jesuíticos

Os aldeamentos jesuíticos podem ser considerados como importantes sítios arqueológicos históricos, os quais representam aspectos importantes do contato realizado entre a fé católica e a fé dos índios nativos do Novo Mundo.

Tais aldeamentos foram fundados em todo o território nacional e tinham por objetivo reunir os índios, em bases permanentes, para salvá-los da vida pagã e domesticá-los para o trabalho compulsório.

As Missões eram aldeamentos indígenas criados e organizados pelos missionários e geralmente eram localizadas no habitat natural do índio, ficando assim afastadas das povoações. Na verdade, eram logradouros que reuniam os índios sobreviventes da empresa de conquista. Para os missionários, as Missões eram espaços "civilizados" nos quais os índios se transformariam "homens" saindo do estado da barbárie em que se encontravam.

(...)

Segundo o Governador Geral Mem de Sá, as Missões deveriam ter uma organização administrativa como as outras vilas de habitação colonial, com um Meirinho (autoridade civil escolhida entre os indígenas) que se encarregaria da vida administrativa. Este faria cumprir as ordens em todos os aspectos: trabalho, religião, etc. Tais decisões transformaram-se em leis em 1570. A partir daí os índios seriam homens livres, contanto que se mantivessem unidos à religião cristã e à colonização. Por outro lado, manteve-se o cativo legal dos índios aprisionados em "guerra justa".

Devido ao crescimento econômico da América Portuguesa com o desenvolvimento açucareiro, foi criado em março de 1609 um órgão do Tribunal da Relação do Brasil, o qual controlaria as relações sociais, jurídicas e políticas na própria colônia. Esse órgão seria também responsável pelo cumprimento da lei que garantia a plena liberdade aos índios, proibindo qualquer tipo de escravidão indígena e obrigando os colonos ao pagamento aos índios pelos trabalhos prestados. Assim os jesuítas ficaram responsáveis pela catequese, direção temporal dos aldeamentos e administração das terras e dos serviços dos índios aos colonos. Observa-se que a lei

de 1609 era fruto de constantes conflitos entre colonos, necessitados de mão-de-obra, e missionários, preocupados com a evangelização dos índios pagãos.

(...)

No século XVII, os aldeamentos começaram também a ser fundados nos sertões, a fim de reduzir os índios das novas áreas ocupadas. Os anos que se seguiram foram repletos de conflitos entre os colonos e missionários, por causa dos vários aprisionamentos de índios, aldeados ou não, em virtude da interiorização da colonização com a pecuária e da conseqüente disputa pelas terras.

Em meio a tantos conflitos envolvendo religiosos, índios e os grandes sesmeiros, várias decisões administrativas e jurídicas foram tomadas, dessa vez, a criação do Bispado de Pernambuco por Bula do Papa Inocêncio XI, em novembro de 1676, para orientar os religiosos e intermediar nas situações conflituosas que se desenrolavam no sertão. E em março de 1681, criou-se a Junta das Missões de Pernambuco, subordinada a que existia em Lisboa e que iria promover e cuidar de todos os negócios referentes às Missões e catequese dos índios. Sendo assim, a partir de 1686, essas Missões passaram a ser regidas pelo novo "Regimento das Missões", que deu aos Padres da Companhia de Jesus o controle espiritual, político e temporal dos aldeamentos, porém garantindo o acesso dos colonos ao trabalho indígena, que deveria agora ser contratado em troca de pagamento.

Percebe-se que a criação das Missões de aldeamento fez parte de uma política de aldeamento da Coroa portuguesa que assegurava os diversos interesses da colonização, como também respondiam aos objetivos religiosos dos missionários e da Igreja.

(...)

Para alcançar os objetivos pretendidos pelos missionários, as Missões deveriam ser localizadas em áreas que fossem realmente interessantes à colonização. O interesse em estabelecer aldeamentos seria mais nas áreas de atividade agrária, visto que nas outras áreas da pecuária o contingente de mão-de-obra era reduzido. No sertão era

necessário fazer o "despovoamento" de índios para que se pudesse efetivar um "povoamento" colonial¹⁰.

Nos Aldeamentos Jesuíticos, os índios eram educados para viverem como cristãos. Essa educação significava a imposição da cultura ocidental. Nesse processo, os jesuítas se valiam de aspectos da cultura nativa, especialmente a língua, para se fazerem compreender e se aproximarem dos mesmos, transformando-os em fiéis servos de Deus.

Em alguns casos, os índios aldeados transformavam-se em presas fáceis para bandeirantes paulistas. Em outros casos, os aldeamentos funcionavam como meio de fugir da escravidão, dos fazendeiros criadores de gado e dos produtores de açúcar da região.

A partir da cultura material recolhida em Aldeamentos Jesuíticos é possível observar como se deu o contato entre os indígenas e os colonizadores jesuítas, sendo que, em muitos casos é possível notar (a partir de obras de arte, de artefatos de cerâmica e de outros meios) a resistência dos indígenas ao que lhes estava sendo imposto.

Nesse sentido, a cultura material desses sítios representa um rico processo de sincretismo cultural estabelecido entre índios e branco, no qual mais do que a violência da colonização, é possível verificar “apropriações simbólicas que as culturas indígenas fizeram da cultura colonial, reformulando-a, adaptando-a, refazendo-a, influenciando-a e reinventando-a”¹¹.

O Estado do Piauí, por exemplo, funcionou, durante muitos anos, como abastecedor de gado para a região Nordeste, principalmente Maranhão e províncias do Sul. As fazendas de gado nesse Estado eram administradas por padres jesuítas da Companhia de Jesus, as quais tiveram seu auge em meados do século XVIII e término com a expulsão dos jesuítas no período pombalino.

No Estado do Ceará pode-se citar o aldeamento jesuíta Missão Nossa Senhora da Conceição de Almofala. Localizada na atual cidade de Itarema, destinada a aldear os grupo dos índios Tremembés, ocupava uma faixa litorânea que ia da baía de São Jorge, no Maranhão às margens do rio Curu.

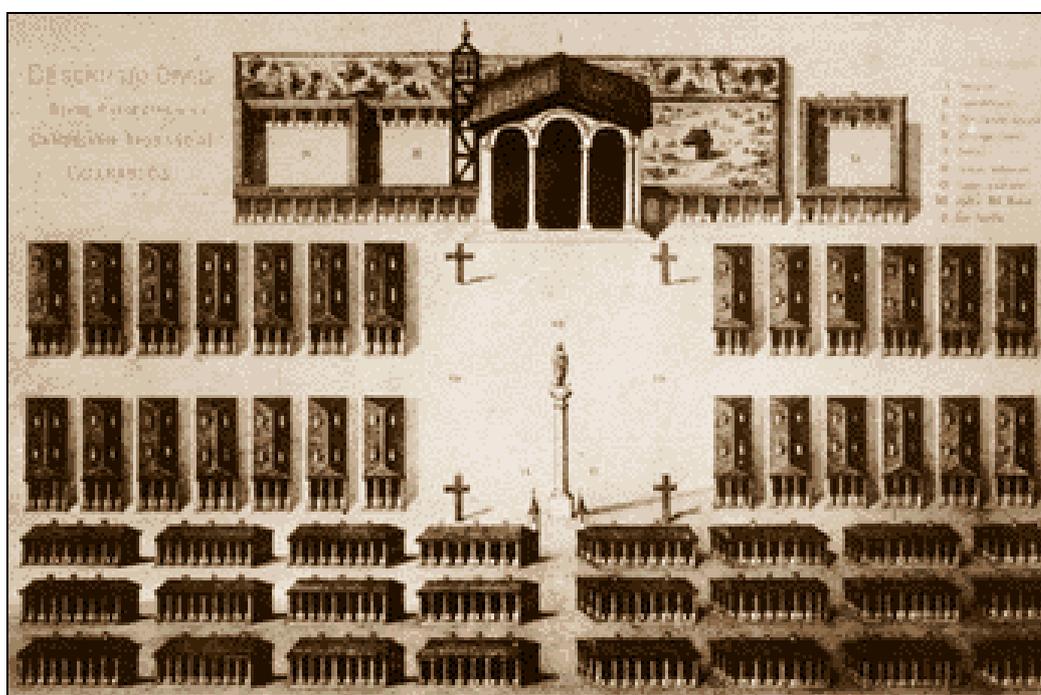
¹⁰ Site pesquisado: www.seol.com.br/rnaweb/historia/colonia/missoes.htm.

¹¹ SILVA, Edson. Povos Indígenas no Nordeste: contribuição a reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica. In: <http://www.seol.com.br/mneme/ed7>. Acessado em 10 de Março de 2005.

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Amofala, construída em 1712, é o marco do centro da antiga missão onde se reduziavam os índios Tremembés. A igreja foi tombada pelo IPHAN em 1979, depois de passar 45 anos soterrada por dunas móveis.

Em Pernambuco, os jesuítas encontram-se desde o início do século XVI, fundando na cidade de Olinda um colégio em 1554.

Seguem-se algumas imagens de cultura material, recolhidas nesse tipo de sítio arqueológico, e de plantas construídas a partir dessas reminiscências estruturais.



FONTE: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/acao_jesuitas.html. Acessado em 10 de Março de 2005.

Figura 9.4.3-54 - Planta típica de um Aldeamento Jesuítico

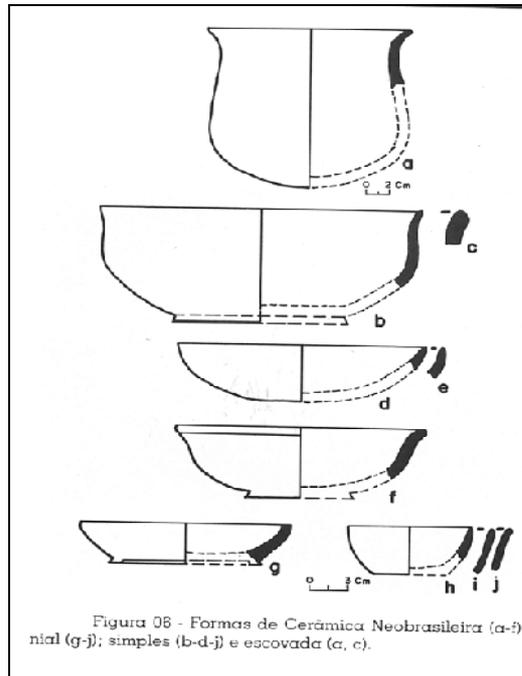


Figura 08 - Formas de Cerâmica Neobrasileira (a-f) e Escovada (g-j); simples (b-d-j) e escovada (a, c).

FONTE: RIBEIRO, P, RIBEIRO, C., KLAMT, S, BUCHAIM, J. J. Escavações arqueológicas na Missão de São Lourenço Mártir, São Luiz Gonzaga, RS - Brasil. In: KERN, A. (org.) *Arqueologia Histórica Missioneira*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRSS, 1998. p. 111.

Figura 9.4.3-55 - Reconstituição de formas de cerâmica encontradas em Aldeamentos Jesuíticos do Rio Grande do Sul

As Sociedades Indígenas Remanescentes

Tendo em vista a antiguidade da presença europeia no Nordeste brasileiro, pode-se afirmar que a história do indígena nordestino é marcada por um longo processo de extermínio e resistência cultural.

Pernambuco pode ser citado como o foco de irradiação da colonização europeia. Os Estados foram tomados pelas lavouras de cana-de-açúcar ainda no século XVI. No século seguinte (século XVII), foi a vez do interior inserir-se no mercado mundial, fornecendo vegetação e relevo adequado para a penetração do homem branco, dos canaviais e das fazendas de gado.

Em pouco menos de duzentos anos, a presença colonial foi efetiva em praticamente todo o Nordeste brasileiro. Nesse processo, os indígenas foram muitas vezes marginalizados e obrigados a lutar para a sua sobrevivência.

Na época da colonização, é possível afirmar a existência de dois grandes grupos de índios na região do empreendimento (e no Nordeste como um todo), são eles os Tapuias e os Tupis.

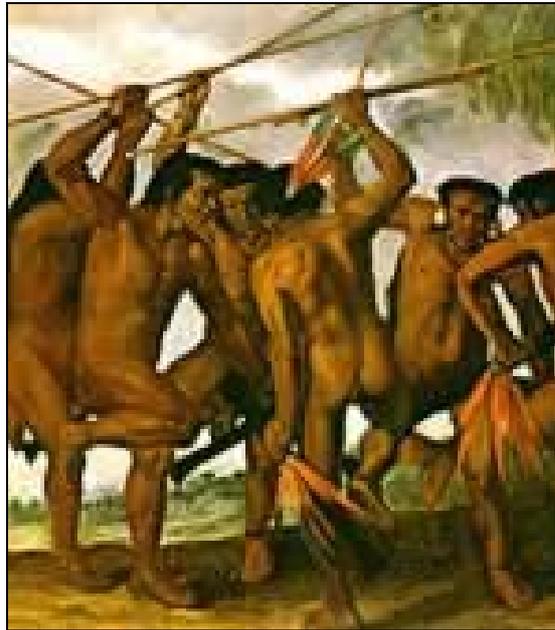
Os Tupis habitavam a costa, possuíam uma homogeneidade cultural e lingüística característica, principalmente para os cronistas portugueses, que com eles estabeleceram diversas relações sociais. Estavam distribuídos por extensas áreas do litoral brasileiro.

Os Tapuias predominavam na caatinga. Apesar do nome comum, os Tapuias são grupos heterogêneos que sobreviviam nos sertões nordestinos. Em muitos casos, esses grupos do sertão foram expulsos da região costeira pelos Tupis. Tapuia significa, em Tupi, inimigo contrário.

Contrapondo litoral e mata tropical a interior e caatinga, homogeneidade e diversidade e a imposição de um contato direto e sistemático à quase ausência inicial de contato e de informações seguras, veremos também que toda a inquiridora curiosidade de foram alvos os Tupis - paradigma de alteridade a inspirar filósofos e teólogos da Renascença européia - de modo algum se estendeu a seus antípodas sertanejos que, se nenhuma nova inquietação acrescentavam ao canibalismo e à nudez, impunham, por outro lado, uma presença fugaz e uma estonteante diversidade idiomática capaz de desestimular os espíritos mais abnegados. (CARVALHO et al, 1992, p.432)

A diversidade dos Tapuias pode ser representada pelos seguintes grupos indígenas históricos: Kariri (presente desde o Ceará, Paraíba até o sertão baiano), os Dzubukuá-Kariri (habitantes do arco submédio do Rio São Francisco), Proká e PanKararu (a leste do Rio São Francisco), Okren, Sakrakrina, Tamankin, Koripó, MasaKará e Pimenteiras (estendiam-se de oeste do Rio São Francisco até o sertão do Piauí), Kariri, Ikó, Payaku, Kanindé, Otxukayana, Ihamun, Calabaça, XuKuru (distribuídos no Planalto do Borborema, serras do Kariri, e do Araripe e nos vales do Jaguaripe, Apodi e Açu) e outros.

Apesar de não negar o desconhecimento etnográfico dos povos do sertão, CARVALHO *et al* (1992) busca estabelecer alguns parâmetros comuns entre esses indígenas nordestinos. Nesse sentido, o autor procura agrupá-los em três grupos principais. São eles: os Tupis, os Jê e os Botocudos.



FONTE: www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp.

Figura 9.4.3-56 - Dança tapuia

A partir do levantamento bibliográfico realizado, foram averiguados os seguintes grupos indígenas sobreviventes entre os estados inseridos no empreendimento.

O processo de exploração e resistência destes indígenas está presente na sua luta diária, seja nas precárias condições das reservas indígenas, seja através do trabalho como peões em fazendas, fábricas etc.

A antropóloga CAVIGNAE afirma que o destino dos indígenas nordestinos foi marcado por três fatores principais: o extermínio, a fuga e a miscigenação, geralmente forçada. Segundo a pesquisadora: *“a tese da miscigenação forçada é a que ficou mais lembrada pelos historiadores, explicando e enfatizando o desaparecimento das populações nativas”* (p.11)¹².

Apesar disso, o levantamento anterior e os dados estatísticos do IBGE confirmam a existência de indígenas nos estados inseridos no traçado da LT. Conforme afirma a autora:

Durante muito tempo se pensou que não havia mais índios no Nordeste, só encontrando-se ‘caboclos’. Porém, há na região um movimento de etnogênese relativamente recente e

¹² Informações extraídas do site: www.universia.com.br/materia.jsp?materia=4991.

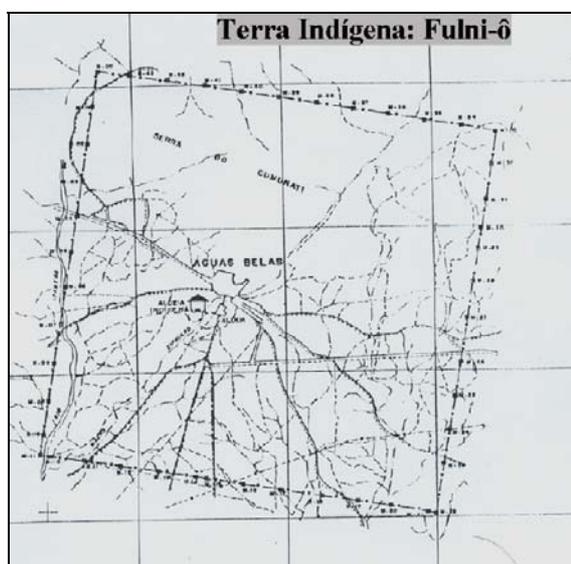
importante do ponto de vista quantitativo. Só em 1986 surgem dezenove povos indígenas em todo o Nordeste, somando um total de 27.000 indivíduos. Já em 1993 havia vinte e nove terras indígenas reconhecidas para toda a região, onde mais de 40.000 pessoas moravam. Em 2000, mais de quarenta e três terras foram reconhecidas e o processo continua: os últimos registros encontram-se no Ceará e em Alagoas. (p18)¹³

Atualmente, segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), vivem em Pernambuco um total de 25.726 remanescentes dos povos indígenas que primitivamente habitavam no Estado. Eles estão assim distribuídos: Pankararu, 4.062 pessoas; Kambiwá, 1.400; Atikum, 4.506; Xucuru, 8.502; Fulni-Ô, 3.048; Truká, 2.535; Tuxá, 47; Kapinawá, 1.035; Pipipãs, 591 pessoas.

Sobrevivendo em situação precária e, muitas vezes, sendo mortos em emboscadas como vem ocorrendo desde 1986 com os Xucurus, no município de Pesqueira, esses remanescentes indígenas ainda guardam um pouco da cultura dos índios pernambucanos, massacrados ao longo dos séculos.

Na seqüência, um resumo da situação atual de cada uma dessas tribos de Pernambuco:

Fulni-Ô: Também conhecidos como Carnijó ou Carijó, vivem do artesanato e agricultura de subsistência no município de Águas Belas. Conservam o idioma Yathê e alguns rituais como o Ouricuri.

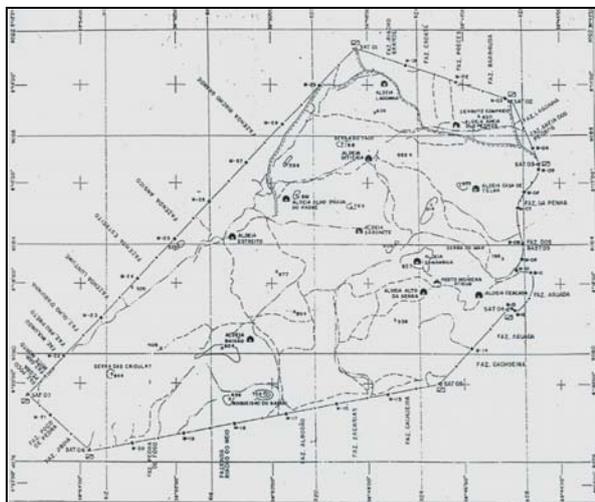


Fonte: <http://www.ufpe.br/nepe/povosindigenas/mapafulnio.htm>

Figura 9.4.3-57 - Área dos Fulni-Ô

¹³ Idem.

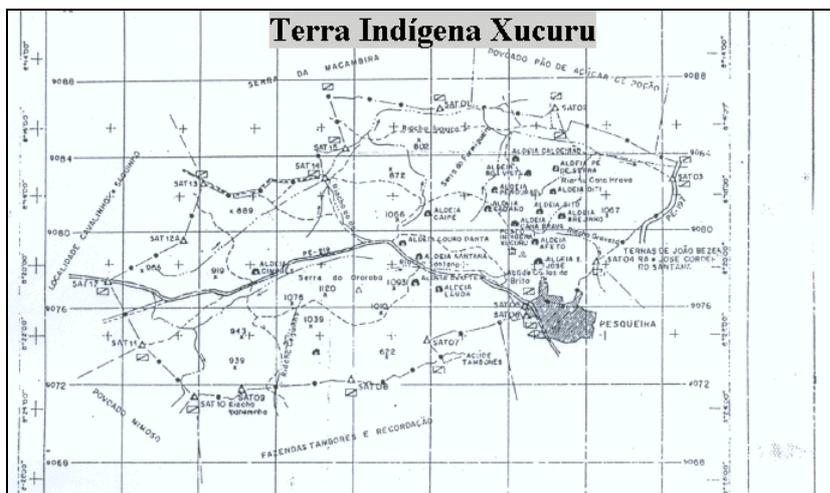
Atikum: Esses índios ocupam uma área de 16 mil hectares no município de Carnaubeira da Penha, vivem da agricultura de subsistência.



Fonte: <http://www.ufpe.br/nepe/povosindigenas/mapaatikum.htm>

Figura 9.4.3-60 - Área Atikum

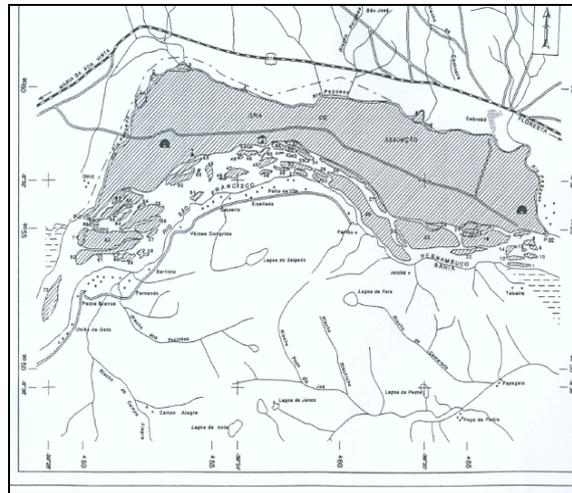
Xucuru: Vivem na região da Serra do Ororubá, município de Pesqueira, conservam algumas festas religiosas como a de Nossa Senhora da Montanha e praticam a agricultura de subsistência.



Fonte: <http://www.ufpe.br/nepe/povosindigenas/mapaxucuru.htm>

Figura 9.4.3-61 - Área dos Xucuru

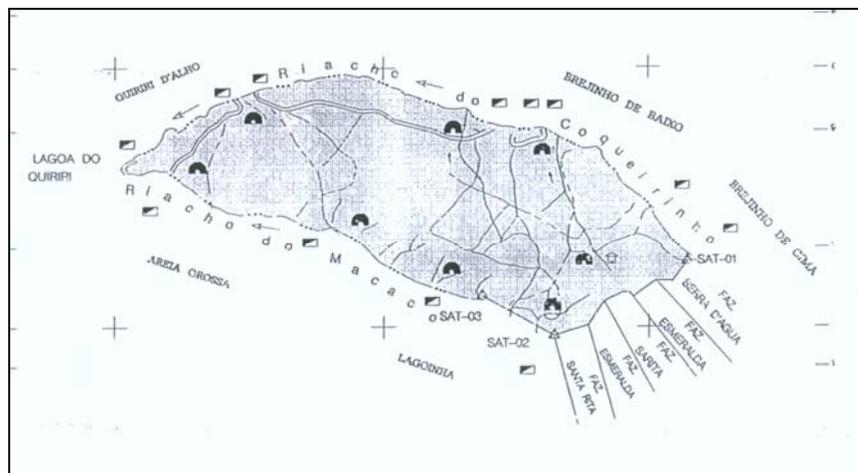
Truká: Grupo de remanescentes indígenas que vivem da agricultura no município de Cabrobó.



Fonte: <http://www.ufpe.br/nepe/povosindigenas/mapatruka.htm>

Figura 9.4.3-62 - Área dos Truká

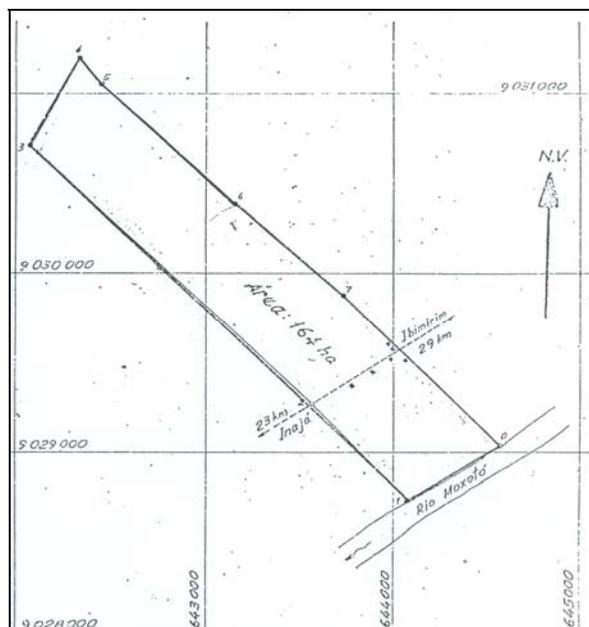
Kapinawá: Vivem na localidade de Mina Grande, no município de Buíque e no Tupanatinga e Ibimirim, sertão Pernambucano.



Fonte: <http://www.ufpe.br/nepe/povosindigenas/mapakapinawa.htm>

Figura 9.4.3-63 - Área dos Kapinawá

Tuxá: Grupo de 41 índios assentados em um acampamento da Chesf, no município de Inajá, depois que suas terras foram inundadas pelo lago da hidrelétrica de Itaparica.



Fonte: <http://www.ufpe.br/nepe/povosindigenas/mapatuxa.htm>

Figura 9.4.3-64 - Área dos Tuxás

Pipipã: Esses índios viviam nas caatingas entre os vales dos rios Moxotó e Pajeú e foram praticamente dizimados em meados do século XVIII. Atualmente, existe um pequeno grupo de remanescentes no município de Floresta, na região do Rio São Francisco.

Os índios de Pernambuco são hoje pequenos agricultores e também desenvolvem trabalhos artesanais, como bordados tipo renascença. Estão distribuídos numa área de 27,5 mil hectares, declarada como propriedade indígena em 1994, pelo Ministério da Justiça. Em maio de 2001, o presidente da República homologou a demarcação das terras, mas o processo de criação da reserva indígena ainda não foi concluído. Fato que tem provocado constantes conflitos entre posseiros e índios, com estes últimos levando o maior prejuízo.

À época da conquista, aproximadamente no início do século XV, é possível dizer que a região do Ceará era povoada por índios descendentes dos Tapuas e dos Tupis.

Com o extermínio da conquista e da colonização, esses indígenas foram drasticamente reduzidos, sendo que, em todo o Estado do Ceará, são registrados atualmente oito povos indígenas

sobreviventes (desses apenas dois são reconhecidos). Os grupos mais expressivos são os Tremembés e Tapebas.

Como, é possível visualizar no mapa a seguir nenhuma aldeia indígena remanescente localiza-se na área do empreendimento.



Fonte: <http://br.geocities.com/fld2001/indiosceara.htm>

Figura 9.4.3-65 - Mapa da localização dos remanescentes indígenas reconhecidos

Os Quilombos

Os estudos sobre os quilombos têm garantido destaque especial na historiografia e nos trabalhos arqueológicos. Tal importância ocorre devido à reformulação analítica que os trabalhos científicos sobre a escravidão sofreram nas últimas décadas.

Os anos 1980 podem ser caracterizados como o período das transformações, nas quais a miscigenação e o negro são apreendidos sob um novo viés científico. Nesse período, o Brasil vive uma época de redemocratização política, os movimentos sociais populares passam por um processo de crise e reorganização.

Em 1978, surgiu o MNU (Movimento Negro Unificado) no país, e a comemoração do centenário da Abolição gerou um sentimento de repulsa entre a população contra o 13 de Maio de 1888. A partir da intensificação da luta do Movimento Negro, o 20 de Novembro passou a ser lembrado como dia da Consciência Negra e data a morte de Zumbi dos Palmares. O próprio Quilombo dos Palmares torna-se, a partir dos anos 80, um patrimônio nacional.

Nesse contexto, a produção bibliográfica histórica e arqueológica tem suas bases teóricas e metodológicas abaladas. As probabilidades e as incertezas estão presentes na nova forma de ver o passado e compreender o presente. Na nova historiografia, o negro é observado como protagonista da história escravista. Nesse sentido, a violência não é negada, entretanto, o “neopatriarcalismo” passa a ser o novo foco de análise para se compreender o Brasil Colonial.

Os historiadores afirmam que o sistema escravista permitiu um espaço para que o escravo negocie com o patrão, isto é, as práticas culturais, ora de resistência, ora de obediência dos escravos, poderiam constituir um cotidiano mais brando para os negros no Brasil.

Maria Helena de Machado, no livro *Crime e Escravidão - trabalho, luta resistência nas lavouras paulistas 1830 - 1888*, defende a tese que a resistência foi o fator constitutivo da organização do trabalho nas fazendas paulistas:

Avaliando-se a resistência escrava como fator constitutivo das relações sociais e da organização do trabalho nas grandes fazendas paulistas, a abordagem histórica dos enfrentamentos entre senhores e escravos que redundaram em processos criminais permite, por um lado, o diagnóstico das tensões subjacentes ao trabalho escravo. Além disso, por outro lado, possibilita o resgate de alguns níveis da consciência escrava no interior de um gradual processo de autopercepção, gerado na dinâmica da desintegração da escravidão¹⁴.

A autora utiliza-se dos processos criminais relativos aos escravos para fundamentar sua tese. O foco de análise é a luta dos negros e o medo dos senhores diante da rebeldia escrava. Logo, ao invés de enfatizar a violência do patrão, a autora afirma a resistência do trabalhador escravo. Além disso, usa um conjunto de fontes diversificadas para realizar a análise histórica, fugindo do modelo tradicional de documentos para pesquisas.

¹⁴ MACHADO, Maria Helena. *Crime e Escravidão. Trabalho, luta, resistência nas lavouras paulistas. 1830 – 1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.p.61

Nas novas perspectivas, a representação da escravidão enquanto sistema opressor e violento não é negada, entretanto, as práticas culturais dos escravos são analisadas como flexibilizadoras das estruturas econômicas e sociais do período.

O mérito da historiografia recente é devolver ao negro o papel central no desenvolvimento do processo histórico, sem, contudo, encobrir as discriminações e as injustiças de que os mesmos foram (e ainda são) alvos.

Dessa forma, a pesquisa sobre quilombos pode ser incluída nesse novo viés de análise da história social e cultural, encarando o negro com agente que negocia e resiste à violência e à opressão dos senhores de escravos.

Nesse sentido, a citação a seguir expõe uma conceituação para quilombo a qual pode ser apropriada para a seqüência dos trabalhos:

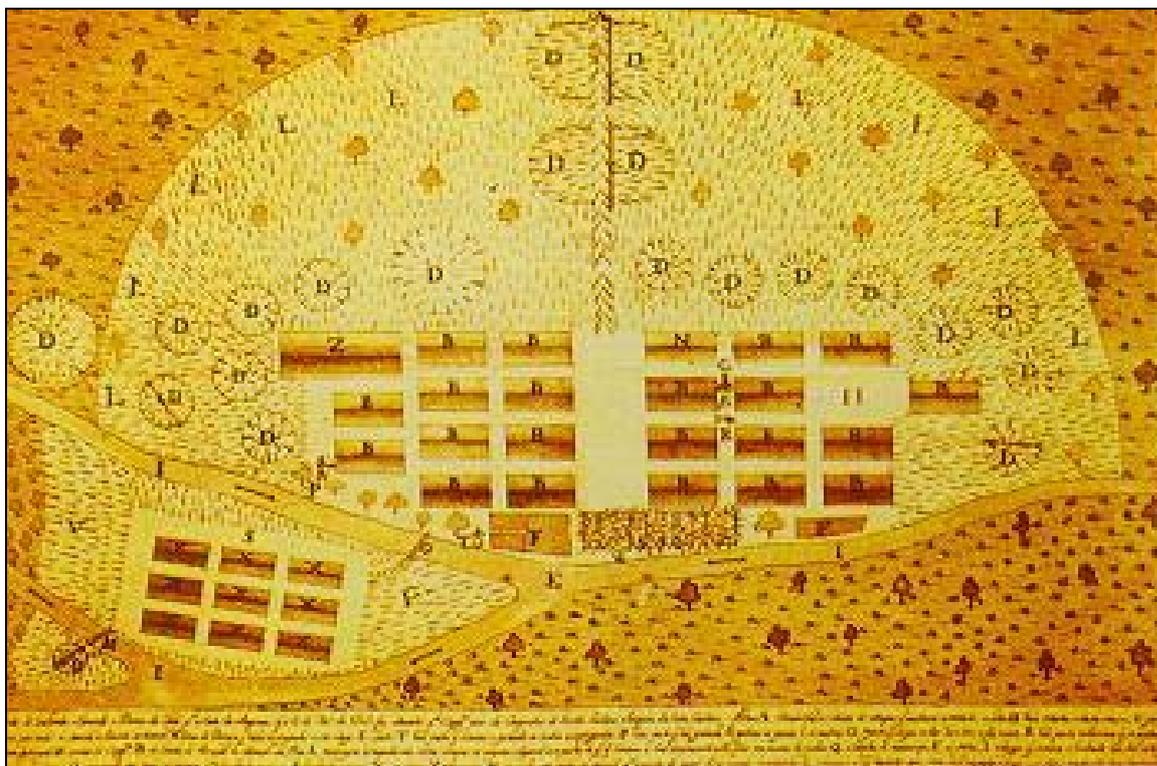
Entendemos por quilombagem o movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional. Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis - econômico, social e militar - e influiu poderosamente para que esse tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre.

A quilombagem é um movimento emancipacionista que antecede, em muito, o movimento liberal abolicionista; ela tem caráter mais radical, sem nenhum elemento de mediação entre o seu comportamento dinâmico e os interesses da classe senhorial.

(...)

O quilombo aparece, assim, como aquele módulo de resistência mais representativo (quer pela sua quantidade, quer pela sua continuidade histórica) que existiu. Estabelecia uma fronteira social, cultural e militar contra o sistema que oprimia o escravo, e se constituía numa unidade permanente e mais ou menos estável na proporção em que as forças repressivas agiam menos ou mais ativamente contra ele.

Dessa forma o quilombo é o centro organizacional da quilombagem, embora outros tipos de manifestações de rebeldia também apresentassem, como as guerrilhas e diversas outras formas de protesto individuais ou coletivas¹⁵.



FONTE: <http://www.terrabrasileira.net/folclore/origens/africana/palmares.html>.

Figura 9.4.3-66 - Planta de um quilombo

A partir do levantamento bibliográfico realizado até o momento, é possível afirmar que as áreas a serem atingidas pela LT são potencialmente favoráveis ao encontro desse tipo de sítio arqueológico.

O Estado do Alagoas abrigou o maior dos Quilombos brasileiros, denominado de Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, no município de União dos Palmares. No entanto, a extensão do quilombo ia desde a zona ao norte do curso inferior do São Francisco - AL, até às vizinhanças do cabo de Santo Agostinho - PE.

¹⁵ Fonte: www.terrabrasileira.net/folclore/origens/africana/quilomba.html. Acessado em 01 de Abril de 2005.

As aldeias que compunham o quilombo eram chamadas mocambos, ou seja, ajuntamentos de casas primitivas cobertas de folhas de palmeira, protegidos por paliçadas duplas de madeira. Espalhados por uma área de cerca de sessenta léguas (por volta de 1675), eles chegaram a abrigar uns 20 mil habitantes.

No Estado de Pernambuco é registrada a existência de 13 quilombos: Quilombo do Ibura, Quilombo de Nazareth, Quilombo de Catucá (extensão do Cova da Onça), Quilombo do Pau Picado, Quilombo do Malunguinho, Quilombo de Terra Dura, Quilombo do Japomim, Quilombos de Buenos Aires, Quilombo do Palmar, Quilombos de Olinda, Quilombo do subúrbio do engenho Camorim, Quilombo de Goiana e Quilombo de Iguaraçu.

Segundo o governo do Estado do Piauí, existem 117 comunidades quilombolas no seu território, 12 delas localizadas no município de Queimadas. O número ainda pode ser maior, mas a lentidão dos processos de apropriação das terras pelas comunidades dificulta a oficialização das mesmas.

No Estado do Ceará, oficialmente existem 16 quilombos. Segundo pesquisadores o número pode chegar a 60. No entanto, 84 comunidades entraram com o pedido de reconhecimento, sendo apenas 9 averiguadas atualmente.

A Fundação Cultural Palmares reconheceu a existência da comunidade de remanescentes quilombolas na cidade de Porteiras, no Ceará, município que tem sua área abrangida pelo empreendimento. A comunidade dos Souza, localizada no sítio Vassourinha, área serrana do município, originou-se com a chegada na localidade de negros vindos do Estado do Pernambuco.

Tendo em vista o contexto histórico de colonização e povoamento desses locais é provável o encontro desse tipo de sítio arqueológico, a partir do aprofundamento das pesquisas de campo.

Dessa forma, o estudo a ser desenvolvido nas comunidades quilombola tem muito a contribuir com a produção histórica e arqueológica sobre a escravidão no Brasil, além de realizar um importante trabalho de resgate dos saberes materiais e imateriais dessas localidades.

Vale ressaltar que, para a caracterização de um espaço territorial como quilombo, pressupõe-se a existência de um conjunto de fatores, entre eles, destaca-se a existência de uma “identidade do território”, caracterizada pela utilização e apropriação do espaço pelos indivíduos que o habitam.

Nesse sentido, mais do que reminiscências arqueológicas ou históricas é necessário o sentimento de pertencimento entre a população e o território que estão inseridos, mesclado com aspectos sociais e culturais.

A definição de quilombo construída pela Associação Brasileira de Antropologia - ABA, ajuda a esclarecer melhor essa questão:

O termo quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para os indivíduos, grupos e organizações, ainda que tenha um caráter histórico, o mesmo vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contexto do país. Definições têm sido elaboradas por organizações não governamentais, entidades confessionais e organizações autônomas dos trabalhadores, bem como pelo próprio Movimento Negro. Exemplo disso é o termo remanescente de quilombo, utilizado pelos grupos para designar um legado, uma herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico. Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores compartilhados. Nesse sentido, constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela Antropologia como tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão¹⁶.

Conforme a citação anterior, podemos perceber que a caracterização de uma área como um quilombo não obedece apenas a critérios materiais, como evidências arqueológicas, nem imateriais, como uma memória quilombola comum. A caracterização necessita da conjugação de vários fatores, principalmente uma identidade comum, capaz de criar um vínculo de pertencimento entre o grupo étnico local.

¹⁶ BARTH, Frederik *apud* SOUZA, J. R. C. In: **RELATÓRIO de Inspeção efetuada nos trechos do Gasoduto GASEB – II / Carmópolis – Carmópolis / Pilar e GASFOR II: trecho Mossoró / Pecém, para verificação e registros de comunidades quilombolas em municípios da área de influência do empreendimento**, 2004.

A complexidade da definição representa a dificuldade de tratar desse assunto, o qual está envolto em uma dívida histórica com os negros e com sentimentos de preconceito e racismo que somos herdeiros.

Conforme afirma VAINFAS (1999): “Não há porque fugir a tema tão crucial”¹⁷. O Brasil é caracterizado pela mestiçagem, as diferenças sociais e culturais entre os estados brasileiros atestam essa afirmativa.

Tratar da escravidão, da resistência escrava e da mestiçagem dela resultante é fundamental para se compreender o processo de formação povo brasileiro. Vale lembrar o trabalho do arqueólogo FUNARI¹⁸ na região dos Palmares, conhecido como o mais famoso Quilombo do Brasil, localizado no Estado do Alagoas, na Serra da Barriga entre fins do século XVII.

O trabalho do autor é reconhecido internacionalmente e contribui com importantes questões para desvendar a História do Brasil Escravocrata. Entre suas principais conclusões, o autor afirma que Palmares também deve ser analisado como um espaço heterogêneo, caracterizado por diferentes e maleáveis grupos sociais.

Segundo o autor: “A evidência arqueológica de Palmares parece confirmar que a heterogeneidade era característica tanto da sociedade colonial, como do quilombola” (FUNARI, p.26).

Na citação abaixo, é possível observar como o autor chegou a essa conclusão e qual é a cultura material característica desse tipo de sítio arqueológico:

A pesquisa arqueológica em Palmares revelou uma grande quantidade de cerâmica, de estilos ameríndio, europeu e mesclado. A cerâmica nativa é feita a mão, com antiplástico arenoso, às vezes com decoração incisa e escovada, marrom ou avermelhada. Allen identificou quatro tipos cerâmicos como tupi-guarani, quatro tipos de cerâmica vidrada com um brilho opaco com óxido de estanho, no estilo das maiólicas usadas na Península Ibérica desde a Reconquista. Os mouros haviam introduzido as cerâmicas vidradas e os conquistadores cristãos adotaram esse estilo que, depois, expandiu-se por todo o mundo ibérico colonial. Contudo, em Palmares o que se encontra não é a maiólica fina, mas cerâmicas vidradas de uso utilitário,

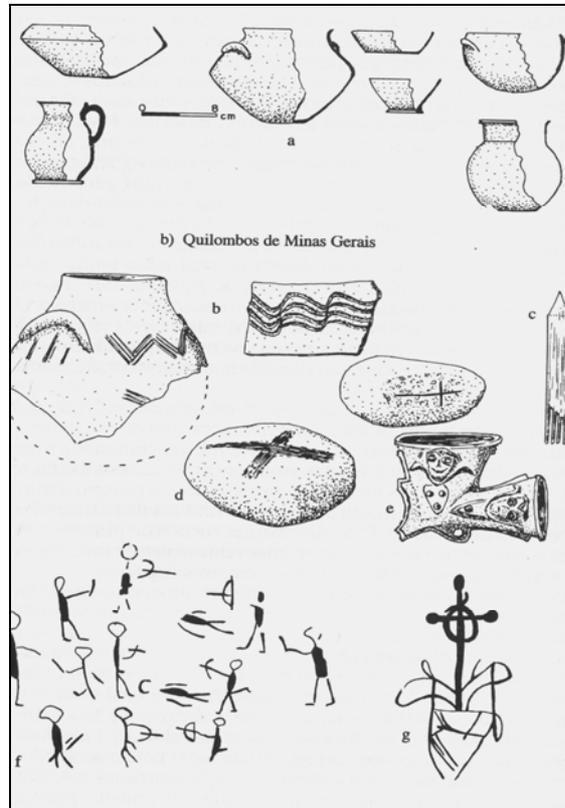
¹⁷ VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. In: **Revista do Departamento de História da UFF**. Rio de Janeiro: UFF, 1999.

¹⁸ Site pesquisado: <http://www.rhr.uepg.br/v6n1/funari.pdf>. Acessado em 9 de Março de 2005.

talvez produzidas na costa, ou mesmo na Europa, mas para uso corriqueiro. O terceiro tipo cerâmico era feito no local, a cerâmica de Palmares, diferindo tanto do estilo europeu quanto do ameríndio, e, em 1645, Jürgens Reijembach já registrara que os habitantes do quilombo faziam potes. Essa cerâmica era feita no torno, em temperaturas baixas, em fôrmas pequenas e rasas, com fundo plano, alisado com os dedos no interior, parecidas, em certo sentido, com os tipos Colono das escravarias sulistas nos Estados Unidos. Alguns grandes vasos encontrados na Serra da Barriga não são muito diversos dos potes tupinambás, mas tampouco se distanciam muito de jarros ovimbundos de Angola. Havia cerâmica africana, nativa, colonial e importada em Palmares e, se a fluidez é ubíqua, como sugerem os estudos recentes, tanto na literatura antropológica como arqueológica, então, em vez de procurar por cerâmica tupinambá, ovimbundo ou mesmo “africana”, parece mais razoável tratar da cerâmica de Palmares. Vidradas e opacas, feitas no torno ou não, não eram importações de Portugal ou da Holanda, mas feitas no local pelos habitantes comuns. A hierarquia no quilombo poderia ser ainda observada no assentamento, já que a cerâmica comum foi encontrada em toda parte nos sítios da Serra da Barriga, enquanto a cerâmica vidrada tem distribuição muito mais restrita e isto poderia indicar a existência de áreas de elite na comunidade. Em um sítio, cerâmica importada, nativa e quilombola aparecem associadas, sugerindo que uma parte do assentamento podia ser ocupada por uma elite. A julgar pela evidência cerâmica, a elite não era tampouco homogênea, mantendo contatos variados com colonos nas redondezas e na costa. Rowlands interpreta a evidência material como indicação que Palmares não era nem uma sociedade multi-étnica, resultado da fusão e da assimilação, nem de diferença étnica. Podia apresentar uma estrutura pluralista com pouca diferenciação na cultura material, mas com uma crescente distinção de elite em parte do assentamento. Esta evidência não nega a construção de uma identidade específica de Palmares como comunidade, pois os habitantes tinham uma consciência de estarem em um estado rebelde, o que era o resultado da solidariedade resultante dos ataques coloniais por todo o século XVII. Solidariedade, entretanto, não implica ausência de fricção, divisões ou mesmo contradições internas. Em qualquer caso, a evidência arqueológica reforça a percepção de que Palmares estava longe de ser homogêneo, com hierarquias sociais e conflitos internos, assim como externos¹⁹.

¹⁹ FUNARI, p.22 – 23. Site pesquisado: <http://www.rhr.uepg.br/v6n1/funari.pdf>. Acessado em 9 de Março de 2005.

Os estudos desse tipo de sítio arqueológicos muito têm a contribuir com aspectos relacionados à História do Brasil e com a ciência arqueológica.



FONTE: PROUS, A. *Arqueologia Brasileira*. Brasília, DF: UNB, 1992.

Figura 9.4.3-67 - Exemplo de cultura material recolhida em escavações arqueológicas realizadas em quilombos localizados em Minas Gerais e Paraná

Os Engenhos

Os engenhos se caracterizam por grandes propriedades produtora de açúcar, constituídos, basicamente, por dois grandes setores: o agrícola - formado pelos canaviais -, e o de beneficiamento - a casa-do-engenho, onde a cana-de-açúcar era transformada em açúcar e aguardente. Tais propriedades também podem ser consideradas como sítios arqueológicos históricos, conforme afirma MARQUES (2003):

O estudo arqueológico de engenhos remanescentes dos tempos coloniais em questão dirige-se à compreensão de aspectos inerentes à problemática de colonização, de um ponto de vista que não se restringe à documentação escrita disponível em arquivos (...).

Sítios de engenhos, de indubitável opulência, podem oferecer reflexões sobre vários aspectos intrínsecos deste tipo de empreendimento, Abandonados, estes locais guardam resquícios de atividades humanas com informações quase desconhecidas de estudos históricos e arqueológicos (...)²⁰.

O autor realizou um estudo sobre o Engenho Murutucu, localizado no estuário amazônico, com aproximadamente trezentos anos de história. Nesse trabalho, foram recuperadas as estruturas remanescentes do engenho, assim como exemplares de cultura material típica deste tipo de sítio.

As construções mais comuns nesse tipo de sítio são: a casa-grande, moradia do senhor e de sua família; a senzala, habitação dos escravos; a capela; e a casa do engenho, a qual abrigava as instalações destinadas ao preparo do açúcar: a moenda - onde se moía a cana para a extração do caldo (a garapa); as fornalhas - onde o caldo de cana era fervido e purificado em tachos de cobre; a casa de purgar - onde o açúcar era branqueado, separando-se o açúcar mascavo (escuro) do açúcar de melhor qualidade e depois posto para secar.

Canaviais, pastagens e lavoura de subsistência também estão presentes nas terras do engenho. Na lavoura destacava-se o cultivo da mandioca, do milho, do arroz e do feijão. Tais produtos eram cultivados para servir de alimento, mas sua produção insuficiente não atendia às necessidades da população do engenho.

A parte das terras do engenho destinada ao cultivo da cana - o canavial - era dividida em partidos, explorados ou não pelo proprietário. As terras não exploradas pelo senhor do engenho eram cedidas aos lavradores, obrigados a moer sua cana no engenho do proprietário, entregando-lhe a metade de sua produção, além de pagar o aluguel da terra usada (10% da produção).

Em relação aos proprietários dos engenhos, SCHWARTZ (1998) afirma que:

Nenhum grupo da história brasileira possui uma aura de legendária magnificência tão marcante quanto à dos senhores de engenhos no nordeste. Ainda que no século XIX fosse proverbial dizer: 'senhor de engenho, morto de fome, cheio de empenho', esses homens mantiveram-se no ápice da hierarquia social, projetando uma imagem de nobreza, fortuna e poder. Essa imagem sustentou-se em seu permanente controle da terra e dos escravos e no tradicional papel do potentado local que muitos deles encarnavam. Entretanto, os senhores de engenho não são simplesmente um tipo

²⁰ Informações extraídas do site: www.landi.inf.br/anais.

social facilmente transposto de uma época a outra; são também uma classe formada ao longo do tempo, que se desenvolveu historicamente e manifestou diferentes características em datas diversas.(p.224)

Dessa forma, o estudo sobre os engenhos que forem localizados na área do empreendimento pode contribuir com importantes questões sobre a sociedade colonial dos Estados e municípios inseridos nesta região. Pode-se citar como exemplo o caso do Engenho Velho, localizado na cidade de Jardim/CE, um dos mais antigos engenhos da Região do Cariri, e um dos poucos remanescentes dos mais de trinta que funcionaram neste local ao longo do tempo.



FONTE: www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/eng_colonial.html.

Figura 9.4.3-68 - Etapas da produção do açúcar

9.4.3.3.6 - Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento

No ano de 2005/2006, a equipe do LEPA, através da Portaria nº. 9, de 17 de Janeiro de 2006, Processo Administrativo nº. 01516.000291/2005-10, realizou atividades de arqueologia preventiva nos Estados de Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia. A área prospectada foi a abrangida pelo empreendimento Linha de Transmissão 500 kV Colinas do Tocantins - Sobradinho.

Na ocasião foram encontrados e registrados onze sítios arqueológicos dentre os quais oito receberam atividades de salvamento. Um destes sítios está localizado em município abrangido pela LT 500 kV São João do Piauí - Milagres

Na área impactada pelo empreendimento dentro do Estado do Ceará, destacam-se as pesquisas da Fundação Casa Grande (Organização Não Governamental - ONG com sede em Nova Olinda, Ceará) que desenvolve trabalhos nas regiões da Chapada do Araripe e do Cariri, localizadas próximas do traçado da LT.

A Chapada do Araripe representa no contexto arqueológico nordestino um lugar ímpar para a vida humana desde a pré-história, quando bandos de caçadores e coletores em busca de um refúgio ambiental fugiam da aridez do sertão.

Foi nesse contexto que se manifestou uma cultura material e intangível diversificada, oriunda de diferentes grupos humanos que no ambiente do Araripe conviveram atraídos pelas fontes perenes do sopé da chapada que alimentavam o fértil vale do Cariri.

Desde os meados do século XX que os achados casuais da arqueologia do Cariri foram publicados por historiadores da região. Alguns desses achados hoje integram a coleção do Museu Histórico do Crato, outros, porém, perderam-se nas mãos de particulares sem que fossem sequer relacionados ou estudados.

Em 1992, A Fundação Casa Grande-Memorial do Homem Kariri, criou um Museu para contar a história do indígena e sua cultura, juntando em acervo uma coleção de referência sobre a pré-história do homem na Chapada do Araripe.

As ações da Fundação Casa Grande já identificaram e registraram muitos e variados sítios arqueológicos: indústrias líticas lascadas, indústrias líticas polidas, tradições ceramistas (vasilhas, caximbos) e grafismos rupestres. Dentre esses sítios arqueológicos podemos destacar um encontrado no município de Brejo Santo, no Ceará, diretamente atingido pelo empreendimento, que apresenta material cerâmico policromado.

O município de Brejo do Piauí, também localizado na área de impacto direto do empreendimento, é parte integrante do complexo de sítios arqueológicos que compõem o Parque da Serra da Capivara. No limites do município são encontrados 41 sítios arqueológicos com arte rupestre registrados no IPHAN.

Nesta região, as habitações rurais, estilo casa grande, são marcos arquitetônicos do Período Colonial. Na localidade de Ouricuri, em Pernambuco, ainda se encontram traços culturais tradicionais, como o engenho de rapadura movido a tração animal (boi) e o fabrico de alfinim (rapadura mole semelhante ao suspiro) pelas mulheres do lugar.

A potencialidade arqueológica dessa região pode ser corroborada pela existência de outros sítios arqueológicos encontrados e registrados junto ao IPHAN em diversos municípios da região, listados em tabela anexa.

9.4.3.4 - Contexto Histórico

A noção espacial que se tem hoje daquilo que se convencionou chamar de Região Nordeste é recente, datando do início do século XX. Antes desta época existiam vários “nordestes”, áreas com características geoeconômicas bastante diferenciadas e que mantinham poucas relações entre si.

Com a instalação do processo de integração nacional, induzido pelo desenvolvimento da industrialização, que atingiu o país, passou-se a encarar como uma região individualizada esse espaço do território brasileiro.

Nessa região foram encontrados registros de presença humana que foram datados em torno de 50.000 anos, se caracterizando por instrumentos líticos de pequenas dimensões, entre outros vestígios²¹. A pesquisa arqueológica está possibilitando o resgate de informações valiosas para a investigação da história e da cultura desses indivíduos, que fazem parte do passado da região. Resgata-se assim uma época que, por não apresentar documentos escritos, muitas vezes é ignorada quando se trata de escrever sobre a história de um povo.

Da mesma forma acontece quando se trata de apresentar a presença do elemento nativo aqui encontrado pelo explorador europeu. A história da maioria dos municípios é contada apenas após

²¹ MARTIN, Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil**. P. 169. Recife: Editora da UFPE, 1999.

a chegada dos primeiros brancos. Tem-se a impressão de que nada existia nesses locais antes desse evento. Cabe uma interrogação: e os vestígios materiais que são encontrados, nas pesquisas arqueológicas, comprovadamente muito anteriores a 1492 ou 1500 D.C., não constituem parte integrante desse aporte histórico?

Na primeira parte desse diagnóstico procurou-se responder de forma clara e segura a esse questionamento, apresentando um levantamento pormenorizado sobre a parte arqueológica e etno-histórica envolvida na região em estudo. Fugindo do lugar comum gerado nas concepções reducionistas elaborou-se um levantamento de dados a partir de uma consulta exaustiva na busca de apresentar a história da região atingida pelo traçado do empreendimento em tela.

O Nordeste mudou muito, desde os tempos coloniais até a atualidade. Querer interpretar a região apenas como um problema, com áreas assoladas periodicamente pela seca, com enormes bolsões de pobreza, onde a ação do Estado quase sempre só fez consolidar velhas estruturas e perpetuou situações de miséria é insuficiente, nos dias de hoje, para entender as dinâmicas de um espaço regional com aproximadamente 50.000 anos de atividade humana.

Hoje, mais do que em qualquer momento do passado, um dos principais aspectos a ser destacado é a crescente diversidade da organização espacial interna. Assim, convivem lado a lado na região, focos de expressivo dinamismo econômico e social ao lado de áreas onde as estruturas tradicionais estão cristalizadas.

9.4.3.4.1 - Estado do Piauí

O Estado do Piauí é o terceiro maior da região Nordeste e o único em que o interior é mais desenvolvido que o litoral, pois sua capital não está localizada às margens do Oceano Atlântico.

Existem estudos sobre a origem do nome Piauí. A maioria defende que este nome foi derivado de um rio, denominado Piauí, o quem era caminho obrigatório na época da colonização. Existem opiniões que o nome do rio, e posteriormente da região, seria originado em um peixe de pele manchada existente em suas águas, denominado de Piau. Já os indígenas de início chamavam a terra de Piaguí, mais tarde Piagoí e posteriormente de Piauí, sendo a mesma de origem tupi: "Piau" significa peixe e o "i" existência indígena.

Durante muito tempo, o Piauí foi um Estado sem litoral. Somente em 1880, após negociações com o vizinho estado do Ceará, o Piauí cedeu o município de Príncipe Imperial (hoje municípios

de Crateús e Independência), recebendo em troca o município de Amaração. Como fundamento da decisão, foi alegada a necessidade de o Piauí ter porto marítimo.

Os primeiros habitantes do Estado do Piauí foram os índios, como os famosos Tremembés, que ocuparam por longos anos o Delta do Parnaíba e grande parte do litoral do Piauí, Maranhão e Ceará. Os Tremembés que muito se destacaram nesta região eram Tapuias, do ramo Cariri, cuja palavra quer dizer tristonho, calado, silencioso.

Dividiam-se em três ramos: Crateus, Potis e Aranhis. Encaradas como belicosas e nocivas aos interesses dos colonizadores, foi travada uma guerra de extermínio contra todas as nações indígenas que habitavam as terras do Piaguhy.

Por volta de 1656, 1658, 1669, 1676 e 1679, foram organizadas expedições militares denominadas “expedições punitivas” ou “campanhas de repressão ao gentio”.

Logo após a instalação da Capitania do Piauí, uma das primeiras providências do governador recém-empossado, foi a organização das Forças Regulares da Capitania (Companhia de Dragões), para combater as populações nativas, com o aval do rei. Essas ações militares contribuíram para dizimar populações inteiras.

Os índios Tremembés, uma das várias tribos existentes no Delta, foram catequizados pelos Padres Jesuítas e formaram aldeamentos. Os padres intercederam junto ao Rei de Portugal, para que a Coroa doasse a posse de parte da Ilha do Caju, aos Tremembés, já catequizados e a doação foi feita ao Cacique Manoel Miguel, no dia 21 de abril de 1727, pelo Governador do Maranhão, João Maia Gama. O aldeamento desapareceu pouco depois da expulsão dos padres Jesuítas pelo Marquês de Pombal.

Os grupos étnicos do Piauí, assim como os de todo Nordeste brasileiro, foram levados a procurar ou escolheram para se esconder terras pouco cobiçadas e localidades de difícil acesso - terras alagadas, sertões, serras, etc. Além disso, os membros dessas comunidades foram aos poucos profundamente integrados à sociedade envolvente. Portanto, devido à alta mobilidade das populações primitivas nordestinas, encontramos hoje apenas registros de uma memória diluída, marcos de uma história pouco gloriosa e, por isso, encoberta, do que grupos organizados e que se afirmam como tal.

O processo de ocupação branca do solo piauiense teve início na segunda metade do século XVII, sendo paulistas, baianos e pernambucanos os primeiros desbravadores do imenso espaço habitado

por inúmeras nações indígenas. A partir do ano de 1718 foi criada a capitânia de São José do Piauí, tendo como capital a Vila de Nossa Senhora da Vitória do Riacho da Mocha, a futura cidade de Oeiras, fundada em 1696.

O escravo negro, que chegou na condição de mercadoria, era comprado mediante a troca pelo boi e, na época da instalação da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, representava apenas nessa povoação, um contingente populacional de 211 habitantes²². No final do século XVIII a população negra piauiense era representada por mais de 50% de escravos africanos, chegados através de São Luís do Maranhão e de Salvador.

A Capitania do Piauí ficou dependente do Maranhão até 1811, mesmo já contando com centenas de fazendas de gado e mais de uma dezena de vilas consolidadas. Em busca de autonomia, os piauienses aderem à independência, enfrentando as tropas portuguesas.

Em 13 de março de 1823, travou-se, à margem do rio Jenipapo, em Campo Maior, a mais sangrenta, e possivelmente única, batalha entre brasileiros e portugueses pela independência nacional, a Batalha do Jenipapo, onde centenas de piauienses e voluntários cearenses perderam a vida ou foram capturados.

Após a independência, Vila da Mocha foi escolhida como capital, com o título de cidade e o nome de Oeiras, em homenagem ao Conde de Oeiras, mais tarde Marquês de Pombal. A cidade floresceu rapidamente, tornando-se o centro mais importante do novo estado.

Em 16 de agosto de 1852, já no período imperial, a capital foi transferida para Teresina, localizada às margens do rio Parnaíba e especialmente fundada para ser a nova sede da Província. Essa transferência foi motivada por fatores de ordem geopolítica e econômica. Oeiras estava encravada em pleno sertão, sem meios de acesso e comunicação.

O ecossistema na região do Piauí é semelhante ao da Amazônia, com diversas ilhas, lagoas, igarapés e praias de areia fina, tomadas por dunas e coqueirais, tornando-se grandes atrações turísticas. O Estado ocupa uma área heterogênea, apresentando características de cerrado, da Amazônia e do Nordeste semi-árido.

²² NETO, Adriano. **Geografia e História do Piauí para estudantes**. Teresina: Gráfica & Editora Livramento, 2004, p. 119.

O rio Parnaíba, que durante quase todo seu curso separa o Piauí do Maranhão, deságua no Oceano formando o magnífico Delta do Parnaíba, com cerca de 80 ilhas que se espalham pelos canais.

A 180 km ao norte de Teresina está situado o Parque Ecológico da Cachoeira do Urubu, um complexo turístico dotado de boa infra-estrutura receptiva, como por exemplo, uma passarela de 400 m sobre a cachoeira, unindo as margens do rio Longá entre Batalha e Esperantina. A Cachoeira do Urubu é mais atraente e bela em época de cheia, quando os peixes tentam transpor os enormes paredões de pedra, rio acima, na época da piracema.

Constituem-se em atração turística os poços jorrantes de Cristino Castro, que atingem alturas de até 60 m com seus jatos d'água, formando piscinas de águas correntes ao seu redor.

Além da riqueza ambiental do delta do Parnaíba, o turismo piauiense se apóia também em importantes sítios arqueológicos, os mais antigos do Brasil e da América, estimados entre os mais importantes do mundo, entre eles o Parque Nacional da Serra da Capivara, situado na área de influência do empreendimento.

O Parque Nacional da Serra da Capivara, abrange áreas dos municípios de São Raimundo Nonato, São João do Piauí, João Costa, Coronel José Dias e Brejo do Piauí. Compreende uma área de 130.000 hectares, em ecossistema de caatinga. Constitui-se em importante centro de pesquisa arqueológica e antropológica.

O parque foi declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em função do acervo arqueológico ali encontrado, cerca de 460 sítios já foram cadastrados. No sítio do Boqueirão da Pedra Furada, foram feitas as mais antigas datações que atestam a presença do homem no continente americano.

Um dos destaques do parque para a pesquisa arqueológica, são os 260 sítios arqueológicos catalogados com 30 mil pinturas rupestres. São figuras humanas, animais, plantas, objetos e signos representados em diversos temas, sendo o sexual um dos mais freqüentes.

Mais de 30 sítios arqueológicos estão preparados para a visitação, como as tocas do Salitre, do Boqueirão da Pedra Furada, do Caldeirão do Rodriguez e do Baixão das Mulheres.

Conta ainda com o apoio de um trabalho de arqueologia da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) sediada em São Raimundo Nonato - PI, responsável por um trabalho de preservação dos aspectos culturais e naturais do Parque Nacional Serra da Capivara.

Nos municípios de Piri-piri e Piracuruca, no norte do Estado, localiza-se o Parque Nacional de Sete Cidades, área de flora e fauna ricas e onde se encontram se formações rochosas datadas de milhões de anos e pinturas rupestre, os quais compõem conjuntos uniformes que insinuam a existência, em épocas remotas, de civilizações desenvolvidas.

O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tombou alguns monumentos no Estado que são também importantes atrações turísticas. Para preservação da memória estadual, foi criado o Arquivo Público do Piauí, com as Bibliotecas Públicas e com alguns museus, sendo que o mais importante é o Museu Histórico do Piauí.

No Piauí encontram-se os mais antigos sítios arqueológicos do Brasil e da América, considerados entre os mais importantes do mundo. No município de São Raimundo Nonato, na parte sudeste do Estado, 280 desses sítios já foram mapeados por instituições científicas nacionais e internacionais e abrigam rico acervo de arte rupestre e materiais de origem orgânica, em boas condições de conservação.

A Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) realiza um trabalho sobre o caju que vai transformar a cajuína em patrimônio cultural. O Projeto Saberes e Fazeres está voltado para essa visão sobre o caju, porque trata-se de um produto que tem traço de identidade com a região do qual se originam também o doce e o vinho igualmente conhecidos e apreciados pelos nordestinos.

Esta é apenas uma das atividades que o Instituto desenvolve no Estado. Há uma grande quantidade de inventários em andamento envolvendo arquitetos e historiadores do IPHAN fazendo levantamento do patrimônio em várias cidades piauienses. No campo imaterial, a Superintendência do IPHAN executa um inventário sobre o patrimônio cultural representado pela arte santeira e as referências culturais das comunidades quilombolas.

A população piauiense é, basicamente, o resultado da miscigenação de portugueses, índios e africanos. A contribuição branca foi quantitativamente insignificante, e a miscigenação direta com o índio local aconteceu somente nos primeiros tempos da colonização.

A presença dos mamelucos, contudo, foi muito significativa e marcou fortemente o povo da região. Conforme OLIVEIRA (1977, p. 8) em termos de cultura espontânea ou folclórica, não se pode fugir dessa análise de elementos formadores básicos que dão estrutura às lendas e mitos, às

danças e folguedos, à religiosidade sincrética, às técnicas populares, ao linguajar, a todas as demais manifestações culturais do povo²³.

As principais festas santas do Estado são a de Nossa Senhora do Amparo, em Teresina; a de Bom Jesus dos Navegantes, em Luís Correia; a de São Gonçalo, em Batalha e Campo Maior; a de Nossa Senhora da Graça, em Parnaíba e a de São Miguel Arcanjo. A semana santa é muito comemorada nas cidades de Floriano, Parnaíba, Pedro II, Teresina e Uruçuí.

Os folguedos mais festejados são o de Bumba-Meu-Boi ou Dança-do-Boi, realizados em fins de junho em várias cidades; o Reisado e as Pastorinhas; as Folias de Reis e do Divino Espírito Santo; as Danças de São Gonçalo e a Dança de Tambor de Crioulo.

O artesanato tem importância secular na sociedade piauiense, sendo uma alternativa de ocupação e renda, Em Pedro II encontramos o mais expressivo centro de produção de tecelagem manual do Estado. Ali se confeccionam de forma constante, redes, mantas, tapetes, mochilas e bolsas.

A culinária típica do Estado tem um pé na senzala outro na oca e é adoçada por toques portugueses. Dessa mistura e influência, surgiu uma culinária simples, adaptada a ingredientes locais. Pratos à base de "carne de criação", fritos, carne seca, pirões, aves ao molho, moquecas de peixe das águas doce e salgada, doces, cajuína, bolos de macaxeira e fubá de milho são alguns dos exemplares da cozinha piauiense.

Utiliza-se em grandes quantidades os "cheiros verdes" (coentro e cebolinha verde), a cebolinha branca de Picos, a pimenta-de-cheiro, o corante natural extraído do urucum e a farinha de mandioca (farinha branca e farinha d'água).

Os pratos típicos são o frito (mistura de farinha branca com carne frita de qualquer espécie), carneiro ao leite de coco, arroz de capote, paçoca, baião-de-dois, capiau e maxixada, entre outras.

No sul do Estado, costuma-se colorir o arroz com açafrão. O uso de carne com caldo (molho fino) é outra característica bem típica.

²³ OLIVEIRA, Noé Mendes. **Folclore brasileiro: Piauí**. Rio de Janeiro: MEC/FUNARTE, 1977, p. 8.

Apesar da predominância de comidas à base de carne, há ainda pratos feitos com peixe e frutos do mar. Os doces mais comuns são os de caju, de manga, de goiaba, de mangaba, de buriti, de bacuri, de groselha, de casca de laranja da terra, sendo o mais típico o doce de casca de limão azedo.

A medicina folclórica está presente no Piauí. O problema da saúde pública apresenta aspectos comuns de âmbito nacional. A diversos fatores ainda não superados, junta-se o peso de heranças supersticiosas e fetichistas e as demais contingências que determinam a difusão de uma medicina folclórica existente até hoje.

Os remédios populares provém, como de regra geral, de fontes vegetais, animais, minerais e místicas. Consistem numa terapêutica mágica e por demais sugestionante. Uns e outros requerem, quase sempre, verdadeiros cerimoniais ou normas que devem ser observados, desde a colheita e preparação do material até à maneira como devem ser usados. Cura-se asma com chá de andiroba; verminose mastigando-se sementes de jerimum ou de mamão, de manhã, em jejum; couro de jacaré torrado e a banha são indicados para o reumatismo, etc.

Apesar de todo o progresso já chegado até ao mais recôndito sertão, verifica-se que a medicina popular continua tendo aceitação coletiva.

9.4.3.4.2 - Estado de Pernambuco

Localizado na região Nordeste brasileira, o Estado de Pernambuco possui 184 municípios e o território de Fernando de Noronha e apresenta população de 7.918.344 habitantes (Censo 2.000) em uma área correspondente a 98.937,8 km².

Originalmente chamado em tupi de Paranambuco (sendo paraná-puca = “mar que arrebenta”, ou paraná-buca = “mar fundo”), foi chamado de Pernambuco pelos portugueses. Isso já demonstra que as terras da região pertenciam aos índios, que habitavam todo o território, muito antes da chegada do homem branco. Na primeira parte desse diagnóstico, a arqueologia e etnohistória é possível verificar os grupos indígenas, sua história e localização.

Atualmente, segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), vivem em Pernambuco um total de 25.726 remanescentes dos povos indígenas que ali originalmente se encontravam e que foram massacrados ao longo dos séculos. Estão distribuídas em Pankararu, 4.062 pessoas; Kambiwá, 1.400; Atikum, 4.506; Xucuru, 8.502; Fulni-Ô, 3.048; Truká, 2.535; Tuxá, 47; Kapinawá, 1.035; Pipipãs, 591 pessoas.

Pernambuco foi uma das primeiras áreas brasileiras ocupadas pelos portugueses, tendo importância fundamental para a História do Brasil. Em 1535 as terras são doadas como Capitania Hereditária pelo rei de Portugal a Duarte Coelho que, ao desembarcar no Sítio dos Marcos, em Igarassu, constrói a Igreja Cosme e Damião, que dará origem a Vila dos Santos Cosme e Damião.

Dois anos depois, ele vai em busca de um lugar ideal para a sede da Capitania e funda a Vila de Olinda que será a primeira capital do Estado, bem como a Vila de Igarassu, e constrói os primeiros engenhos da região. O cultivo da cana-de-açúcar e do algodão trouxe prosperidade e acabaram por atrair muitos europeus para a região.

Pernambuco torna-se um grande produtor de açúcar, devido ao solo apropriado para o plantio da cana-de-açúcar e a proximidade com o mercado europeu. Logo a cultura canieira se espalha pelo litoral e invade o interior, alcançando o Planalto da Borborema e o sertão mais oriental. Durante muitos anos, o açúcar é responsável por mais da metade das exportações brasileiras.

Entre 1630 e 1654, a região foi ocupada pelos holandeses, que incendiaram Olinda e tornaram Recife a capital de seu domínio brasileiro, erguendo fortes como o Orange, o Brum e o das Cinco Pontas. Atacam Itamaracá, saqueiam Igarassu e ocupam a Igreja dos Santos Cosme e Damião e o Convento de Santo Antônio.

No litoral sul, ocupam o Cabo de Santo Agostinho, onde são erguidos os fortes do Pontal, o Gitelinik e o do Mar. Em 1637 o Conde Maurício de Nassau passa a ser o Governador-Geral e traz para Pernambuco uma forma de administrar renovadora e tolerante: realiza inúmeras obras de urbanização no Recife, amplia a lavoura de cana, assegura a liberdade de culto (no período holandês é fundada no Recife a primeira sinagoga das Américas), reconstrói Olinda e a Cidade Maurícia, na ilha de Antônio Vaz, atual bairro de Santo Antônio. É ainda sob seu governo que Pernambuco elege a primeira Assembléia Legislativa da América do Sul.

Porém, os portugueses não deixam de resistir ao domínio holandês, até que eclode a chamada Batalha dos Guararapes. Em 1654, na Campina do Taborda, os holandeses são derrotados e assinam sua rendição.

Após a expulsão dos holandeses, Recife deixa de ser capital, passando a ser Vila em 1709. Entretanto, esta não aceita a condição e passa a reivindicar sua libertação dos domínios de Olinda. Explode, então, a Guerra dos Mascates, entre a nobreza açucareira de Olinda e os comerciantes portugueses de Recife (mascates). Esse episódio deixa marcas tão profundas que a região inicia uma fase de declínio que irá durar quase um século.

Em 1800, o Bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho funda o Seminário de Olinda, constituído pela Igreja de Nossa Senhora da Graça e pelo antigo Colégio dos Jesuítas. É no Seminário que as idéias liberais da Revolução Francesa, que chegam a Pernambuco no final do século XVIII, irão encontrar repercussão. Tem início, então, a formação de uma série de sociedades secretas pelo Estado que divulgam idéias separatistas.

O descontentamento com a administração portuguesa cresce e, em 1818, estoura a chamada Revolução Praieira, que resulta no surgimento da Confederação do Equador, um movimento separatista de inspiração republicana constituído pelas Províncias de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.

Uma violenta repressão iniciou-se em agosto de 1824. As tropas do Governo avançaram e, com sucessivas vitórias, puseram fim à Confederação do Equador, em 29 de novembro de 1824. A maior parte dos líderes do movimento, em Pernambuco e nas outras províncias, foi presa e julgada por tribunais militares e D. Pedro I mostrou-se irredutível em relação ao cumprimento das penas dos condenados à morte.

Uma outra rebelião, chamada Setembrada ou Setembrizada, ocorre durante a regência em Recife e no Maranhão: os portugueses reivindicam a volta de D. Pedro I para formar, ao norte do Brasil, um novo reino, que seria chamado Império do Equador, Império do Amazonas, ou Império do Rio São Francisco.

Os moderados do Partido Liberal retornam ao poder em 1844, mas mantêm as leis centralistas que antes combatiam. A ala radical do partido rebela-se. O maior foco oposicionista concentra-se em Pernambuco, onde o governo provincial está nas mãos de Antônio Chichorro da Gama, um liberal radical ligado ao Grupo da Praia - chamado assim porque se reúne em torno do jornal O Diário Novo, instalado na Rua da Praia.

Os praieiros também se voltam contra parcelas dos grandes proprietários rurais e comerciantes portugueses. Em 1848, a Rebelião Praieira é deflagrada. Começa em Olinda e espalha-se rapidamente por toda a Zona da Mata pernambucana. O movimento é sufocado em março de 1852.

Entretanto, durante essa luta, a Província de Pernambuco sofre graves perdas territoriais: Alagoas se separa e toda a extensa Comarca de São Francisco é tirada de seu território original, sendo separada entre a Bahia e Minas Gerais.

Com o começo da República, Pernambuco procura ampliar sua rede industrial, mas continua marcado pela tradicional exploração do açúcar, mantendo, até as décadas de 1930 e 40, as características herdadas do período colonial. Os latifundiários resistem às mudanças, embora seus antigos engenhos já tenham se transformado em indústrias mecanizadas: na Zona da Mata e no litoral, a monocultura canavieira persiste; no Agreste e no Sertão, é a agropecuária de subsistência. A miséria cresceu, dando margem ao surgimento do banditismo sertanejo dos grupos de cangaceiros como o de Lampião.

Outro episódio de destaque é o assassinato no centro do Recife, em julho de 1930, de João Pessoa (que era candidato à vice-presidente da República na chapa de Getúlio Vargas), acontecimento que daria início à Revolução de 1930.

A modernização do país que vai se dar a partir dos anos de 1950 e 60, repercute em Pernambuco. Porém, isto fará com que os contrastes sociais sejam evidenciados, estimulando os conflitos internos. Surgem, assim, as Ligas Camponesas, um movimento contra o latifúndio.

O Nordeste passa a receber os recursos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com sede no Recife, e incentivos fiscais principalmente para a agroindústria do açúcar e do álcool e para os segmentos têxtil e turístico. A partir de meados da década de 60, Pernambuco começa a reestruturar sua economia, ampliando a rede rodoviária até o sertão e investindo em pólos no interior do Estado. Na última década, consolidam-se os setores de ponta da economia pernambucana, sobretudo aqueles ligados ao setor de serviços (turismo, informática, medicina).

No ano de 1982, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) confere a Olinda o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, possibilitando que a cidade obtivesse recursos para a restauração de seu Patrimônio Histórico. Em outubro de 1988, é incorporado ao território do Estado de Pernambuco o Arquipélago de Fernando de Noronha.

Atualmente a economia do Estado se baseia na agricultura, na pecuária e na indústria. Na agricultura, destaca-se como segundo produtor brasileiro de cana-de-açúcar, tendo suas plantações concentradas na Zona da Mata. Entre os principais produtos agrícolas cultivados em Pernambuco encontram-se o algodão (arbóreo e herbáceo), a cana-de-açúcar, a cebola, a mandioca, o milho (Sertão e Agreste), a banana, a cebola (Várzea do São Francisco), o caju, o café (Garanhuns) o feijão, o tomate e o coco-da-baía no litoral. O Vale do São Francisco, atualmente, exporta frutas e vinhos de alta qualidade.

Na pecuária, que tem como área principal o sertão, destacam-se as criações de bovinos, suínos, caprinos, eqüinos, muares e galináceos. A produção do leite concentra-se no agreste e responde por mais da metade do total do Estado.

Os principais produtos extrativos minerais do Estado são o calcário, o gesso, a gipsita e a fosforita. Existem ainda reservas de água mineral. No setor industrial destacam-se as indústrias alimentícia, química, metalúrgica, de material eletrônico, têxtil, de transformação de minerais não-metálicos (cimento, cerâmica, vidro) e comunicações, concentradas, em grande parte, na capital, porém, fabricas importantes também se encontram em outros municípios. Alguns segmentos estão em ampla ascensão como o pólo de informática do Estado.

Quanto ao turismo, encontra-se em franco crescimento. O turismo histórico é representado principalmente por Olinda, Patrimônio Cultural da Humanidade, com igrejas, conventos e casarões seculares. Em vários outros municípios encontram-se monumentos, fortes, palácios, museus, ruínas e muralhas. Pernambuco é famoso pelo seu carnaval, animado pelo Frevo e o Maracatu, onde se destaca o Galo da Madrugada, bloco que reúne mais de um milhão de pessoas; pelas Festas Juninas, principalmente na cidade de Caruaru; e pela Paixão de Cristo, representada em Nova Jerusalém, Distrito de Brejo da Madre de Deus, maior teatro ao ar livre do mundo.

O litoral pernambucano, muito procurado por turistas, possui 180 km de praias. No Norte, as mais famosas são as Praias da Maria Farinha e Itamaracá, onde se encontra a Coroa do Avião, ilha formada pelo movimento das correntes marinhas e a praia de Pontas de Pedra, quase na divisa com a Paraíba. Ao Sul, há o Cabo de Santo Agostinho, Calhetas, Paraíso e Suape, além da famosa Porto de Galinhas. Encontra-se prática do turismo ecológico, em Tamandaré, onde se localiza a Reserva Ecológica de Saltinho, com cachoeiras e trechos de Mata Atlântica. Mas sem dúvida o ponto mais procurado é o Arquipélago de Fernando de Noronha, a 550 km de Recife, formado por 21 ilhas e ilhotas, cercadas de praias que propiciam o mergulho, o surf, a pesca e a observação de golfinhos e tartarugas marinhas.

A cultura popular de Pernambuco é extremamente rica e diversificada, caracterizada pela mistura de elementos europeus (o gosto pelas danças da corte, pelos bailados e epopéias), negros (a religiosidade e os ritmos cadenciados) e índios (o misticismo, as danças rituais).

Assim surgiram as mais variadas expressões populares, quase sempre associadas aos principais ciclos festivos. Marcantes manifestações folclóricas e religiosas são as Cavalhadas, Ciranda, Bacamarteiros, Bandeira de São João, Banda de Pifanos, Blocos, Boi de Carnaval, Bumba-Meu-Bio, Caboclinhos, Clubes de Rua, Côco, Dança de São Gonçalo, Excelência, Fandango, Frevo,

Malhação do Judas, Mamulengo, Maracatu, Quadrilha, Reisado, Serração do Velho, Troça, Urso de Carnaval, Vaquejada, Violeiros, Xangô e Xaxado.

Um típico exemplo de uma dança que se originou no sertão de Pernambuco é o Xaxado. Surgido nas regiões do Pajeú e Moxotó, nos anos de 1922 e 1926. No início, era uma dança exclusivamente masculina, e o seu maior divulgador foi o cangaceiro Lampião e os componentes de seu grupo, o que deixou a dança fortemente vinculada ao cangaço.

Dos cangaceiros, o Xaxado evolui para os palcos e estúdios das estações transmissoras de rádio, televisão, cinema e também das revistas teatrais. Hoje, tem o acompanhamento de pífanos, zabumbas, triângulos e sanfonas e é dançado não só por homens, mas também por mulheres.

O artesanato em Pernambuco é uma tradição que passa de geração para geração. Tanto o artesanato quanto a arte popular do estado marcam tipos, formas, cores, texturas e usos, formando um rico e variado patrimônio tão significativo como qualquer outro já consagrado, como o de pedra e cal ou ainda o barroco das igrejas, os azulejos, prédios neoclássicos, entre tantos outros.

O artesanato pernambucano espelha e manifesta as populações, possibilitando inúmeras produções que abastecem o imaginário com louças de barro, entalhes nas madeiras, tecelagem de fios, redes de dormir, indumentárias, couro, papel, reciclagem de diferentes materiais, etc. Assim, surgem a cerâmica figurativa e utilitária, os ranchos, os objetos em funilaria, as talhas, as carrancas, a xilogravura e um sem número de outros trabalhos.

A culinária pernambucana, assim como toda a sua cultura, teve influência indígena, africana e portuguesa e mistura as tradições com os sabores, cores e perfumes do Estado, oferecendo uma comida muito admirada. São produtos típicos dessa culinária, a carne-de-sol com feijão de corda ou com macacheira, o jabá com jerimum (carne seca com abóbora), a buchada de carneiro, cabrito e bode, o sarapatel com farinha d'água, a tapioca molhada com leite de coco, até refinados pratos de frutos do mar e frutas tropicais. Pernambuco é considerado o terceiro pólo gastronômico do país.

9.4.3.4.3 - Estado do Ceará

O território atualmente denominado de Ceará, na época da chegada do elemento branco, já era habitado por povos nativos que foram denominados de tupis e cariris. Essas duas nações se

subdividiam em mais de sessenta grupos que possuíam costumes semelhantes aos demais povos que já habitavam o restante do espaço geográfico que veio a ser chamado de Brasil.

Tornou-se rotineiro nos livros de história a concepção de que os portugueses chegaram a terras até então desconhecidas. Contudo esse desconhecimento era privilégio do elemento branco, visto que essa região “descoberta” já era habitada por milhões de aborígenes.

Os tupis cearences compunham-se basicamente de duas grandes nações, a dos tabajaras e a dos potiguares. Do grupo cariri é possível citar as nações dos inhamuns - que habitavam os sertões de igual denominação - os cariús, os cariris propriamente ditos e os caratéus ou Crateús, entre outros.

A história “oficial” do Ceará tem início com a criação da Capitania do Siará, após a implantação do sistema de capitanias no Brasil em 1534. Em 1535, esta é concedida a Antonio Cardoso de Barros, que nunca tomou posse das terras, passando a desempenhar o cargo de provedor-mor na Bahia. Em 1556, ao retornar para Portugal, seu navio naufragou nas costas de Alagoas e ele foi devorado juntamente com o bispo D. Pedro Fernandes Sardinha.

No mesmo ano, os padres Francisco Pinto e Luís Filgueiras, jesuítas da Companhia de Jesus, iniciam com relativo sucesso seus trabalhos de catequese dos índios. Fundaram um povoado que logo foi atacado pelos índios tocarijus, acarretando na morte a tacape de Francisco Pinto. Luís Filgueiras funda outro povoado, mas, temendo outro ataque decide retornar para Portugal. Porém, seu navio naufraga e ele acaba sendo também devorado pelos nativos.

A ocupação efetiva do território pelo elemento branco iniciou em 1603 quando a expedição comandada pelo açoriano Pero Coelho de Souza fundou na região a colônia denominada Nova Lusitânia e o Forte São Tiago, na Barra do Ceará. Em 1612 chega ao Ceará Martim Soares Moreno, o chamado “Guerreiro Branco” - considerado o verdadeiro fundador do Ceará -, e funda o Forte São Sebastião, no local onde fora erguido o Forte São Tiago.

Após conquistar a confiança dos índios e muito lutar contra invasores estrangeiros, Soares Moreno obteve uma carta régia e tornou-se Senhor da Capitania do Ceará. Sua habilidade em tratar com o nativo serviu como tema para o escritor cearense José de Alencar, em seu livro intitulado Iracema.

O Ceará foi invadido duas vezes pelos holandeses, uma em 1637 e outra em 1649. Durante a primeira invasão, tomaram o Forte São Sebastião, após enfrentar a resistência de apenas 33 homens que estavam sob o comando de Bartolomeu de Brito. Ali permaneceram durante sete

anos até serem expulsos pelos próprios índios que se revoltaram e mataram até mesmo os chefes holandeses.

Em 1649, durante a segunda invasão, a expedição chefiada por Matias Beck, fundou às margens do rio Pajeú o Forte Schoonenborch e uma vila. Em 1654, quando são expulsos do Brasil pelos portugueses sob o comando do capitão-mor Álvaro de Azevedo Barreto, o forte tem seu nome mudado para Fortaleza da Nossa Senhora de Assunção, dando origem ao futuro nome da capital cearense. Um povoado começou a se desenvolver em volta do forte, transformando-se gradativamente na vila de Fortaleza, instalada em abril de 1726, e tornando-se cidade em 17 de março de 1823 com o nome de Fortaleza de Nova Bragança.

No início o povoamento se manteve essencialmente na orla marítima, com sua subsistência baseada no plantio da cana-de-açúcar. Porém, o desenvolvimento da pecuária em Pernambuco e na Bahia levou os criadores a ocuparem o interior do Ceará, informados das excelentes pastagens e do bom clima do sertão. Os aventureiros então, começaram a ocupar a região, expulsando os índios ou, quando possível, os domesticando para trabalhar em suas fazendas. Foram surgindo as fazendas e o boi se tornou a grande moeda da época.

Mais tarde os criadores perceberam que era mais fácil e lucrativo abater o boi, salgar-lhe a carne e somente depois transportá-la. O charque manteve-se florescente no Ceará até a grande seca do final do século XVIII, que aniquilou os rebanhos após três anos sem chuvas.

Em 1799 foi nomeado o primeiro governador, Bernardo Manuel de Vasconcelos, que instalou a capital em Aquiraz, transferida somente em 1810 para Fortaleza. Entretanto, outras vilas foram se formando ao redor da capital, principalmente junto às fazendas e encruzilhadas no interior. Algumas prosperaram como entreposto comercial, outras se desenvolveram a partir de missões franciscanas, e houve ainda as que progrediram exportando couro e charque. Nesta época também iniciou o comércio com a Europa e o algodão cearense ganhou os mercados europeus.

O Ceará participou de uma série de eventos, como a Revolta Pernambucana de 1817, das lutas de independência, enfrentando as forças portuguesas no Piauí e ainda da Confederação do Equador, em 1824, juntamente com Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba.

A região começou a desenvolver-se na segunda metade do século XIX, com a chegada da navegação a vapor, das estradas de ferro, da iluminação a gás e do telefone. Durante o Império, envolveu-se nas campanhas abolicionista e republicana, sendo, ao lado do Amazonas, a primeira

província brasileira a declarar oficialmente extinta a escravidão, em 25 de março de 1884, e uma das primeiras a aderir à República.

O Ceará ficou conhecido pelo codinome de Terra da Luz, título dado por José do Patrocínio e se deve justamente ao fato da então província ter abolido a escravatura antes do Brasil

A implantação do regime republicano no Brasil contribui para fortalecer os grandes fazendeiros, conhecidos como coronéis, que controlavam todo o Estado através dos “currais eleitorais” - eleitores que vendiam seu voto em troca de dinheiro ou outro benefício. O governo federal decide, então, intervir, entrando em conflito com a poderosa oligarquia cearense ao indicar Marcos de Franco Rabelo para governar o Estado.

Os coronéis não aceitam e reagem brutalmente, com o apoio do Padre Cícero Romão Batista, o “padim Ciço” - religioso não beatificado pela Igreja Católica, que, devido ao fanatismo que despertou entre os nordestinos, acabou sendo punido pelo Vaticano e suspenso das ordens, porém, não deixou de ser um santo para o povo -, na Revolta do Juazeiro, no ano de 1911. Mais a frente se fará um aprofundamento da situação religiosa que marca profundamente esse espaço geográfico.

A seca sempre foi um dos grandes problemas enfrentados pelo Ceará. A partir dos anos 40 e 50 o governo federal aplicou mais recursos no Estado pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs), criado em 1943, intensificando as obras contra a seca a partir da construção de dezenas de açudes.

Os recursos da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e os incentivos fiscais das décadas de 60 e 70, alavancaram principalmente os setores têxtil e alimentício. Surgem as indústrias de transformação, de alimentos e de matérias-primas em consequência do aumento da produção de cana-de-açúcar e dos óleos de carnaúba, mamona e oiticica.

O algodão, que já garantia lucros para o Estado desde o final do século XVIII e início do XIX, por causa de suas condições favoráveis de plantio, leva à instalação de indústrias têxteis na região.

Atualmente, o Ceará passa por um surto de desenvolvimento industrial, com o setor têxtil na liderança. A industrialização se verifica principalmente nas áreas têxtil, de calçados, mobiliário, alimentícia, de mineração, editorial, gráfica e metalúrgica, sendo que o Ceará possui o segundo maior pólo de confecção do ranking nacional, ficando atrás somente do Estado de São Paulo.

A economia do Estado baseia-se, sobretudo na produção agroindustrial e no comércio. A agropecuária é marcada por uma grande diversidade de espécies nativas, sendo as mais importantes o caju (que lidera a pauta das exportações), o algodão, a lagosta, o camarão e a mandioca. No setor agrícola, é expressiva a produção de arroz, feijão, cana-de-açúcar, milho, mamona, tomate, banana, laranja, coco-da-baía e melão.

O artesanato do Ceará tem raízes no período pré-colombiano e foi iniciado pelos nativos da terra. Estes usavam produtos como argila e palha para fazer instrumentos de uso cotidiano. Com o advento da chegada dos jesuítas, esse artesanato foi diversificado na sua matéria prima e técnicas de fabricação. Surgiram adornos, adereços, ornamentos, vestimentas, relíquias e jóias num trabalho que foi incorporado a cultura da região.

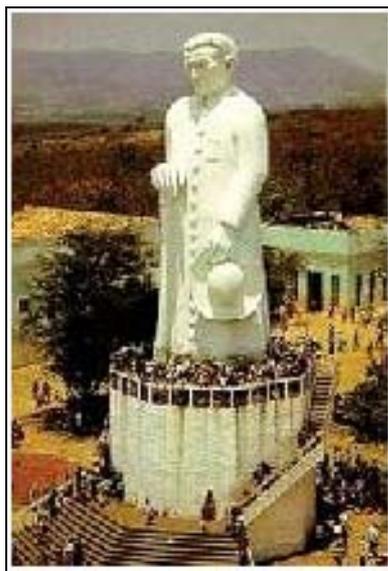
Até a década de 1960 o artesanato cearense envolvia aproximadamente 650 mil pessoas. As transformações econômicas e sociais repercutiram no setor, que passou a ser dividido em duas categorias: utilitários (bordados, artefatos em couro, marcenaria, carpintaria e cerâmica) e decorativos (peças artísticas e religiosas).

De todos os produtos artesanais, as rendas e labirintos são os mais famosos aparecendo como principais centros produtores os municípios de Aracati, Paracuru, Cascavel, e Fortaleza. A arte da renda foi trazida para o Brasil pelas mulheres portuguesas, tanto que, onde acontece uma maior concentração de açorianos, é comum se verificar a presença de trabalhos de renda. A execução da obra se processa sobre uma almofada, onde é preso com alfinetes o desenho escolhido. Sobre o papel são tramados os fios que darão origem ao bordado.

As rendas se compõem dos mais variados tipos, algumas simples e outras mais elaboradas. São entremeios, orelas, bicos, galões, etc. Todas as rendas possuem nome de acordo com o lugar onde são produzidas, assim como também recebem sobrenome quando lhe cabem denominações tiradas dos pontos e desenhos criados pela rendeira. Toda uma cultura foi construída a partir do desenvolvimento dessa atividade, constituindo atualmente um legítimo exemplo de patrimônio imaterial a ser preservado e incentivado.

O Ceará é uma terra de caboclos, descendentes da miscigenação do índio, do negro e do português. A religiosidade é uma característica marcante do Estado, que possui dois grandes centros de romaria, o de Canindé - onde se homenageia São Francisco das Chagas - e o de Juazeiro do Norte, segundo maior centro de romaria do Brasil, que atrai milhares de devotos de Padre Cícero.

Em Juazeiro há um monumento ao Padre Cícero de 27 metros de altura construído pelo artista nordestino Armando Lacerda, em 1969. Considerada a terceira maior estátua de concreto do mundo, atrás apenas da Estátua da Liberdade, em Nova York, e do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, foi erguida na Serra do Horto, lugar onde o religioso costumava fazer seus retiros espirituais.



Fonte: Revista Turismo2004.

Figura 9.4.3-69 - Monumento ao Padre Cícero em Juazeiro

Essa acentuada religiosidade faz das igrejas parte fundamental da vida cotidiana e do turismo, um dos fortes fatores econômicos do Estado. A basílica de Canindé, erguida em homenagem a São Francisco, é uma das mais belas igrejas do Ceará.

Aqui se faz necessário realizar um comentário sobre a religiosidade do povo cearense, em particular e nordestino em geral. Investigando-se esse fator, chama a atenção uma singularidade: três representantes da crença mítica do povo: o Padre Cícero, Antonio Conselheiro e o Padre Ibiapina, nasceram no Ceará, constituindo-se a trajetória de vida desses indivíduos em objeto do imaginário das mais pobres camadas sociais da população.

Sua convivência com a seca, com o sofrimento da vida na sociedade nordestina da segunda metade do século XIX, interagindo com as camadas econômica e intelectualmente mais privilegiadas da região, desenvolveram um sentimento de ligação à terra e ao povo, numa tentativa de alterar o seu mundo sertanejo, chegando até o enfrentamento com as autoridades

civis, militares e eclesiásticas; mas sobretudo pregando o respeito à Igreja Católica como a força original frente qualquer mal que se apresentasse.

A opção de suas vidas, de não reproduzirem a violência, mesmo após terem sido vítimas dela, deu forma a uma vontade indômita que pode representar uma característica da própria cultura sertaneja. Buscando com todas as suas forças a defesa dos pobres, dos humilhados por todos os tipos de sofrimento, apresentaram soluções tiradas de seu próprio meio social e físico orientados pela ética do evangelho cristão.

Uma mesma concepção perpassa as três mensagens, a de que a glória eterna é o prêmio para uma santa vida neste transcurso da peregrinação terrena. A partir dessa mensagem é possível avaliar a importância do modelo desses personagens no tipo de sociedade em que viveram.

Os três personagens viveram as dificuldades ocasionadas pela seca de 1877, que os marcou com uma preocupação com o futuro do pobre povo, buscaram implementar o aprimoramento na produção de alimentos, proporcionando o arrimo de milhares de famintos, como é possível constatar pela leitura das crônicas sobre suas vidas. Pelo sertão afora, o povo vislumbrou nessa prática de vida a preocupação com o nordestino, com o seu sofrimento, com as suas desgraças e esperanças. Incorporou-lhes a grandeza, o poder, a força e a bondade, surgindo assim o mito. Descobriu-os irradiando luz e sabedoria, bondade e amor. Transformou-os em santos, com uma santidade construída no dia-a-dia da amargura, trabalho e esperança para seres humanos que estavam à margem do poder, dos direitos ou da cidadania.

Na crença popular, o padrinho afetuoso, com o qual fala na sua linguagem regional, é um interventor poderoso junto a Nossa Senhora das Dores. Ele é visto pelo homem simples do povo como um interlocutor capaz de compreender melhor do que qualquer outro santo as dificuldades dos que participam das romarias ao seu santuário, pois ele é íntimo do sofrimento de todos.

A religiosidade fundamentada no sofrimento, nas dificuldades e na esperança, impregnada pela força desses personagens históricos possibilita uma situação toda especial para a interpretação desse fator mítico que é marcante no Nordeste.

O folclore é outra representação marcante do Ceará. Por meio das danças e dos folguedos populares, o povo cearense expressa suas tradições e costumes, a formação etnográfica e cultural. O cearense é obra da fusão cultural do índio e do europeu, com alguma participação do negro. Daí se explica que as manifestações folclóricas apresentem apenas esporadicamente (caso dos “congós”) alguma procedência africana.

Importante salientar alguns exemplos dessas formas de expressão folclórica:

Bumba-meu-boi: desenrola um drama no qual se pula, dança e berra. Tem como figura central, evidentemente, o boi. Quase todos os municípios cearenses o encenam, inclusive na periferia da capital.

Cabaçais do Cariri: o nome cabaçal tem um sentido pejorativo, em virtude de a caixa, o zabumba e os pífaros, seus instrumentos básicos, produzirem um ruído semelhante a muitas cabaças secas entrecocando-se. São danças e música, em um ritmo forte, que devido a essa peculiaridade também eram chamados de “esquenta mulher”, devido ao fato de que com sua passagem ou chegada as mulheres se afogavam.

Torém: é uma dança que Almofoala (Acará) legou, como uma herança dos nativos tremembés, que habitavam a região muito antes da chegada do elemento branco. Cerca de vinte homens e mulheres dançam ao ritmo do “aguaim”, espécie de maracá, empunhado pelo indivíduo que representa o chefe. É costume consumir o “mocororó”, espécie de aguardente feito a partir do caju.

Côco: no município de Aracati, ainda é possível assistir a prática dessa dança, que também é chamada de pagode, zambé ou bambelô.

Homens e mulheres reúnem-se em roda, com um solista no centro, fazendo passos ritmados, “puxando o côco”, e ao cumprimentar e a despedir-se dos parceiros com umbigadas, fazendo vênias ou com batida do pé. Considerado como um bailado indígena, herança dos tupis do litoral.

Pau-da-bandeira: é a festa da Barbalha (Crato), realizada anualmente próxima à comemoração do dia de Santo Antônio. É uma festa a que todo o Cariri comparece. Um enorme tronco de árvore, antecipadamente escolhido, é conduzido do pé da Serra do Araripe até a Igreja da cidade. Quando a procissão passa, as mulheres solteiras procuram tocar no tronco, com a crença de que caso consigo, cedo casará.

Chegada dos caboclos: próximo a comemoração do Natal, é uma peregrinação, durante a qual esmolas são pedidas, em nome do Bom Jesus., considerado padroeiro da vila cuja imagem teria sido doada por D. João VI aos nativos porangabas. Na Igreja Matriz de Parangaba, distrito de Fortaleza, ainda hoje se realiza essa festividade.

Ainda se faz necessário chamar a atenção para a Literatura de Cordel, que é uma manifestação folclórica ainda em divulgação plena em todo o Nordeste. Assuntos considerados importantes são versejados por poetas sertanejos que os publicam em folhetos, capeados de xilogravuras

referentes aos temas abordados. Muitas vezes é lido nas feiras e concentrações por um declamador.

A presença de intelectuais nas letras e nas artes nacionais coloca o Ceará como um pólo cultural no contexto do país. São cearenses os escritores José de Alencar, expoente entre os romancistas brasileiros do período da literatura do país denominado Indianismo, e Rachel de Queiroz, nome de expressão no romance regionalista.

A cozinha cearense tem sabores tropicais e exóticos, com temperos peculiares que agradam aos mais exigentes paladares. Em geral, seus pratos refletem traços marcantes da cultura popular e da influência deixada por determinados grupos étnicos. Os frutos do mar são encontrados com variedade em toda a extensão do litoral do Ceará. Um dos pratos mais tradicionais é a peixada ao molho com legumes, acompanhada de porção de farinha.

Do interior do Estado procede a carne de sol com paçoca e macaxeira, o feijão verde, e outras comidas com forte tempero como sarrabulho, carneirada e a panelada. Da cana-de-açúcar é produzida a cachaça, produto que inclusive já está sendo exportado. Também os doces e bolos das festas juninas, bem como os sucos e sorvetes fazem parte da mesa cearense.

A culinária desse Estado tem forte influência dos costumes alimentares dos nativos da região, enquanto outros pratos foram incorporados a partir dos colonizadores europeus. A diversidade de elementos que participaram na construção do que atualmente se denomina Ceará pode ser observada na herança gastronômica e no hábito alimentar da população regional. Exemplo típico é o baião-de-dois, resultado da mistura de arroz, feijão, manteiga da terra, queijo e nata.

O Estado está localizado no norte da região Nordeste. Com uma área de 146.384 km², apresenta uma população de 7.417.402 habitantes (Censo 2000), na qual 2.138.234 habitantes estão localizados na área urbana e 5.279.168 habitantes na área rural. Sua capital é Fortaleza. Possui mais de 500 km de costa marítima e algumas das praias mais visitadas do Brasil, como as de Mucuripe e do Futuro, em Fortaleza.

Antigas vilas de pescadores, como Canoa Quebrada, marcada pelas falésias vermelhas, e Jericoacoara, com imensas dunas brancas, atraem visitantes de todo o mundo. Além disso, existem as grandes extensões de serras e sertões, como os 200 km da Chapada do Araripe, a Chapada da Ibiapaba, a serra da Merouca, o maciço de Baturité e a Floresta Nacional do Araripe, onde está a maior concentração mundial de fósseis, com mais de 65 milhões de anos.

Sua produção agrícola é diversificada passando pelo plantio do feijão, milho, arroz, algodão arbóreo, castanha de caju, cana-de-açúcar, mandioca, mamona, tomate, banana, laranja, entre outros. No campo industrial, o Estado apresenta investimentos na área do vestuário, alimentação, metalúrgica, têxtil, química e de calçados. Nos últimos sete anos o governo estadual tem atraído empreendimentos industriais para o interior. Mais de 600 empresas nacionais e estrangeiras instalaram-se no Estado.

Também a mineração desenvolve intensa atividade extraíndo ferro, água mineral, calcário, argila, magnésio, granito, petróleo, gás natural e sal marinho. Na área da pecuária, que nos primórdios da colonização era o principal difusor da ocupação do espaço, atualmente se distribui em bovinos, suínos, caprinos, eqüinos, aves e asininos.

Os índices que medem a qualidade de vida no Ceará são baixos, quando comparados à média nacional. De acordo com pesquisa divulgada pelo Ministério da Saúde, em 1996, são ainda bastante altos os índices de mortalidade infantil, por conta da desnutrição e de baixa renda das famílias cearenses.

9.4.3.5 - Recomendações para Arqueologia Preventiva

O estudo realizado para a elaboração desse Diagnóstico, demonstrou de forma clara e precisa o massivo potencial arqueológico e histórico cultural da região investigada, bem como a imensa diversidade etnográfica presente nesse espaço sócio-geográfico.

Não se pode desprezar, de forma alguma, as amplas possibilidades que são apresentadas através do profundo exame realizado, no qual ficaram evidenciadas as grandes potencialidades da ocorrência de sítios arqueológicos na área de influência do empreendimento, pois trata-se de uma área que foi densamente habitada desde os primórdios da ocupação humana.

A presença de comunidades pré-históricas está comprovadamente evidenciada. Os estudos de campo a serem realizados, para o levantamento dos dados arqueológicos e históricos, possibilitarão o enriquecimento da precisão e confiabilidade das interpretações acadêmicas existentes.

Também não se pode descartar a necessidade de promover ações de Educação Patrimonial que contribuam para a recuperação e manutenção do riquíssimo acervo cultural do qual são portadores os atuais habitantes da região.

Conforme determinado na Portaria nº. 230/2002 do IPHAN, faz-se necessário, antes de qualquer ação construtiva ou de engenharia do empreendimento, elaborar e executar um Projeto de Prospecção Arqueológica, que levantará e detalhará as evidências apontadas nesse Diagnóstico nas áreas de impacto direto e indireto do empreendimento.

Ao finalizar o Projeto de Prospecção Arqueológica, ter-se-á uma visão mais nítida dos danos que poderão vir a ser causados pelas obras de engenharia. Por outro lado, o mesmo apontará as medidas mitigatórias a serem tomadas segundo a legislação de proteção ao patrimônio em vigor no país, ou seja, fornecerá as informações necessárias para se definir a necessidade de implantação e a metodologia a ser utilizada, para um Projeto de Salvamento Arqueológico e Educação Patrimonial em todas as suas fases, na área abrangida pelo empreendimento.

9.4.3.6 - Arqueólogo Responsável e Coordenador das Pesquisas

Saul Eduardo Seiguer Milder, Arqueólogo, Historiador, Professor Universitário, Doutor em Arqueologia pela USP/MAE, Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Contatos

Residencial: Rua Siqueira Couto, 279.
97195.000 - Silveira Martins-RS

Telefone: (0xx55) 9972 8126 - (55) 3424.1465

E-mail: milderbr@yahoo.com.br

LEPA/UFSM: Rua Floriano Peixoto 1184, Anexo Antiga Reitoria da UFSM
97.015-372- Centro - Santa Maria-RS.

Telefone: (0xx55) 3220.9240

9.4.3.7 - Equipe Técnica

- Arqueólogos Seniores
 - ▶ Juliana Rossato Santi, Licenciada em História pela UFSM, Especialista em História do Brasil pela UFSM, Mestre em Integração Latino Americana pela UFSM e Doutoranda em Arqueologia pelo MAE/USP.
 - ▶ Lucio Lemes; Licenciado em História pela UFSM e Mestrando em Arqueologia pelo MAE/USP.
 - ▶ Libiane Cargnin de Lima; Licenciada em História e Mestranda em Patrimônio Cultural pela UFSM.
 - ▶ Ricardo Pelegrin Marion; Licenciado em História pela UFSM.
- Historiador
 - ▶ Angelo Inácio Pohl; Licenciado em História, Especialista em História do Brasil, Especialista em Pensamento Político Brasileiro, Mestre em Integração Latino Americana (todos pela UFSM) e aluno do Curso de Especialização em Arqueologia da URI/IPHAN.
- Serviço Técnico de apoio
 - ▶ Jaime Eduardo Dotto Paim; funcionário técnico da UFSM.

ANEXOS

ANEXO 1 - RELAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS REGISTRADOS NO IPHAN

Relação dos Sítios Arqueológicos registrados no CNSA/IPHAN, existentes na área de abrangência das LT's²⁴

Sítio Arqueológico	Município	Características
Socorro	Ouricuri/PE	Grande quantidade de fragmento de cerâmica na superfície. A jazida é atravessada por um riacho no local denominado Cipoeiro.
Casa Grande da Piçarra	Porteiras/CE	Histórico, com material construtivo
Engenheiro Novo da Piçarra	Porteiras/CE	Histórico, em ruínas com vestígios de equipamento de engenho
Engenheiro Velho da Piçarra	Porteiras/CE	Histórico com vestígios de pisos, fundações e material lítico lascado em sílexito, no entorno.
Lagoa do Mato	Porteiras/CE	A céu aberto, com material cerâmico em superfície, em ambiente de capoeira.
Pedra do Boqueirão	Porteiras/CE	A céu aberto, com material lítico lascado em arenito.
Porteira	Porteiras/CE	A céu aberto, com material lítico lascado e cerâmico, em área desnuda.
Sítio Boqueirão	Porteiras/CE	A céu aberto, com material lítico, cerâmico e louça
Sítio Piçarra	Porteiras/CE	A céu aberto, com material lítico e cerâmico
Baixio dos Lopes I	Brejo Santo/CE	Com material lítico, nas proximidades do Cemitério dos Índios.
Baixio dos Lopes II	Brejo Santo/CE	Na sondagem foi encontrado material lítico e carvão.
Baixio dos Lopes III	Brejo Santo/CE	A céu aberto, com material lítico em superfície, na encosta da serra.
Baixio dos Lopes IV	Brejo Santo/CE	Em superfície, com material lítico lascado.
Brejo Santo I	Brejo Santo/CE	A céu aberto, com material lítico e cerâmico em superfície, encontrados em áreas desnudas.
Cemitério dos Índios ou Brejo II	Brejo Santo/CE	Sítio com presença de urnas funerárias, vasilhames cerâmicos, machados de pedra e cachimbos.
Cícero Domingos	Brejo Santo/CE	Líticos despersos na superfície desnuda em meio a pequenos seixos, na superfície
Pé da Serra	Brejo Santo/CE	A céu aberto, com lascas e núcleos de sílex, em ambiente de vertissolocom gretas de contração, desde a superfície a 1,00m de profundidade.
Sítio do Topo	Brejo Santo/CE	A céu aberto, lito - cerâmico, no alto da serra.
Topo do Morro do Baixio dos Bois	Brejo Santo/CE	Com fragmentos cerâmicos em superfície.
Abaiara	Abaiara/CE	A céu aberto, em área desnuda, com material lítico lascado em meio a blocos naturais.
Baixio dos Caboclos	Abaiara/CE	A céu aberto, lito-cerâmico, no entorno de um barreiro.
Casa de José Moura	Abaiara/CE	Com material lítico polido em profundidade e material lascado, em superfície.
Catingueiras I	Abaiara/CE	Do local foi retirada uma urna pelo Padre Duza de Abaiara, segundo informação do padre.
Catingueiras II	Abaiara/CE	A céu aberto, com material cerâmico e lítico
Estaca 16.384	Abaiara/CE	A céu aberto, com material lítico lascado e cerâmico
Fazenda Otis	Abaiara/CE	A céu aberto com material cerâmico na superfície, em ambiente de pastagem.
Magueiras dos Otis	Abaiara/CE	A céu aberto, com material lítico na superfície.
Pocinhos I	Abaiara/CE	A céu aberto, com material lítico em superfície.
Pocinhos II	Abaiara/CE	A céu aberto, lito-cerâmico, em área desnuda.
Pocinhos III	Abaiara/CE	A céu aberto, lito-cerâmico em área desnuda, com entorno de caatinga.

²⁴ Sítios arqueológicos que estão listados no site do CNSA/IPHAN.

Sítio Arqueológico	Município	Características
Sítio do Seo Duda	Abaiara/CE	A céu aberto, com material lítico e cerâmica, em fundo de quintal
Sítio Soim	Abaiara/CE	Lito-cerâmico, a céu aberto, em área desnuda pela ação das chuvas. Estaca V 100 e 105
Topo do Paredão do Tabuleiro	Abaiara/CE	Líticos foram coletados na superfície e também nas ruas do povoado Tabuleiro
Café da Linha	Milagres/CE	A céu aberto, com material lítico em superfície
Casa da Farinhada	Milagres/CE	Ruínas de edificação com técnica construtiva secular.
Corredor do Baixo	Milagres/CE	Em superfície, lito-cerâmico.
Oficina Lítica de Milagres I	Milagres/CE	Oficina Lítica, assente em área de planície de inundação, com presença de instrumentos e produtos do lascamento como lascas, núcleos e fragmentos. O sítio foi impactado pela construção da LT Milagres-Tauá (CHESF).
Riacho Seco	Milagres/CE	A céu aberto com material lítico e cerâmico
Sítio Olho D'água da Igreja I	Milagres/CE	Sítio Tupi, assente em área de planície, com presença de cerâmica em superfície associada a pequenos fragmentos de amazonita, geralmente utilizada na confecção de tembetás. O sítio foi impactado pela construção da LT Milagres-Tauá (CHESF).
Sítio Olho D'água da Igreja II	Milagres/CE	Sítio Tupi, assente em terreno plano, com presença de cerâmica em superfície, identificando-se fragmentos pintados. A área nuclear do sítio foi impactada pela construção da LT Milagres-Tauá (CHESF).

**Relação dos Sítios Arqueológicos registrados no
IPHAN, existentes na área de abrangência das LT's²⁵**

Sítio Arqueológico	Município	Descrição Sumária
CSCOSJ 31	São João do Piauí/PI	Pequena oficina lítica

²⁵ Sítios arqueológicos localizados nas ações de Arqueologia Preventiva do LEPA conforme Portarias do IPHAN: n°. 237, de 30/09/2005 (Prospecção Arqueológica) e n°. 9, de 17/01/2006 (Salvamento Arqueológico), que ainda não aparecem no site do CNSA/IPHAN.